

Organizadores

Ana Patrícia Sá Martins  
Kallyne Kafuri Alves  
Josenildo Campos Brussio  
Regina Célia Vilanova-Campelo

# GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR

# **GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR**

*SULEAR PARA ESPERANÇAR*



**Pedro & João**  
editores

**Financiamento:**

EDITAL Nº 18/2020 - APOIO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EMERGENTES E EM CONSOLIDAÇÃO EM ÁREAS PRIORITÁRIAS NOS ESTADOS. PROJETO HUMANIDADES/PROCESSO Nº 23038.015592/2020-94. FAP 2020.



ANA PATRÍCIA SÁ MARTINS  
KALLYNE KAFURI ALVES  
JOSENILDO CAMPOS BRUSSIO  
REGINA CÉLIA VILANOVA-CAMPELO  
(ORGANIZAÇÃO)

## GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR

*SULEAR PARA ESPERANÇAR*



Pedro & João  
editores

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Ana Patrícia Sá Martins; Kallyne Kafuri Alves; Josenildo Campos Brussio; Regina Célia Vilanova-Campelo [Orgs.]**

**Gestão educacional e escolar. Sulear para esperarçar.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 280p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1058-2 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9786526510582**

1. Gestão escolar. 2. Gestão educacional. 3. Políticas públicas. 4. Educação. I. Título.

---

CDD – 370

**Capa:** Luidi Belga Ignacio

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Editorial da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia Sá Martins (UEMA/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2024

[...] O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da história.

Paulo Freire, *Pedagogia da autonomia*, 2015, p.53.



## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos esta publicação aos educadores, que, incansavelmente, Brasil afora, resistem na luta por uma educação emancipatória, humana e equitativa!



## SUMARIO

---

- 13** **PREFÁCIO**  
Maria do Socorro Estrela Paixão
- 15** **APRESENTAÇÃO**  
Ana Patrícia Sá Martins  
Kallyne Kafuri Alves  
Josenildo Campos Brussio  
Regina Célia Vilanova-Campelo
- 17** **1. CONSELHOS ESCOLARES E PARATIPICAÇÃO NO AMBIENTE DA GESTÃO ESCOLAR: limites e perspectivas**  
Antônio José Viana da Silva e Severino Vilar de Albuquerque
- 29** **2. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MEDIADA PELA GESTÃO ESCOLAR: análise em uma escola municipal em Paço do Lumiar/MA**  
Chiara Maria Fernandes da Silva e Albiane Oliveira Gomes
- 41** **3. REPERCUSSÕES DA GESTÃO PARTICIPATIVA PARA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA**  
Dayane Gomes Melo Corrêa e Albiane Oliveira Gomes
- 53** **4. EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ALÉM DA OFERTA: apontamentos sobre qualidade da educação infantil nas produções científicas brasileiras**  
Giullia Cristina Mulato Venancio e Kallyne Kafuri Alves

- 65** 5. **GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) EM UM IEMA PLENO: evidências sobre a participação da comunidade da comunidade escolar**  
Janaine Lira Vieira e Severino Vilar Albuquerque
- 77** 6. **EXPERIÊNCIA DE PROJETO DE EXTENSÃO NO ENSINO MÉDIO DO IEMA PLENO, CENTRO, SÃO LUIS - MA**  
Jonhatan de Matos Camilo e Ana Lúcia Cunha Duarte
- 85** 7. **A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS(ES) NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM PAÇO DO LUMIAR-MA: análise da política educacional**  
Karoliny Reis Pereira e Maria do Socorro Estrela Paixão
- 97** 8. **GESTÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXIAS/MA: participação e constrole social**  
Lêda Maria de Sousa Rodrigues e Severino Vilar de Albuquerque
- 109** 9. **A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TIMON-MA**  
Poliane de Lima Vaz da Costa e Antonio Alves Ferreira
- 121** 10. **PROVA BRASIL: implicação na organização das práticas pedagógicas de professoras**  
Raimunda Nonata Paiva Andrade e Georgyanna Andréa Silva Morais
- 131** 11. **DEFASAGEM DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: uma análise de experiências da gestão escolar em escola pública**  
Regiane Pereira Silva e Raimundo Nonato Moura Oliveira

- 145** 12. A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO IEMA (INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO) E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM  
Sandra Moreira de Freitas e Kallyne Kafuri Alves
- 153** 13. GESTORES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS –MA: QUAL SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE?  
Tamyles Marques Santos e Ana Lúcia Cunha Duarte
- 165** 14. PRIMEIRAS ANÁLISES SOBRE A GESTÃO ESCOLAR E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB) EM DUAS ESCOLAS NA ZONA RURAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS- MA  
Andressa Jorgeana da Silva Ferreira e João Costa Gouveia Neto
- 177** 15. PROGRAMA EDUCAR PRA VALER EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO EM PAÇO DO LUMIAR - MA: implicações na gestão escolar e no atendimento educativo  
Bruna Carolina Albuquerque Silva e Severino Vilar de Albuquerque
- 189** 16. O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (2014-2024) E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO MARANHÃO: uma análise sobre a implementação das metas 06 e 11  
Daniele Letícia Mendes Ferreira e Antônio Alves Ferreira
- 199** 17. MACROPOLÍTICA EDUCACIONAL ESCOLA DIGNA: uma análise da implementação no município de Paço do Lumiar- MA de 2015 a 2023, considerando a qualidade da educação básica  
Evyla da Silva Costa e Albiane Oliveira Gomes

- 211** 18. PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: *uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica*  
Joseane Cristina dos Santos Sousa e Georgyanna Andréa Silva Morais
- 223** 19. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: GESTÃO NOS IEMAS PLENOS DO MARANHÃO  
Leidyane Balieiro Guimarães Cunha e Antônio Alves Ferreira
- 235** 20. A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDEB NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE PAÇO DO LUMIAR- MA  
Luciana Mesquita Nunes Santos Nascimento e Severino Vilar de Albuquerque
- 247** 21. O NOME SOCIAL NA ESCOLA COMO GARANTIA DE DIREITO E INCLUSÃO DE PESSOAS  
Marcioneide Gomes Costa Maciel e Maria do Socorro Estrela Paixão
- 259** 22. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): QUAL O PAPEL DA EQUIPE GESTORA NA SUA ELABORAÇÃO?  
Patrícia Andréa Gomes Barbosa e Ana Lúcia Cunha Duarte
- 269** 23. O PROERD NA PERSPECTIVA DA GESTÃO INTEGRADA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO LUÍS-MA: *um estudo em desenvolvimento*  
Richardson Santos Maramaldo e Raimundo Nonato Moura Oliveira

## PREFÁCIO

---

Profa. Dra. Maria do Socorro Estrela Paixão

Escrever um prefácio é uma oportunidade de acesso antecipado a especificidades de uma obra. Abreviar para leitores/as o que não foi disponibilizado, se constitui um benefício, mas também, uma difícil tarefa, porque se deve apresentar a eles/as, em resumidas palavras, informações peculiares sobre conteúdos e relações inerentes à produção em pauta. Importa advertir que esse exercício expressa um olhar pessoal a respeito de um produto com a pretensão de estabelecer relações e descobrir confluência de sentidos revelados por cada autor/a nos textos, neste caso resumos expandidos de pesquisas em andamento.

A construção desse e-book se insere naquelas que objetivam aprofundar objetos de pesquisa de abordagem sócio-pedagógica, relacionadas com a área de política e gestão no campo educacional e escolar, sobretudo aquelas que miram o desafio de materializar práticas em escolas da Educação Básica. Esta produção é resultado do **V Seminário de Pesquisas em Educação**, no período de 15 a 16 de janeiro de 2024 e reúne abordagens de projetos em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA).

O evento contemplou palestras, mesas-redondas, lançamento de livros e debates sobre as investigações acadêmicas desenvolvidas nas duas linhas de pesquisa por mestrandos/as do Programa. Para a orientação das atividades, o seminário elegeu como temática **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: SULEAR PARA ESPERANÇAR**. Ao discutirem suas pesquisas, autores/as se reportam a lugares, a pessoas, a eventos e a situações, próprios da gestão e da política que fazem parte de trajetórias construídas ou em desenvolvimento, em diferentes contextos educativos. O

conjunto das análises presentes nos resumos evidencia que o fundamento teórico-metodológico orientador do processo investigativo, em questão, legitima a postura epistemológica multirreferencial - caráter plural de ver e interpretar as situações, em especial, o fenômeno educativo - e a prática de gestão que deve pressupor ação-reflexão-ação.

O E-book é um lugar de encontro. Os seus organizadores nos convidam para um cerimonial de entendimento, por meio da experiência múltipla, mediada pela palavra e pela narrativa compreendidas em distintas organizações textuais. A convocação de autores/as e organizadores/as desta obra, chama atenção para os inúmeros fatores envolvidos no jogo das relações das práticas de gestão de sistemas educativos (micro e macro), com destaque para os sentidos, pertencas e posicionamentos de gestores/as no contexto gerencial de fundamento neoliberal.

Manhã de quarta-feira de cinzas em São Luís –MA,  
fevereiro de 2024.

## APRESENTAÇÃO

---

Ana Patrícia Sá Martins  
Kallyne Kafuri Alves  
Josenildo Campos Brussio  
Regina Célia Vilanova-Campelo

O e-book “Sulear para Esperançar” reúne pesquisas realizadas pelos(as) estudantes e professores(as) para tratar de temáticas relacionadas à Pesquisas em Educação. Tem como objetivo reunir a produção de texto de autores(as) que aceitaram o desafio de transformar em capítulos, recortes de seus Projetos de Mestrado e/ou Dissertação do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA).

Nesta obra, convidamos leitores(as) a refletir sobre desafios, inquietações, superações e descobertas de acadêmicos(as) durante a realização do V Seminário de Pesquisas em Educação, nos dias 15 e 16 de janeiro de 2024. O evento foi realizado na modalidade de Seminário e contou com palestras, mesas-redondas e lançamento de livros, além dos debates acerca das investigações acadêmicas desenvolvidas por mestrandos(as) do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional, nas linhas de pesquisa: Formação de Professores e Práticas Educativas; Gestão Educacional e Escolar.

Em um mundo onde a incerteza muitas vezes prevalece e os desafios parecem insuperáveis, o evento teve como tema **Pesquisa em Educação: Sulear para Esperançar**, pois o que move o PPGE/UEMA é a Educação e essa nos leva a uma jornada profunda e transformadora, na qual a esperança é tecida em cada Projeto desenvolvido pelos(as) acadêmicos(as) e a resiliência humana é celebrada em sua plenitude ao final de cada Defesa de Mestrado.

Pelo exposto, a escrita de cada capítulo é resultante do trabalho decorrente do compromisso de cada autor(a) com sua

linha de pesquisa. Convidamos os(as) leitores e as leitoras a mergulharem nos textos e desejamos que esses trabalhos possam contribuir e provocar novas discussões sobre Educação. A expectativa é que os textos presentes nesse e-book, fruto da ação conjunta dos(as) autores(as) (pesquisadores e professores), seja profícua fonte de pesquisas e inspiração de novos trabalhos nessa perspectiva colaborativa.

O tema constitui com a aposta coletiva de concentrar esforços em *sulear* o pensamento e os movimentos de pesquisa. Conceito fundamentado pelo pensamento de Boa Ventura de Sousa Santos (2019). Esperamos fortalecer ações que se interessem em contribuir para romper hierarquias e hegemonias.

Desejamos a todos uma boa leitura!

## **Referência**

SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

## CONSELHOS ESCOLARES E PARATIFICAÇÃO NO AMBIENTE DA GESTÃO ESCOLAR: limites e perspectivas

---

Antônio José Viana da Silva - Turma 2022  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3407800096074158>  
E-mail: euantoniano@gmail.com

Severino Vilar de Albuquerque  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>  
E-mail: svalbuquerque@uol.com.br

### INTRODUÇÃO

Este trabalho, apresentado ao V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), constitui um recorte da dissertação, em construção, vinculado à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar, com foco no papel do Conselho Escolar na organização do sistema de gestão escolar, cujo objetivo é analisar como se materializa a participação do Conselho Escolar, na perspectiva da Gestão Democrática, em uma escola pertencente à Rede Pública Municipal de Ensino de São Benedito do Rio Preto/MA, buscando apreender mecanismos que favorecem tal participação, bem como possíveis contribuições para a qualidade do atendimento educativo e para a qualidade da educação.

A escola pública, enquanto instituição formal de ensino, apresenta em sua estrutura organizacional as dimensões: administrativa, pedagógica e, também, financeira, desde que se tornou Unidade Executora de recursos públicos. No âmbito dessa estrutura organizacional, a gestão administrativa e também a gestão pedagógica constituem a base fundamental sobre a qual o atendimento educativo se realiza. Como parte dessa estrutura, o

Conselho Escolar caracteriza-se como importante instância que reúne representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, cujo papel é o de garantir espaços de participação na discussão, na deliberação e na tomada de decisões sobre questões relacionadas ao atendimento educativo, com vistas a tornar efetivas as ações da gestão escolar na direção de lograr a qualidade da educação.

Muitos autores têm contribuído com a discussão da temática em tela, especialmente nas análises da importância e a relevância das instâncias colegiadas, particularmente do Conselho Escolar na perspectiva da Gestão Democrática em escolas de redes públicas de ensino. Autores como Dourado (2020), Lück (2009), Paro (2016), entre outros, vêm publicando estudos no âmbito da temática gestão escolar democrática, mostrando a complexidade que envolve a gestão no âmbito escolar, sobretudo no que se refere à abertura de espaços para participação na tomada de decisões, principalmente no que tange à organização do trabalho pedagógico.

É, pois, com a pretensão de contribuir para a construção do conhecimento e aprofundar o debate sobre o papel do Conselho Escolar que esse estudo buscará responder a seguinte questão: como se materializa a participação do Conselho Escolar, na perspectiva da Gestão Democrática, em escolas pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de São Benedito do Rio Preto-MA?

O objeto de estudo em tela reveste-se de relevância e pertinência social, política e acadêmica, tendo em conta que visa apreender os mecanismos de participação da comunidade escolar, buscando evidências da sua relação com a qualidade da educação, neste estudo, levando em conta o IDEB como indicador oficial da qualidade da educação. Igualmente, a relevância situa-se na esfera discursiva da função social da escola no âmbito da qual as instâncias colegiadas ocupam funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras das ações da gestão escolar e, de igual modo, garantir o princípio constitucional da gestão democrática da educação e da escola públicas

Assim posto, para responder à questão central formulada, o estudo delineou como objetivo geral: Analisar como se materializa

a participação do Conselho Escolar na perspectiva da Gestão Democrática em escolas pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de São Benedito do Rio Preto/MA, buscando apreender mecanismos que favorecem tal participação, bem como possíveis contribuições para a qualidade do atendimento educativo e para qualidade da educação.; e, como objetivos específicos: a) Identificar, levando em conta documentos normativos em nível federal, estadual e municipal, as formas de constituição do Conselho Escolar em uma escola da Rede Pública Municipal de Ensino de São Benedito do Rio Preto/MA; b) Identificar na escola participante da pesquisa se os Conselhos Escolares bem como suas atribuições constituem parte estruturante do Projeto Político Pedagógico; c) Analisar se a participação do Conselho Escolar, enquanto órgão consultivo, deliberativo e de fiscalização contribui para a realização de ações relacionadas ao atendimento educativo no âmbito escolar; d) Identificar na escola pesquisada se o município oferece formação aos agentes que constituem os Conselhos Escolares; e) Construir um Caderno de Orientação para subsidiar o sistema de gestão escolar com orientações quanto ao papel do Conselho Escolar na organização do sistema de gestão escolar, com especificidade para a gestão administrativa, pedagógica, bem como nas relações que a escola mantém com outras instâncias sociais.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As políticas educacionais, o planejamento, a gestão da educação e da escola vêm passando por processos decisórios que envolvem relações, diretas ou não, do Estado com vários segmentos sociais que buscam demarcar espaços de abertura à democratização. Assim, a partir do início dos anos 1990 foi implantado um conjunto de reformas na área da educação, que objetivavam uma maior equidade no acesso à educação escolarizada, acompanhada pelo discurso da melhoria do ensino e da qualidade da educação, sobretudo o oferecido pela escola

pública. Esse propósito estava contido nas propostas dos organismos internacionais para a área social, através das reformas no âmbito da educação.

Segundo Peroni (2003), os desdobramentos das condicionalidades dos organismos internacionais criam as condições para que a educação possa responder às demandas da esfera produtiva em vista da crise do modelo econômico. A educação, nessa perspectiva, passa por um processo de redefinição do seu papel na formação do indivíduo, como condição para que o país possa se inserir, sob a ótica neoliberal, no processo de desenvolvimento globalizado. Desse modo, a gestão escolar, com o foco na pedagogia de resultados quanto ao desempenho dos estudantes na educação básica, passa a integrar o projeto de expansão do atendimento educacional público, como parte constitutiva dessa globalização ao nível das políticas públicas sociais de Estado.

Albuquerque (2021) discute, nesse sentido, a forte atuação do MEC junto ao Poder Legislativo, no sentido de aprovar leis e normativas com vistas à implementação de políticas públicas educacionais alinhadas à Reforma do Estado, tendo em conta a descentralização da gestão e a responsabilização pelos resultados no atendimento educativo. Em sentido convergente, Dourado (2020, p. 15) afirma que nesse cenário, “as políticas educacionais têm sido focalizadas por ângulos e por perspectivas distintas, indo desde concepções que apresentam a educação como direito e bem público até a perspectivas que veem essa prática social como mercadoria a ser livremente comercializada”.

Com essas mudanças, principalmente àquelas impulsionadas pela CF de 1988 e pela LDBEN de 1996 e posteriormente com os PNEs (2001-2010 e 2014-2024) que a gestão escolar se reconfigura, passando a adotar princípios e metodologias de ação calcadas na participação da comunidade escolar na tomada de decisões quanto à organização do sistema de gestão escolar, principalmente no que tange às dimensões administrativas e pedagógicas.

## METODOLOGIA

Considerando a natureza analítico-descritiva e crítica do estudo em tela, particularmente quanto ao papel do Conselho Escolar na organização do sistema de gestão escolar na perspectiva democrática, a pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa, entendida por Bogdan e Biklen (1994) como aquela que tem como principais características de investigação: a fonte direta de dados é o ambiente natural ou campo de pesquisa; constitui-se de uma investigação descritiva; os investigadores interessam-se mais pelos processos do que simplesmente pelos resultados; os dados são analisados de forma indutiva; o significado que as pessoas atribuem são de grande importância nesse tipo de investigação.

Para a coleta dos dados a pesquisa utilizou os seguintes instrumentos: roteiro de análise documental; roteiro de entrevistas semiestruturadas e roteiro de observação. Para Triviños (1987), esses instrumentos fornecem ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações obtidas por meio de um instrumento adequado. Na fase da incursão no campo empírico, a pesquisa adotou como procedimentos de investigação observação sistemática, entrevista e análise de documentos oficiais. No caso dos sujeitos da pesquisa, o estudo optou por professores que atuam no ensino fundamental, gestores escolares e membros do Conselho Escolar, em uma escola pertencente à rede pública de ensino de São Benedito do Rio Preto/MA.

Na escolha dos sujeitos da pesquisa, adotou como critério a aproximação que têm do problema investigado, bem como do papel que desempenham no âmbito da escola, no que diz respeito à organização dos espaços/tempos escolares, na organização do trabalho pedagógico, no processo ensino-aprendizagem, entendidas por este estudo como dimensões que podem contribuir para qualidade da educação escolar.

Ainda como critério a escolha considerou uma escola que oferece o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e que tenha logrado melhor resultado no Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (IDEB) 2021; possuir Conselho Escolar; e, ter recebido recursos financeiros via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O estudo tomou como referencial para a análise e interpretação dos dados, a análise de conteúdo que, no entendimento de Franco (2008, p. 12) essa perspectiva de análise tem como ponto de partida “[...] a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Para a apreensão fenomênica, o estudo adota um olhar dialético, imprimindo a visão de mundo de Kosik (1976), para captar as contradições que se geram entre os atores dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, particularmente no que diz respeito à participação dos sujeitos sociais na organização do sistema de gestão escolar e, de igual modo, como as ações, de fato, se materializam na realidade da escola, campo de investigação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados parciais, até aqui encontrados, tendo em conta que é a fase de conclusão de análise de dados, apontam para achados a partir da literatura que versa sobre o tema em tela, que perpassam por discussões relevantes relacionada ao contexto histórico, político e econômico e do campo conceitual da gestão educacional e escolar no Brasil. Do mesmo modo, a partir da pesquisa empírica apoiada na literatura condizente à temática, os resultados constataram informações da gestão escolar, com centralidade no Conselho Escolar como mecanismo de fortalecimento da gestão escolar democrática.

Como fator histórico ressalta-se o atendimento educativo na educação básica pública brasileira como direito subjetivo, que vem passando por enormes desafios desde a redemocratização da sociedade, após um longo período da Ditadura Militar (1964-1985). Em 1988, com a Constituição Federal, estabeleceu-se como um dos princípios fundamentais, educação como direito de todos,

colocando sobre o Estado a responsabilidade de provê-la, nas suas amplas dimensões, garantindo a qualidade do ensino público e a gestão democrática em todos os sistemas de ensino, seja municipal, estadual ou federal (Brasil, 1988).

Os desafios postos são evidenciados até mesmo nos conceitos, como administração e gestão escolar, que dividiram o mesmo setor na escola, mas o termo administração escolar trata-se da influência do modelo da administração empresarial (França, Duarte e Alves, 2022). As autoras fazendo um paralelo com a semântica que envolve os termos administração e gestão e o resultado evidenciado na prática, apontam que

O conceito de gestão surge do movimento de mudança na condução dos destinos das organizações, entre elas está a escola que da mesma forma do modelo econômico capitalista, passou por grandes reestruturações, em especial na década de 1990. A gestão começa aparecer como sendo mais abrangente que administração (França; Duarte; Alves, 2022, p. 28).

Desse modo, o sentido das políticas educacionais no Brasil, mesmo em contexto de mudanças, implementadas a partir dos anos 1990, é influenciado pelo caráter ideológico de organismos internacionais, adotando modelos de gestão gerencial. Em sentido convergente, a gestão escolar é impactada por tais modelos, tendo em conta o caráter de responsabilização da comunidade escolar pelos resultados atestados por indicadores de avaliação de larga escala no molde IDEB. Laval (2004, p. 15) relata que “as transformações da organização do trabalho, por um lado reais, por outro, idealizadas no discurso oficial, explicam em grande parte o tipo de modificações escolares reclamadas pelas forças econômicas e políticas dominantes”.

Levando em conta as análises dos autores consultados, percebemos, a partir desta pesquisa, que reuniu discussões teóricas entrelaçadas aos achados empíricos, que a gestão educacional e escolar para a execução de suas ações no âmbito escolar deve se orientar por práticas democráticas que tem se fortalecido a partir de lutas populares que culminam em leis como

a CF de 1988 e posteriormente a LDBEN de 1996 (Brasil, 1996) e, também em atenção aos PNEs (2001-2010 e 2014-2024), favoráveis às práticas participativas por meio de órgãos colegiados, como o Conselho Escolar.

Como parte dos achados da pesquisa, identificou-se que o Sistema Municipal de Educação disciplina o cumprimento da política educacional de forma articulada e tem sua estrutura regulamentada pela Lei Municipal nº 777/2018, tendo a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) como órgão gestor da rede pública de ensino municipal por meio do seu plano de gestão que define as estratégias e ações necessárias para o cumprimento dos dispositivos legais.

No que concerne à escola campo da pesquisa evidenciamos que atende aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, nos turnos matutino, vespertino, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno. Embora a escola conte com uma estrutura adequada, não dispõe de instalações suficientes que possam garantir práticas educativas e sociais que envolvam de forma mais efetiva os estudantes.

Quanto à organização da gestão escolar: a escola conta com um gestor geral e um adjunto, que ingressaram ao cargo por meio de indicação do executivo municipal, sendo essa uma das modalidades de ingresso apontadas por Paro (2016) que apresenta, além dessa, o concurso público e eleição pela comunidade escolar, sendo as duas últimas as mais adequadas para garantir a gestão democrática da escola pública.

No que tange ao Conselho Escolar e o papel que deve desempenhar no sistema de gestão, levando em conta a análise de documentos e depoimentos dos entrevistados, não tem sido muito efetivo nas atribuições que lhes são conferidas em estatuto próprio de sua constituição, contrastando com o que diz Mattedi (2018) quando afirma que o Conselho Escolar é para a escola um instrumento de democratização e autonomia, sendo construído a partir da participação, de práticas coletivas e sugestões diversificadas. Certamente a conclusão das análises dos dados do

campo empírico trarão evidências mais conclusivas quanto à atuação do Conselho Escolar, na escola pesquisada, frente ao papel que lhe cumpre exercer, tomando como referência os princípios da gestão escolar democrática.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Os princípios da gestão democrática discutidos neste estudo, até aqui, constituem a base a partir da qual podem ser construídos espaços e mecanismos de participação social da comunidade, principalmente por seus membros representados no Conselho Escolar e noutras instâncias colegiadas. Foi possível compreender e discutir contexto, fundamentos e o itinerário da gestão escolar no âmbito da gestão educacional, do planejamento e das políticas educacionais no Brasil, bem como o papel da legislação e do regramento legal definidores em tais políticas.

Assim, o estudo proporcionou a partir do olhar teórico, dialogando com campo empírico, captar o sentido e o significado da democracia na escola, através de mecanismos de participação e, de igual modo, proporcionou apreender como se materializa a participação do Conselho Escolar na perspectiva da gestão democrática em uma escola pertencente à rede Pública Municipal de Ensino de São Benedito do Rio Preto/MA. Tal percepção, assim como resultados mais conclusivos, serão trazidos à baila no relatório final desse estudo

## **PROPOSTA DE PTT**

Considerando os achados na pesquisa, encontra-se em construção, como Produto Técnico Tecnológico (PTT), um Caderno de Orientações para subsidiar a gestão educacional e escolar com orientações quanto ao papel do Conselho Escolar na organização do sistema de gestão no âmbito de instituições escolares, com vistas a favorecer a abertura de espaços que favoreçam a participação de toda comunidade escolar,

particularmente do Conselho Escolar por meio dos seus membros representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Como ferramenta que favorece a materialização da democracia a partir do Conselho Escolar, o Caderno de Orientações trará, também, orientações sobre mecanismos de participação social que favoreçam no processo formativo e reflexivo em torno da importância e do papel das instâncias colegiadas na organização do sistema de gestão educacional e escolar na perspectiva democrática com o foco no atendimento educativo e na educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **Formação continuada de professores nas políticas educacionais no Brasil do século XXI**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL, **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDBEN**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização. *In*. DOURADO, L. F.

(org.). **PNE, políticas e gestão da educação**: novas formas de organização e privatização. Brasília: Anpae, 2020.

FRANÇA, S. de O.; DUARTE, A. L.; ALVES, K. K. A gestão educacional e escolar no contexto brasileiro. *In*: DUARTE, A. L.; ALVES, K. K. (org.). **Gestão educacional e escolar em tempos de afirmação da educação pública e democrática**. Curitiba: CRV, 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MATTEDI, Verônica. **Conselhos Escolares e Gestão Democrática: ranços, avanços e possibilidades**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e o papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.



## A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MEDIADA PELA GESTÃO ESCOLAR: análise em uma escola municipal em Paço do Lumiar/MA

---

Chiara Maria Fernandes da Silva – Turma 2022  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4274172454954800>.  
E-mail: [chiaramfs@hotmail.com](mailto:chiaramfs@hotmail.com)

Albiane Oliveira Gomes  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2000850391605148>.  
E-mail: [albianegomes@professor.uema.br](mailto:albianegomes@professor.uema.br)

### INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte da pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na Linha de Pesquisa “Gestão Educacional e Escolar”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Qualidade na Educação Básica (GPQe). Assim, tem como finalidade analisar a (inter)relação da gestão escolar com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir de uma escola no município de Paço do Lumiar, Maranhão.

O marco temporal é de 2017 a 2021, período que corresponde aos três últimos anos de aplicação da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sabendo-se que a avaliação nacional é realizada a cada dois anos, sempre nos anos ímpares, e os resultados são divulgados através do IDEB, nos anos pares, subsequente à aplicação. Esses resultados anunciados pelo IDEB têm a finalidade de aferir a qualidade da educação no país e divulgar a nota alcançada por cada instituição. Com efeito, torna-se relevante investigar a relação que a gestão escolar estabelece com os resultados do IDEB, para compreender as variantes que

qualificam os resultados esperados pelos índices oficiais ligados aos ditames de organismos internacionais, e àqueles coerentes com as necessidades e o contexto em que se encontra a comunidade escolar. Para tanto, tem-se como questão-problema a relação dos resultados do IDEB com as ações realizadas pela gestão escolar, no referente ao fluxo escolar e ao desempenho dos(as) alunos(as) em uma escola no município de Paço do Lumiar, Maranhão.

Diante da problemática, tem-se como objetivo geral analisar a (inter)relação da gestão escolar com os resultados do IDEB, a partir dos dois indicadores utilizados para medir a qualidade da educação na escola: o fluxo escolar e as médias de desempenho na avaliação nacional SAEB, tendo como referência uma escola no município de Paço do Lumiar, Maranhão.

Os objetivos específicos são: a) compreender os pressupostos teóricos e legais que fundamentam as práticas de gestão escolar; b) conhecer os fundamentos que sustentam o IDEB, enfatizando os dois indicadores utilizados para medir a qualidade do ensino na escola: o fluxo escolar e as médias de desempenho na avaliação nacional SAEB; c) analisar as ações implementadas pela gestão escolar a partir dos resultados do IDEB, tendo como referência uma escola no município de Paço do Lumiar, Maranhão; d) elaborar um curso de formação de gestores da escola, a fim de oportunizar reflexões acerca dos desdobramentos do IDEB na organização do trabalho da gestão escolar. Alinhando-se aos objetivos da pesquisa, adota-se como categorias – para fins de análise epistemológica – a gestão, o IDEB e a qualidade da educação, a partir de uma perspectiva crítica, emancipatória e democrática da educação.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A gestão escolar no Brasil sofre influência contínua dos apóstes universais construídos historicamente em contextos de afirmação do capital, desde o início de sua concepção. Necessário se faz compreender o conceito de Administração como um produto dessa construção histórica, e a sua evolução ao longo deste

percurso marcado por relações de poder, contradições e complexidades.

A literatura clássica, acerca da Administração, já contesta que a administração se constitua apenas de realização de tarefas meramente técnicas. É o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz. Afirma-se, reiteradamente, que este processo envolve conhecimento, controle, organização, eficácia e eficiência, evoluindo-se para o que se refere hoje às competências do administrador, como as qualidades a serem desenvolvidas mediante habilidades que tragam soluções às demandas da empresa, o seu capital intelectual e a sua maior produtividade (Chiavenato, 2004).

A escola Clássica de Administração iniciou no século XX, estendendo-se até o século XXI. Ela pode ser expressa por três importantes movimentos, segundo o autor supracitado: a administração científica de Taylor; a administração de Fayol e a administração burocrática de Max Weber. Estes modelos imprimem a chamada “racionalidade técnica e científica” nas organizações de modo geral, e se projetam, também, na administração escolar, sob a égide do pensamento destes precursores e da forte disseminação de seus aportes.

A partir da Escola Contemporânea, outras escolas e movimentos foram surgindo, acompanhando a globalização e os avanços da Ciência Administrativa, das Ciências em geral e das Tecnologias da Comunicação e Informação. Nestes cenários de crise e reestruturações capitalistas, para redefinir novos modos de produção e modelos empresariais, principalmente a partir da década de 1970, as instabilidades econômicas, políticas e sociais forjam a transição de modelos administrativos clássicos para o que se denomina de “gestão”, alinhando-se ao mercado global, em que a indústria, a fábrica, as empresas em geral passam a ser vistas como organizações.

Segundo Sander (2009), de 1970 até meados da década de 1990, a educação brasileira torna-se alvo de crescentes pressões cíclicas,

decorrente da abertura democrática, das lutas sindicais, dos movimentos sociais e dos primeiros processos neoliberais da nova globalização da economia e da atividade humana. Nos setores da administração pública, esse movimento neoliberal multiplica-se e influencia as novas concepções e práticas de gestão educacional dessa época.

Sobre esse contexto, Castro (2009) afirma que a administração pública começa a reformular a sua estrutura organizacional, tendo como foco a formulação das políticas, orientadas por paradigmas de eficiência, eficácia e produtividade. Dessa forma, nasce uma nova adaptação de conceitos e práticas empresariais e gerencialistas, os neofayolistas e neotayloristas para o setor público, onde além da eficiência, eficácia e produtividade, enfatizam os princípios da racionalização administrativa, a avaliação de desempenho padronizada, a descentralização, a privatização e a adoção em massa de informações técnicas (Sander, 2009).

Desse modo, as políticas de ajuste neoliberal alteraram a redefinição do papel do Estado e afetaram sobremaneira o ajuste das políticas sociais, “[...] especialmente na política educacional, sob a supervisão da lógica de mercado, no processo de subsunção ativa do capital, em que o discurso da qualidade da educação começam a assumir novas nuances” (Gomes, 2017, p. 25). Nesse contexto, foi lançado, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que conforme Saviani (2009) é considerado “um grande guarda-chuva”, contendo uma série de programas que propõem ações para melhorar a qualidade da educação nacionalmente, e o IDEB é uma medida dentro do PDE que está relacionada ao estabelecimento de mecanismos de responsabilização na Educação Básica, sendo indicador oficial de qualidade no país.

Dessa forma, foi através do Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Todos pela Educação, que nasce o IDEB, como proposta contida no PDE. O Ministério da Educação (MEC) define, no capítulo II, art. 3º, que a qualidade da Educação Básica será aferida, objetivamente, com

base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos(as) alunos(as), constantes do censo escolar e do SAEB (Helena, 2009). Reforça, no Parágrafo único, do capítulo II, que o IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao “Compromisso Todos Pela Educação”.

Portanto, com a proposta de controlar e monitorar a relação de oferta, acesso, permanência e rendimento escolar, o IDEB surge como um indicador que traz, na sua configuração, os dois componentes que têm como intuito medir a qualidade do ensino nas escolas, o fluxo escolar e a avaliação nacional em larga escala que, para Haddad (2008), traz uma proposta oficial para coibir o insucesso indiscriminado e estabelecer metas para os sistemas de ensino e escolas, em um movimento pela qualidade educacional.

O objetivo de incorporar o desempenho dos(as) alunos(as) ao fluxo escolar, tem como propósito controlar e verificar o estado do sistema educacional nacional e garantir a qualidade da educação. Para tanto, cria-se um parâmetro balizador de metas a serem alcançadas. Essas mudanças provocam uma corrida para adequar os processos de gestão escolar do setor público aos modelos de gestão privada, pautados pelo neoliberalismo e pelos parâmetros de eficiência, eficácia e produtividade, de uma economia de mercado, que levou as escolas a adequarem os seus objetivos pedagógicos a uma formação com objetivo no mercado.

Como assevera Lima (2008, p. 131): “[...] adota-se uma visão mecanicista da organização escolar, centrada nas operações técnicas, na eficácia e na eficiência”. De igual forma, a avaliação segue a mesma lógica com base em indicadores de desempenho, que como aponta Castro (2009, p. 31), “[...] mostram-se restritas e inadequadas para medir a qualidade efetiva da educação, pois não ultrapassam o nível instrumental”.

## **METODOLOGIA**

Para o alcance dos objetivos traçados na pesquisa, optou-se por uma abordagem de natureza qualitativa, e como método o materialismo dialético, pois possibilitará aproximações investigativas mais concretas com a realidade estudada. Dessa forma, a abordagem metodológica em questão orienta a investigação do objeto na sua concreticidade (totalidade), desvendando-se a natureza da sua realidade social, superando a pseudo concreticidade (Kosik, 2002), num movimento dialético de compreensão das categorias de gestão, qualidade e IDEB. A pesquisa empírica realiza-se na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de Paço do Lumiar, Maranhão, e em uma escola dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AIEF), localizada na região urbana, porém, com características rurais, devido ao número expressivo de extensão territorial e vegetal.

Como participantes da pesquisa tem-se: um gestor municipal (coordenador do Departamento de Currículo e Avaliação da SEMED), um gestor geral, um gestor adjunto, um coordenador pedagógico e um professor, junto aos quais já foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, a fim de coletar informações que auxiliem a compreender a realidade sobre a relação da gestão escolar com os resultados do IDEB. Na análise e interpretação dos dados, adota-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), e atualmente a pesquisa encontra-se na terceira fase, que é a interpretação inferencial, ou seja, tratamento dos resultados. Ressalta-se que a pesquisa já foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), através da Plataforma Brasil, com aprovação através do Parecer n.º 6.547.142, e o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n.º 274991123.3.0000.5.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Através da pesquisa em andamento, após realizar leituras de autores(as) que discutem a implementação do IDEB, enquanto

instrumento balizador da qualidade educacional, e o processo histórico da gestão educacional atrelado às entrevistas e vivências na escola campo, percebe-se que a escola confirma o seu papel como agência de fortalecimento do capitalismo, uma vez que é forjada nas orientações adotadas pelo mercado, tendo que adotar os princípios de gestão nos moldes da empresa.

É perceptível o uso de estratégias e princípios organizacionais, com fins a elevar a eficiência dos processos administrativos e pedagógicos que direcionem ao alcance da meta estabelecida pelo índice oficial, reafirmando os posicionamentos dos princípios da gestão gerencial, no convencimento de que são as estratégias, o seu envolvimento e “engajamento” com os objetivos da organização, pura e meramente, que garantirão o sucesso no rendimento dos(as) alunos(as), conforme propalada pela tese neoliberal.

Entretanto, diversos estudos (Gomes, 2016; Melo; Aragão 2017, entre outros[as]) têm mostrado que essa lógica avaliativa produziu o ranqueamento das escolas com sobrecarga de trabalho aos(às) gestores(as) e, sobretudo, aos(às) professores(as) com adoção de estratégias que tendem a priorizar um ensino por resultados, conteudistas e secundarizar um ensino que prime por uma formação integral

A escola pesquisada, até o ano de 2021, participou de cinco edições da avaliação externa SAEB, iniciando a sua participação em 2011, onde não alcançou as suas metas até 2015. Porém, a partir de 2017, começou a apresentar uma evolução nos seus resultados, alcançando a média prevista “5”, e em 2019 ultrapassa a média estipulada “5.3” para “6.4”, em 2021, não teve os seus resultados divulgados, devido ao número de alunos(as) presentes para a realização da avaliação não atender às exigências de 80% da quantidade necessária para que os seus resultados fossem publicados. Vale ressaltar que foi ano de pandemia. Destaca-se que esse significativo crescimento se deu a partir da posse da equipe gestora (gestor geral, coordenador e professor), que assumiu a escola no ano de 2015, e que permanece a mesma até os dias atuais.

Ao verificar o percentual de estudantes com aprendizado adequado, fica evidente o crescimento no desempenho dos(as) alunos(as) nas disciplinas Português e Matemática, tanto no âmbito nacional, quanto estadual, municipal e local, como observa-se na Tabela 1, abaixo.

**Tabela 1** – Proficiência nas disciplinas Português e Matemática dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AIEF) (Avaliação SAEB).

Localidade	2017		2019		2021	
	Port.	Mat.	Port.	Mat.	Port.	Mat.
Brasil	56%	44%	57%	47%	51%	37%
Maranhão	29%	16%	33%	22%	30%	18%
Paço do Lumiar	37%	21%	42%	26%	40%	19%
Escola Luminense	36%	24%	60%	58%	-	-

Fonte: Saeb, INEP (2021).

A Meta 3 do “Todos pela Educação”, que trata sobre a aprendizagem adequada na idade certa, aponta como percentuais de alcance para o aprendizado adequado: ( $\geq 70\%$ ), abaixo do adequado ( $\geq 50\%$ ), insuficiente ( $\geq 25\%$ ), e não apresenta um bom nível de aprendizagem ( $\leq 25\%$ ). Fazendo uma comparação dos resultados da escola, percebe-se que houve uma evolução significativa, na medida que consegue dobrar o percentual de desempenho dos(as) alunos(as) nas disciplinas Português e Matemática, quando em 2015 saiu 17% em Português e 5% em Matemática, para 60% em Português e 58% em Matemática em 2019, um salto significativo na proficiência. Observou-se, através das entrevistas, que o município, além da avaliação do SAEB, participa das seguintes avaliações externas:

**Quadro 1** – Avaliações externas.

Avaliação	Público-alvo	Objetivos
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica	2º, 5º, 9º e 3º do Ensino Médio	Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da Educação Básica.
SEAMA – Sistema Estadual de	2º, 5º e 9º do Ensino Fundamental	Fornecer subsídios à escola para o redirecionamento dos seus projetos e

Avaliação do Maranhão	e 3º do Ensino Médio	ações pedagógicas, visando maior eficácia das suas intervenções.
PARC – Programa de Alfabetização Colaborativa (Associação Bem Comum)	1º e 2º	Medir a aptidão dos(as) estudantes dos AIEF (2º ano) no processo de aprendizagem do código alfabético em Língua Portuguesa.
Libertar pelo Saber (Sobral) – Programa da Associação Bem Comum	1º ao 5º	Prestar cooperação técnica aos municípios brasileiros com a finalidade de apoiá-los na implementação de boas práticas de gestão pública, educacional e pedagógica.

Fonte: Autor (2024).

Percebe-se que o município e, conseqüentemente, a escola, participam de sucessivas avaliações externas, proporcionando, assim, forte influência de movimentos de ações pedagógicas voltadas para o alcance das metas estabelecidas por cada escola. Compartilha-se da fala de Melo e Aragão (2017), quando afirmam que há a necessidade de investigar os impactos/repercussões/efeitos destas avaliações no cotidiano escolar e na vida de gestores(as) e professores(as), bem como a utilização destes resultados, particularmente em termos de exclusão dos sujeitos que não cumprem as metas estabelecidas.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As reflexões teóricas e as pesquisas de campo evidenciam a necessidade de aprofundamento em estudos voltados aos efeitos da política de avaliação em larga escala e seu reflexo na gestão escolar, pois a busca excessiva por resultados acaba resumindo a ação educativa à mensuração. Como afirmam Melo e Aragão (2017, p. 1161), “A supervalorização dos resultados implica na desconsideração de outras dimensões do processo educativo”.

Faz-se necessário pensar na qualidade social da educação como processo coletivo, onde a responsabilidade do sucesso ou

fracasso não deve ser assumida apenas por gestores(as) e professores(as). É importante pensar que a melhoria da qualidade exige ações que revertam a baixa qualidade no aprendizado na Educação Básica, e que essas ações precisam ser pensadas e assumidas por toda a comunidade escolar.

## **PROPOSTA DE PTT**

O Produto Técnico Tecnológico (PTT) da investigação está em andamento, assim como a elaboração de uma Proposta de Formação Continuada com Gestores Escolares (PROFORGE), cujos objetivos são: 1. refletir sobre a gestão escolar democrática no Brasil: aspectos teóricos e legais; 2. analisar a qualidade da educação no contexto da gestão escolar a partir dos resultados do IDEB; 3. refletir sobre o papel da gestão escolar comprometida com a qualidade educacional e com a formação integral e humana do(a) aluno(a), com o intuito de sobrepujar o conceito de qualidade expresso no indicador oficial de qualidade, denominado por Gomes (2016) de “qualidade indicista”, pois é baseada em índices educacionais. A formação será presencial, com proposta de alcançar gestores(as), coordenadores(as) e professores(as), com duração de 60 horas, dividida em quatro módulos de 15 horas.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.

CASTRO, A. M. D. A. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. *In*: FRANÇA, M.; BEZERRA, M. (Org.). **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Líber Livro, 2009.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GOMES, A. O. **Do plano de escola a escola do plano: implicações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) na qualidade do ensino nas escolas municipais de São Luís/MA.** 2016. Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pará, 2016.

GOMES, A. O. Políticas Educacionais no Brasil no século XXI e o discurso da Qualidade da Educação. **Gestão Educacional e Formação de Professores: olhares, contextos e vivências.** São Luís: EDUEMA, 2017.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HELENA, M. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Revista Meta: Avaliação, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 271-296, 18 dez. 2009.**

IDEB. **Paço do Lumiar, Maranhão.** 2021. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2107506-paco-do-lumiar/ideb>. Acesso em: 21 dez. 2023.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MELO, S. C. B.; ARAGÃO, W. H. Política de avaliação em larga escala: “educação para todos” ou exclusão em nome da “qualidade”? **Revista on-line de Política e Gestão Educacional, [on-line], v. 21, n. esp.2, p. 1152-1164, nov. 2017.**

SANDER, B. Gestão educacional Concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.**

SAVIANI, D. **PDE – Plano de desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC.** Campinas: Autores Associados, 2009.



## REPERCUSSÕES DA GESTÃO PARTICIPATIVA PARA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA

---

Dayane Gomes Melo Corrêa- Turma 2022  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5454003249359511>  
E-mail: [d.ayanegomes@hotmail.com](mailto:d.ayanegomes@hotmail.com)

Albiane Oliveira Gomes  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2000850391605148>  
E-mail: [albianegomes@professor.uema.br](mailto:albianegomes@professor.uema.br)

### INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte do manuscrito da dissertação de mestrado em fase de conclusão do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar. A pesquisa se insere no âmbito das discussões em torno de processos e estratégias da gestão escolar numa perspectiva democratizante, com ênfase nos mecanismos de participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisões e suas repercussões na qualidade da educação, com focalização na realidade das escolas municipais de São Luís/MA.

A partir dos anos de 1990, passou-se a observar o aumento da demanda das escolas no sentido de desenvolver orientações que visem organizar suas atividades de forma amplamente coletiva, tendo no diretor o principal responsável por fomentar caminhos que possam inserir a participação de todos os sujeitos escolares no processo de tomada de decisão.

Outrossim, a partir dessa nova compreensão e administração da esfera escolar, que possibilita a inserção de todos, considerando suas particularidades e contribuição frente a realidade em que se

encontram, a comunidade escolar passa a ampliar e aperfeiçoar seus serviços a partir da realidade vivenciada por seus membros, conjuntura esta que auxilia o diretor, que passa ser mais um membro que participa e decide e não o único a tomar as decisões, ou seja, para além de uma perspectiva autocrática e centralizadora.

Nesse sentido, a questão-problema da presente investigação está assim formulada: Quais os mecanismos de participação da comunidade escolar praticados nas escolas da rede municipal de São Luís, e suas possíveis contribuições para a efetivação da gestão democrática e participativa e quais as suas repercussões na qualidade da educação?

Com efeito, o estudo tem por objetivo geral analisar se os mecanismos de participação da comunidade escolar têm contribuído para a efetivação de uma gestão democrática e participativa enfatizando suas repercussões na qualidade da educação, tendo como referência analítica uma escola da rede municipal de São Luís. Como objetivos específicos, destacam-se: apresentar os conceitos de gestão educacional e escolar, com ênfase na gestão participativa; reconhecer os possíveis mecanismos de participação da comunidade escolar praticados na escola e suas contribuições para a efetivação da gestão democrática; analisar as repercussões da participação da comunidade escolar na qualidade da educação em uma escola da rede municipal de São Luís/MA.

## **MECANISMOS DEMOCRÁTICOS NA PRÁTICA DA GESTÃO ESCOLAR: o vislumbre da qualidade da educação?**

Acontecimentos políticos e sociais influem de forma direta nos rumos da educação. Nesse sentido, a partir das leis regulamentadas, com início da década de 1980, quando se evidenciou o anseio pela democratização da educação, os mecanismos que tornariam isso possível também começaram a integrar as discussões. Destaca-se, portanto: os conselhos escolares, a eleição de diretores, a elaboração do Plano Político Pedagógico (PPP) e a abertura para espaços de diálogos, debates e discussões,

estes que estão inteiramente relacionadas às noções de participação democrática.

Tais mecanismos tornam possível a participação conjunta, articulando-se para a construção de um ensino que, ao mesmo tempo, respeite as individualidades, propicie uma formação crítica e dê voz à comunidade escolar. Conforme Alves e Santos (2019, p. 8), a educação democrática:

ser efetivada por meio de conselhos, colegiados, participação dos professores, pais, alunos e comunidade na construção do projeto político-pedagógico e em todos os âmbitos da educação, com autonomia pedagógica, didática e financeira, que vise à melhoria da qualidade da educação.

A participação como representação consiste em um dos princípios da gestão democrática, definido na LDBEN 9.394/96 (Brasil, 1996), pois concerne, como a própria denominação sugere, ao caráter representativo através do voto, a partir do qual uma pessoa é escolhida como voz de grupos sociais maiores, nos quais é inviável conceder espaços individuais para a defesa de direitos etc.

O voto, como um direito democrático, pressupõe responsabilidade e esta, por sua vez, implica em envolvimento no processo, com a consciência dos papéis individuais para a construção dos pilares que fundamentarão o que se deseja alcançar.

Portanto, as discussões referentes à participação se configuram como as possibilidades que viabilizam a compreensão acerca da efetivação dos mecanismos fundamentais para a gestão democrática, com destaque privilegiado para este debate:

a) Eleição dos gestores escolares:

Esse mecanismo foi alvo de mudanças ao longo dos anos e orientado por um anseio pela descentralização e construção de um espaço escolar mais autônomo. Dessa forma, a escolha feita sem a participação dos integrantes da comunidade escolar, sendo decorrente de indicações políticas com vistas à supervisão filtrada

por interesses individuais, é substituída, pela eleição direta da comunidade.

Em consonância a Meta 19 do Plano Nacional de Educação – PNE, que dispõe sobre assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União (Brasil, 2014, p. 59), a partir disso, compreende-se que a gestão democrática, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais, como políticas de Estado, articuladas com as diretrizes nacionais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Em observância o processo de escolha dos gestores adotado pela rede pública municipal de ensino do Maranhão, conforme os estudos de Dias Junior *et al.* (2021), compreende-se que na rede de ensino maranhense observou-se que a escolha dos gestores e gestores auxiliares das escolas públicas é feita mediante processo seletivo democrático. São eleitos pela comunidade escolar dentre os servidores integrantes das carreiras, após que passarem por formação profissional para o exercício da gestão escolar. Desta forma, a eleição de diretores como elemento de uma gestão democrática está formalmente presente na rede investigada, contudo, não deve ser considerado isoladamente como a determinante da democracia na escola, pois a democratização do espaço escolar é fundamentada em diversas outras premissas além da eleição.

#### b) Os Conselhos Escolares

Nos Conselhos, todos os envolvidos no processo educacional agem colaborativa e intencionalmente na verificação de questões que demandam soluções, intervenções, definindo áreas de atuação, ou seja, sua função é focalizar nessas referidas áreas e

propor ações a serem executadas durante um período previamente estipulado. Seu significado está centrado na maior participação dos pais na vida escolar, como condição fundamental para que a escola esteja integrada na comunidade, assim como a comunidade nela, que se constitui na base para a maior qualidade de ensino (Dalben, 2004, p. 33).

O conselho escolar congrega pessoas que, juntas, delimitarão a própria operacionalização e, por meio de ações sistematizadas e orientadas, terão influência sobre a gestão do espaço escolar.

### c) Projeto Político Pedagógico (PPP)

No tocante ao PPP, Veiga (2012, p. 14) destaca que, para sua construção é necessário passar pela autonomia da escola, frente a sua capacidade de definir sua própria identidade. Ou seja, possibilitar o resgate da escola como espaço público, território de diálogos e debates alicerçados na reflexão coletiva. “Portanto é preciso entender que o projeto político- pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula”.

Desse modo, costurando as discussões acerca dos mecanismos democráticos, para a efetivação de uma gestão democrática, destacamos a participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), entendido como um dos principais mecanismos adotados como expressão da coletividade. O Projeto Político Pedagógico ou Projeto Pedagógico da Escola, conforme o art. 12º da Lei LDBEN 9.394/1996, integra os diferentes tipos de planejamento, todos orientados pelo diretor devidamente capacitado para articulá-los e incorporá-los às ações pedagógicas da escola (Brasil, 1996).

Assim, toda e qualquer prática pedagógica que visa mudanças qualitativas é, antes, orientada pelo planejamento que, por sua vez, não se trata de um produto acabado, e sim de um instrumento flexível, participe de um processo contínuo. Tendo isso em vista, o Projeto Político Pedagógico expressa a visão pedagógica da escola

e tem caráter orientador, tanto da gestão, quanto das atividades que serão desenvolvidas, servindo como referência para todos os profissionais que fazem parte da rotina escolar, por isso, inclusive a importância de que seja elaborado conjuntamente.

Muitos aspectos devem ser considerados na elaboração do PPP, dentre eles, a realidade da escola, evidenciar o compromisso com a formação cidadã dos discentes, priorizar a participação de todos os envolvidos, ser flexível e ter como foco o aluno, seu desempenho e progresso.

Como dito, os mecanismos aqui descritos: eleição dos gestores, conselho escolar e Projeto Político pedagógico, se relacionam e são importantes para uma gestão escolar democrática capaz de culminar em um ensino com qualidade socialmente referenciada. Todavia, eles, por si só, não são garantia dessa qualidade, pois esta demanda uma multiplicidade de condições internas e externas à escola, assim como aspectos psicossociais e capacidades dos participantes.

Conforme Oliveira (2015), o projeto deve ser construído a partir das seguintes noções: autoridade – que diverge de autoritarismo, pois consiste em um valor que garante a liberdade e que não se impõe, uma vez que precisa ser reconhecida e aceita por outros; qualidade – definida por usos e valores sociais; participação – ação coletiva entre escola e comunidade; autonomia – intrinsecamente relacionada à democracia e cidadania, possui três direções: gestão/administração, aspectos organizacionais, dimensão ético-profissional; democracia – constituidora de cidadãos, logo, perspectiva fundamental da escola; igualdade – equilíbrio na concessão de oportunidades e no trato com as pessoas, independentemente de suas diferenças.

Sendo assim, compreende-se, que a gestão participativa tende a assegurar a gestão democrática, por meio da promoção e participação de todos os atores escolares frente a tomada de decisões, de modo que, o PPP configura-se como um dos principais instrumentos que possibilitam a gestão democrática.

## METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos e delimitação dos procedimentos teórico-metodológicos, discute-se sobre o papel da pesquisa enquanto pensamento reflexivo que se atém ao conhecimento da realidade ou da descoberta de verdades inacabadas. Desta forma concerne ao pesquisador o planejamento de seus procedimentos científicos, que contemple preparação da pesquisa, em todas as suas fases de execução (Lakatos; Marconi, 2017).

No que diz respeito aos objetivos, destaca-se como tipo de estudo exploratório e descritivo, pois por meio dele será possível maior familiaridade com o tema pesquisado. Em relação à abordagem, a pesquisa qualifica-se como quali-quantitativa, visando proporcionar riqueza de detalhes e desvelar possibilidades nas interpretações dos dados já obtidos, para um estudo mais aprofundado acerca do tema.

O campo de estudo da investigação, a Unidade de Ensino Básico Olinda Desterro, está situada na capital do estado, a escola possui em seu quadro de professores 23 docentes distribuídos por disciplinas, 2 gestores (geral e adjunto) e 1 coordenadora pedagógica e 2 apoios pedagógicos, no qual teremos como possíveis participantes, incluindo 14 pais ou responsáveis de alunos, ressaltamos que a participação da comunidade se dará mediante convite, podendo estes aceitarem ou não participarem deste estudo, ocorrendo forma voluntária. As características de formação desses profissionais e demais informações relevantes para os resultados da pesquisa, se dará após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Para dar cumprimento à pesquisa, pretendemos ir a campo, em um primeiro momento, almejamos apenas a observação do ambiente escolar, intervindo com os seguintes procedimentos de investigação: entrevista semiestruturada que, nos dizeres de Gressler (2003) consiste em um apanhado de perguntas elaboradas previamente com o intuito de levar o entrevistador a alcançar cada vez mais profundidade nas respostas do informante, logo, da realidade que

almeja conhecer. É, portanto, nos termos de Prodanov e Freitas (2013) um instrumento eficaz para a coleta de dados.

O tratamento dos dados obtidos será pela análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2016) refere-se à junção de variadas técnicas de análise com o intuito de obter, a partir de um sistema de procedimentos e objetivos acerca da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, sejam quantitativos ou não, a partir dos quais seja possível fazer inferências de conhecimentos atinentes às condições de produção e/ou recepção dessas mensagens.

A realização desse tipo de análise se dá em três fases, como destaca a autora supracitada, que são: pró-análises; exploração do material, e por fim o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação – de acordo com os princípios apresentados por Bardin (2016).

A primeira fase, que já se encontra em execução, consiste na organização dos dados para a construção do corpus do estudo e destaca-se o pensamento dialético como base do método de tratamento do material selecionado para estudo, uma vez que nos comprometemos com o diálogo de ideias e conceitos que enriqueçam os conhecimentos construídos ao longo da pesquisa.

Como autores que sustentam o referencial teórico almejado, alçado mediante pesquisa bibliográfica, destacam-se: Andréia V. V. Alves e Jonata C. Santos (2019); Ângela Dalben (2004); Laurence Bardin (2015); Ilma P. A. Veiga (2012) e Oliveira (2015), bem como as legislações que norteiam a educação no país e outros autores que fornecem conceitos pertinentes ao que se pretende tratar e que serão necessários ao longo da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No final do primeiro semestre de 2023, fomos submetidas e realizamos a Qualificação junto ao Programa de Pós-graduação em Educação- PPGE no formato presencial, obtendo diversas e importantes contribuições da Banca examinadora, que nos fizeram refletir e reestruturar o Produto Técnico Tecnológico, saindo de

uma plataforma digital, para um caderno de orientações pedagógicas, que seria de mais fácil acesso a todos.

Após as observações da banca, das reflexões feitas e das reestruturações necessárias submetemos o trabalho à Plataforma Brasil' para análise; em seguida, foi direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), de acordo a Resolução n. 466/12 (Brasil, 2012).

A pesquisa ainda em andamento está estruturada da seguinte forma: A primeira seção concentra-se nas diferentes perspectivas relativas à gestão educacional no Brasil, a segunda seção trata do papel mediador da gestão escolar para o alcance da almejada qualidade. Por conseguinte, tratar-se-á a respeito do caderno de orientações pedagógicas, para o qual tanto os conceitos teóricos, quanto os caminhos metodológicos se convertem, com o propósito de contribuir com a orientação de gestores, docentes e comunidade escolar em geral, no que concerne à construção da autonomia e participação, logo, constituição de uma gestão democrática para o alcance da qualidade de educação.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Faz-se importante ressaltar que a pesquisa é de suma relevância, visto que poderá trazer maior conhecimento sobre o tema investigado, com a possibilidade de intervir no contexto escolar, por meio do Caderno de Orientações Pedagógicas que será elaborado com base nos dados obtidos mediante a coleta feita como os instrumentos anteriormente especificados.

A pesquisa ainda está em andamento e ao final será entregue à comunidade escolar o produto técnico-tecnológico, que será a criação de um Caderno de Orientações Pedagógicas, com o objetivo de oferecer aos gestores escolares de unidades públicas da rede de ensino de São Luís/MA, um material didático que possa subsidiar a comunidade escolar acerca dos mecanismos de gestão participativa e suas repercussões frente a qualidade da educação.

Na oportunidade, salientamos ainda que, esta proposição de Caderno, não tem a pretensão de ofertar fórmulas, e sim uma

possibilidade que pode e deve ser adequada à realidade escolar da comunidade que estiver utilizando o mesmo. E, assim poder possibilitar experiências exitosas na qualidade de educação a partir da prática da gestão democrática.

## PROPOSTA DE PTT

Com base no aporte teórico-metodológico construímos um Caderno de Orientações Pedagógicas, sendo de natureza específica e de maneira obrigatória na finalização dos Programas de Pós-Graduação *Scrito Sensu* na modalidade profissional.

Na criação desse produto, além da literatura especializada, levaremos em consideração os dados obtidos com as entrevistas, para propormos direcionamentos que se adequem às demandas específicas do ambiente investigado e que possam ser operacionalizadas pela comunidade escolar, o guia que tem como finalidade dar suporte à comunidade acadêmica para o cumprimento de uma gestão escolar de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. V. V.; SANTOS, J. C. dos. Mecanismos da gestão democrática da escola expressos nas normas educacionais brasileiras. **Revista de Estudos Aplicados em Educação - REAe**, v. 4, n. 8, p. 6-45, jul./dez. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/

- SASE). 2014. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 04 jan. 2024.
- DALBEN, A. I. L. **Conselhos de classe e avaliação: perspectiva na gestão pedagógica da escola**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- DIAS JUNIOR, C. M. *et al.* Gestão escolar, democracia e eleição de diretores: uma análise do processo de escolha de gestores escolares na Rede Estadual do Maranhão. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 6, p. 57761-57774, jun. 2021.
- GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, M. A. M. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, 2012.



## **EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ALÉM DA OFERTA: apontamentos sobre qualidade da educação infantil nas produções científicas brasileiras**

---

Giullia Cristina Mulato Venancio - Turma 2022

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874504518835120>

E-mail: [professoragiullia@gmail.com](mailto:professoragiullia@gmail.com)

Kallyne Kafuri Alves

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>

E-mail: [kallynekafuri@hotmail.com](mailto:kallynekafuri@hotmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo faz parte de uma dissertação de mestrado em construção pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. A investigação tem como objetivo geral analisar o processo e a dinâmica da avaliação institucional participativa a partir dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009) em uma instituição pública no estado do Maranhão. Tendo ainda como objetivos específicos investigar a relação entre a qualidade educacional e avaliação institucional, a partir dos Parâmetros Nacionais para a Educação infantil (2018) e dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2009); Apontar as contribuições dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009) para a avaliação institucional participativa; e ainda, desenvolver curso de formação profissional com vistas à discussão sobre qualidade educacional e avaliação institucional com profissionais da educação infantil de um município maranhense.

As discussões expostas nesta investigação apresentam um recorte dos resultados da revisão de literatura, apresentando os principais apontamentos que compõem o texto dissertativo

relacionado a revisão de literatura das produções científicas do Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e dos anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), sendo este último analisadas as produções localizadas nos anais do Grupo de Trabalho 07 (GT07) – Educação de crianças de zero a seis, que congrega as pesquisas e investigações que versam sobre a educação infantil e temáticas correlacionadas. Para tanto, escolhemos a delimitação temporal dos anais de eventos realizados entre 2009 e 2022.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente investigação parte de referencial teórico dialógico (Bakhtin, 2011) compreendendo o ato de avaliar como reflexivo e de problematização da realidade. Assim, apresentamos considerações sobre a avaliação da educação infantil a partir da legislação vigente e dos estudos de Campos (2000,2011,2013), Rosemberg (2013), Viera (2021), entre outros.

As discussões sobre qualidade na Educação infantil ganharam destaque nos últimos anos, especialmente a partir dos estudos de Campos (2006), que revelam dados e análises sobre qualidade em instituições de educação infantil brasileiras. A partir destes, diversas outras investigações foram propagadas pelo país, especialmente no que diz respeito à evidência da ausência de políticas e ações em escala nacional para a avaliação de creches e pré-escolas brasileiras. Tais ideias vêm sendo pautadas por autores como Rosemberg (2013), Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013) e Campos (2013).

Desse modo, compreendemos a urgência em abordarmos discussões que evidenciem a relação entre qualidade educacional e espaços de discussões que possibilitem olhares sensíveis para a construção de propostas que valorizem a educação infantil a partir de suas especificidades. Portanto, vemos a avaliação dos

Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2009) como uma oportunidade de garantia da democracia a partir do pluralismo de discussões que norteiam seu desenvolvimento.

## **METODOLOGIA**

Assim, a presente investigação caracteriza-se como de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa participante, a partir da realização de avaliação institucional na utilização dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009) em uma instituição pública municipal no estado do Maranhão. Para a coleta de dados, além da observação participante no encontro de avaliação institucional, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e realização de análise documental.

Como método de análise e discussão do objeto de pesquisa, realizamos uma revisão de literatura com o propósito de mapear as principais obras no campo educacional que abordam a temática investigada. Assim, utilizamos as bases de dados de produções científicas do Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), e ainda, a plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). O levantamento apresenta discussões sobre as políticas e discussões da avaliação no contexto da educação infantil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente investigação focaliza investigações de revisão de literatura realizada a partir das bases de dados de produções científicas do Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), e ainda, a plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A pesquisa

teve como principal objetivo realizar levantamento das pesquisas e investigações relacionadas a discussões sobre a avaliação de contextos e qualidade educacional na etapa da educação infantil no país. Neste trabalho, apresentaremos um breve recorte de dados observados no Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), debruçando nossas análises das produções localizadas nos anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

A pesquisa teve como foco as produções realizadas entre os anos de 2009 e 2022 e busca apresentar as principais análises realizadas pelos autores a partir das discussões que versam sobre avaliação e qualidade no contexto da educação infantil brasileira. Escolhemos o referido marco temporal por entendermos que as documentações e políticas realizadas a partir do ano de 2009 impulsionaram as discussões sobre avaliações institucionais com vistas a qualidade na Educação infantil. Para tanto, utilizamos como descritores os termos “avaliação institucional”, “Educação infantil” e “Indicadores de Qualidade da Educação Infantil”. Para fins de análise, escolhemos apenas os trabalhos que abordavam a avaliação institucional com a implementação de avaliações que versassem sobre a qualidade educacional institucional na educação infantil.

Iniciamos pelo Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por se tratar de uma das maiores plataformas digitais de teses e dissertações nacionais, responsável pelo arcabouço teórico de produções a nível de mestrado e doutorado. Na investigação, foram identificadas pesquisas pautadas em discussões que versassem sobre a avaliação no contexto da educação infantil no período estipulado, porém focalizamos nossa investigação naquelas produções cujo principal foco centralizasse na investigação da avaliação com viés voltado à instituição e pautadas na abordagem participativa, assim encontramos 30 (trinta) trabalhos a nível de mestrado e 7 (sete) a nível de doutorado no

período equivalente aos anos entre 2009 e 2022. Após a leitura dos resumos, palavras-chaves, introdução e considerações finais, realizou-se a análise de 8 (oito) trabalhos a nível de dissertação e 3 (três) a nível de teses de doutorado.

Dentre as investigações, alguns achados nos chamaram atenção, dentre eles a geolocalização de tais produções, pois as produções brasileiras no que tangem a investigações a nível *stricto sensu* possuem maiores discussões em determinadas regiões, em especial nas regiões sul e sudeste, divergindo-se de outras na qual as discussões se apresentam em pequeno quantitativo ou são inexistentes, em especial no norte e nordeste do país.

A análise sobre a centralidade das pesquisas encontradas nos revelam o quanto tais discussões aqui evidenciadas são importantes para a percepção da qualidade educacional ofertada em creche e pré-escolas brasileiras, em especial as situadas na região nordeste, destacando as do estado do Maranhão, no qual não foram localizadas pesquisas sobre a temática. Assim, acreditamos ser essencialmente importante a análise das produções científicas que abordam a temática para que possamos evidenciar quais contextos e discussões são abordadas e quais as possibilidades de investigação dentro do cenário educacional brasileiro.

Na Plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) utilizamos para investigação na plataforma como descritores as palavras “avaliação da educação infantil”, sendo encontrados 204 resultados e, após filtro inicial pelo título, foram selecionadas 19 produções que versassem sobre a avaliação institucional da educação infantil. Dentre os trabalhos localizados, optamos por limitar nossa investigação somente às produções que tivessem como *locus* de investigação o contexto educacional brasileiro. Após a leitura, desconsideramos 9 produções que versavam sobre a avaliação em contextos internacionais ou utilizavam instrumentos avaliativos criados em outros países.

Nos resultados encontrados na plataforma, destacamos o trabalho de Cruz *et al* (2021) que aponta discussões sobre a

qualidade da educação oferecida nas creches conveniadas do município de Fortaleza. A investigação buscou investigar, através da implementação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, aspectos relacionados às condições de funcionamento, com destaque para as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições. Os dados apresentados pelas autoras revelam os desafios a serem percorridos em busca de condições de oferta adequadas ao atendimento de creche, principalmente tratando-se das condições físicas e as práticas pedagógicas.

A investigação aponta discussões importantes sobre a qualidade das instituições investigadas e revela a ausência de dados e de políticas públicas sobre a avaliação para a promoção de políticas públicas que visem garantir o direito das crianças à educação de qualidade. Reiteramos que a referida autora é referência nas principais discussões sobre avaliação e qualidade da educação infantil no país, em especial em pesquisas realizadas na região nordeste do país.

Visando expandir o panorama de discussões que versavam sobre a avaliação da educação infantil, optamos por estender as discussões aos anais de encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), sendo estes selecionados por ser um dos mais importantes eventos na área educacional e congregar o maior número de pesquisas e investigações a nível de pós-graduação da atualidade. Selecionamos para análise os anais do Grupo de Trabalho 07 (GT07) – Educação de crianças de zero a seis, que congregam as pesquisas e investigações que versam sobre a educação infantil e temáticas correlacionadas. Para tanto, escolhemos a delimitação temporal dos anais de eventos realizados entre 2009 e 2022. Como descritores, optamos pela análise inicial a partir dos títulos das produções. Após a análise dos títulos, realizamos a leitura daqueles que se relacionavam a temática da avaliação da educação infantil e/ou qualidade educacional na educação infantil.

Destacamos que dentre estes, as discussões aparecem nos anais do evento somente a partir do ano de 2015, inicialmente com o trabalho de Vieira e Côco (2015). Neste trabalho intitulado *A avaliação institucional na Educação infantil em diálogo com assertivas do plano nacional de educação*, apresenta discussões a partir das relações entre a avaliação institucional e a formação continuada na etapa da Educação infantil, considerando a realização desse processo avaliativo em um município brasileiro.

Para a discussão, Vieira e Côco (2015) utilizam-se do referencial teórico-metodológico bakhtiniano, discutindo a partir da análise documental a avaliação institucional na Educação infantil e Plano Nacional de Educação. As análises e discussões versam sobre a reflexão das concepções sobre avaliação da educação infantil apresentadas nas estratégias do Plano Nacional de Educação. As autoras apontam criticamente para o distanciamento das concepções de educação infantil já estabelecidos, tendo em vista o fortalecimento de ações que visem a promoção de avaliações que prezem pela qualidade educacional, pautando-se principalmente na participação coletiva das crianças e adultos que vivenciam diariamente os espaços da educação infantil.

O segundo trabalho localizado trata-se da pesquisa *Avaliação da educação infantil: características de iniciativas municipais paulistas* de autoria de Pimenta (2017). O trabalho apresenta os resultados da pesquisa de doutoramento, cujo principal objetivo foi analisar as iniciativas municipais de avaliação da educação infantil realizadas por municípios brasileiros, especialmente as elaboradas por 42 municípios do estado de São Paulo, visando identificar suas potencialidades e limites para contribuir com a garantia do direito à educação pública e de qualidade para as crianças pequenas.

Ainda sobre avaliação da Educação infantil, localizamos o trabalho de Falciano (2021) intitulado *Repercussões do novo Fundeb para a avaliação da Educação infantil*. A investigação parte da problemática da implementação do novo Fundeb e do financiamento da educação infantil, a partir do aumento da complementação da União e do novo sistema de redistribuição dos

recursos. O autor apresenta discussões sobre o novo modelo de financiamento que coloca como métrica de evidência a qualidade da oferta ao tratar do Custo Aluno Qualidade (CAQ), vinculando o investimento ao desempenho de resultados educacionais.

O quarto trabalho localizado trata-se das análises de Vieira (2021) com o título *Participação das famílias na avaliação institucional na educação infantil: tensões, desafios e perspectivas*. O trabalho é fruto de sua pesquisa de doutorado, apresentando discussões sobre a participação das famílias na avaliação institucional de um Centro Municipal de Educação infantil (CMEI) de um município do Espírito Santo. A autora articula sua metodologia a partir pesquisa narrativa de tipo investigação-formação, enfatizando a participação das famílias no processo de avaliação institucional e articulando aos enunciados do Plano Municipal de Educação, enfatizando a necessidade de ampliação da participação das famílias e de valorização de momentos formativos voltados a participação das famílias.

Vale destacar que muitos dos trabalhos selecionados apresentam resultados de investigações de dissertações e teses de Programas de Pós-graduações, inclusive alguns deles já alisados anteriormente a partir dos dados coletados Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. As análises realizadas a partir dos anais de encontros da ANPED nos possibilitaram refletir sobre as múltiplas dimensões que impactam no processo de avaliação institucional da educação infantil, e ainda sobre a complexidade de pensar a avaliação a partir do contexto e dos participantes no processo avaliativo.

Os apontamentos realizados a partir dos anais da ANPED nos possibilitam perceber a dimensão das pesquisas e repensar as perspectivas de discussões acerca da temática. É certo que os trabalhos apresentados nos encontros ANPED são reflexos das investigações realizadas na pós-graduação e evidenciam a urgência em discussões que pautem análises sobre a qualidade educacional na primeira infância, fato este já evidenciado na seção anterior na

qual apresentamos as análises das produções localizadas no Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da CAPES.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O presente estudo apresentou um recorte dos levantamentos do trabalho dissertativo, evidenciando os principais dados obtidos a partir da revisão de literatura realizada. A investigação nos proporcionou um panorama das discussões sobre qualidade no cenário brasileiro, principalmente com base nas evidências apontadas pelos autores sobre as possibilidades de investigação da temática, relacionando-a à utilização de instrumentos avaliativos para análises qualitativas sobre a qualidade da educação infantil, especialmente com base nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2009).

Dessa forma, a partir do levantamento do estado da arte realizado, foi possível uma análise ampliada das discussões no cenário brasileiro sobre a qualidade educacional na educação infantil. Diante desses aspectos, percebemos ao longo da investigação que, embora o número de trabalhos voltados para a etapa da educação infantil seja significativo, poucos deles versam sobre a qualidade educacional atribuída a esta etapa educacional. Assim, espera-se que os resultados desta investigação possam contribuir para a implementação da política de autoavaliação institucional e para a promoção de reflexões acerca do trabalho já desenvolvido pelas instituições, bem como análises sobre a oferta e garantia de direitos às crianças.

## **PROPOSTA DE PTT**

A partir de nossa investigação, propomos, como forma de apresentação de resultados, a realização de um curso de formação profissional continuada voltado aos profissionais da área de educação infantil no âmbito do município investigado. O curso terá como principal objetivo contribuir para a promoção de reflexões

acerca do trabalho já desenvolvido a partir de análises sobre a oferta e garantia de direitos às crianças atendidas pelas instituições, estimulando a implementação de uma política municipal de avaliação institucional, utilizando como referência os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2018) e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2009).

Diante dos aspectos apontados, projeta-se que o curso de formação profissional seja organizado com carga horária de 16 horas, realizadas em dois dias, abordando discussões e reflexões sobre a qualidade da educação infantil, ressaltando as legislações que tratam sobre a educação infantil e o estímulo à avaliação institucional, evidenciando aspectos teóricos e relacionando-os à prática profissional dos participantes.

O curso pretende, partindo dos documentos oficiais e discussões com a comunidade escolar e das experiências já vivenciadas na aplicação das avaliações nacionais, buscando complementação e adequação à realidade vivida no município, levando em consideração os diversos contextos e infâncias vivenciadas nas escolas de educação infantil, ressaltar a valorização da participação coletiva dentro do processo educativo. Acreditamos que o produto proposto contribuirá significativamente para a efetivação das práticas de avaliação no município e possibilitará a definição de políticas públicas a partir dos resultados, proporcionando a produção de boas práticas educacionais que visem à valorização e garantia de instituições de educação infantil de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M.. Trad. Maria Ermantina. Galvão; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. São Paulo **Estética da criação verbal**: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: Secretaria da Educação Básica, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, 2018.

CAMPOS, M. M. A Qualidade da educação em debate. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 22, p. 5-36, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/2215>. Acesso em: 19 set. 2022.

CAMPOS, M. M. et al. **A Contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental**. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 37, n.1, jan./abr. 2011.

CAMPOS, M. M., COELHO, R. de C.; CRUZ, S. H. V. **Consulta sobre qualidade da**

CAMPOS, Maria Malta. **Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 22-43, jan./abr. 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1983.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade; RODRIGUES, Ana Paula Cordeiro Marques. A qualidade das creches conveniadas de Fortaleza em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. (Dossiê Desafios da avaliação na e da Educação infantil).

**Educação infantil**: relatório técnico final. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas; Departamento de Pesquisas Educacionais, 2006.

FALCIANO, Bruno Tovar. Repercussões do novo FUNDEB para a avaliação da educação infantil. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021. **Anais [...]** Belém, PA: EDUFPA, 2021.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; FORMOSINHO, João. **Pedagogia-em-Participação: a perspectiva educativa da Associação Criança**. Porto: Porto Editora, 2013.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. Avaliação da educação infantil: características de iniciativas municipais paulistas. *In: REUNIÃO DA ANPED*, 38., 2017. Anais [...] São Luís: ANPED, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Políticas de educação infantil e avaliação**. cadernos de pesquisa, são paulo, v. 43, n. 148, p. 44-75, jan./abr. 2013.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. **Vivências formativas com a avaliação institucional na educação infantil**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2021.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; CÔCO, Valdete. A avaliação institucional na educação infantil em diálogo com assertivas do Plano Nacional de Educação. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2015.

## **GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) EM UM IEMA PLENO: evidências sobre a participação da comunidade da comunidade escolar**

---

Janaine Lira Vieira – Turma 2022  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7922700379173634>  
E-mail: [jannabio@yahoo.com.br](mailto:jannabio@yahoo.com.br)

Severino Vilar Albuquerque  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3497157552176004>  
E-mail: [svalbuquerque@uol.com.br](mailto:svalbuquerque@uol.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

O presente resumo, submetido ao V Seminário de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), constitui um recorte da dissertação, em construção, no âmbito do PPGE, Mestrado Profissional em Educação, com foco na análise da participação da comunidade escolar quanto à utilização e prestação de contas de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola em uma unidade do IEMA Pleno de São Luís/MA.

É consenso na literatura (LIBÂNEO, 2015; PARO, 2010; PINHEIRO, 2012), entre outros, que a gestão escolar deve assegurar espaços de participação da comunidade nas discussões e deliberações relacionadas com a tomada de decisões sobre o atendimento educativo em todas as suas dimensões. Esse princípio estende-se à gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), programa que teve início em 1995, como Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) e, posteriormente, foi renomeado para PDDE. Esse Programa visa apoiar o atendimento público na Educação Básica, com vistas à garantia constitucional do direito à educação, definido

na Constituição Federal (CF) de 1988, e referendado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996.

O PDDE, que objetiva financiar despesas de custeio e custeio, o recurso repassado diretamente às escolas por meio das Unidades Executora Própria (UEX). A distribuição ocorre em duas parcelas anuais, considerando o número de alunos(as) matriculados(as), dividido em capital e custeio. No caso do presente estudo, cujo foco é a gestão desses recursos em escolas públicas, a pesquisa concentra-se em uma unidade do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA Pleno), para apreender o papel da gestão em uma Unidade pesquisada na gestão dos recursos do PDDE, no período de 2018 a 2023. A análise levará em conta os princípios da gestão democrática, definidos na CF/88, e no regramento legal a partir da LDBEN de 1996, e se concentrará nas formas de participação da comunidade quanto à utilização e à prestação de contas dos recursos. Tendo em conta a temática em tela, o estudo busca responder à seguinte questão: Como se materializa a gestão dos recursos do PDDE em uma unidade do IEMA Pleno?

A relevância social e política, e a pertinência do estudo, seguem na direção de observar uma política de financiamento para apoiar o atendimento público, na Educação Básica, em curso no país, por meio de ações que visam à melhoria na infraestrutura física e pedagógica, e o fortalecimento da gestão escolar. Para responder à questão suscitada, o estudo delineou, como objetivo geral, analisar, na perspectiva da gestão democrática, o papel da gestão escolar nos recursos do PDDE, buscando apreender as formas de participação da comunidade quanto à utilização e à prestação de contas dos recursos. Quanto aos objetivos específicos, tem-se: examinar as formas de participação de instâncias colegiadas na gestão dos recursos de PDDE, no que diz respeito ao uso dos recursos e à prestação de contas; estudar as práticas da gestão escolar quanto à captação, à utilização e à prestação de contas de recursos do PDDE, para apreensão de mecanismos de participação das instâncias colegiadas; construir um aplicativo,

como Produto Técnico e Tecnológico (PTT), para subsidiar a escola no âmbito da gestão de recursos do PDDE.

## **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E GESTÃO DE RECURSOS DO PDDE: primeiras aproximações**

A palavra gestão vem do latim *gestione*, que significa o ato de “[...] gerir, gerência, administração” (Ferreira, 1999, p. 985). Gestão é, portanto, administração, tomada de decisões, organização e direção. A gestão da educação se destina à formação para o exercício da cidadania, isto é, direciona-se à promoção humana. A gestão escolar, além de representar a estrutura orgânica de uma escola, quando se constitui democrática, contribui para abrir espaços democráticos de participação dos segmentos nas deliberações e tomada de decisões quanto às questões que afetam o atendimento educativo (Paro, 2010). A gestão dos recursos financeiros é uma ferramenta que envolve, sobretudo, planejamento, transparência, prestação de contas e avaliação da utilização eficiente do recurso. É uma das mais habituais práticas da gestão identificada em toda e qualquer organização, e à qual compete fazer as devidas análises, decisões e execução.

Assim, cabe às comunidades educacionais, lideradas por seus(as) respectivos(as) gestores(as), e juntamente à sua equipe pedagógica, unirem-se para a ampliação da democracia na escola, com prioridade por assuntos que favoreçam a educação de qualidade e igualitária a todos(as), de modo que avance para uma instituição que possa, de fato, caminhar para uma educação formadora de cidadãos(ãs) críticos(as), autônomos(as) e conscientes dentro da sociedade. Nesse viés, de qualidade de ensino, recorre-se ao PDDE, o qual “[...] foi criado com a justificativa de resolver o problema da burocratização no repasse dos recursos às unidades escolares, procurando dar mais agilidade e racionalização na transferência e utilização dos mesmos” (Kalam, 2011, p. 86).

A partir dos estudos de Pinheiro (2012), é possível identificar que o PDDE foi criado com o propósito de descentralizar os recursos; outra característica do Programa é a autonomia oferecida às escolas com o envio do recurso. Santos (2006) relata que o PDDE oferece às escolas uma autonomia relativa, pois a instituição pode gastar o dinheiro em algumas despesas previamente definidas.

O PDDE, assim como outros programas federais, recebe verbas do Salário Educação, sendo que este é uma contribuição social cobrada das empresas. Desde 1964, as empresas são obrigadas a recolher 2,5% calculados sobre o valor da folha de pagamento dos(as) funcionários(as). Até 2005, esse valor era destinado unicamente ao Ensino Fundamental. Logo, a Emenda Constitucional 53/2006, no seu art. 212, inciso 5º, regulamenta o Salário-Educação: “A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário Educação, recolhido pelas empresas na forma da lei” (Brasil, 2006). Essas primeiras aproximações teórico-conceituais mostram a importância da gestão democrática no ambiente da escola pública e, nesse âmbito, a gestão de recursos financeiros, que chegam às escolas para fortalecer o atendimento educativo, devem levar em conta a participação da comunidade na tomada de decisão, tanto em relação ao uso desses recursos como em sua prestação de contas.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, adota-se a abordagem qualitativa, pois essa perspectiva possibilita que se obtenham mais informações sobre o fenômeno observado. Nessa direção, Bogdan e Biklen (1994) apontam que os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto, conferindo importância ao sentido e ao significado daquilo que não pode ser quantificado.

Para a coleta de dados, são utilizados: roteiro de análise documental, roteiro de entrevista semiestruturada e roteiro de observação, para que os procedimentos de observação sistemática,

entrevistas e análise documental sejam adotados na coleta de dados. Esses procedimentos, segundo Gil (2017), fazem uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade, que têm caráter mais descritivo e interpretativo, e trazem à luz as aproximações e impressões inerentes ao sujeito e ao objeto, revelando o detalhamento e o progresso da pesquisa nos quais já é possível anotar análise de acontecimentos, levantar ou derrubar hipóteses.

O estudo adota a análise de conteúdo (Franco, 2008), que consiste em um procedimento analítico aplicado a qualquer comunicação escrita, podendo ser utilizado para a análise de conteúdo de entrevistas, além de conteúdos de documentos oficiais, relacionados com o objeto de estudo. Igualmente, imprime um olhar dialético (Kosik, 2010) para apreender a totalidade fenomênica. Participaram da pesquisa: o gestor, membros de segmentos de pais, funcionários(as), professores(as) e estudantes que compõem o colegiado escolar, e membros do conselho fiscal que fazem parte da gestão dos recursos do PDDE e da materialização da prestação de contas destes recursos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A gestão dos recursos financeiros emerge como uma ferramenta essencial, envolvendo planejamento, transparência, prestação de contas e avaliação da eficiência na utilização desses recursos. É uma prática comum em qualquer organização, sendo responsabilidade de todos(as) os(as) envolvidos(as) na administração escolar. A gestão escolar democrática busca a tomada de decisões compartilhada, promovendo a voz e a ação de todos(as), visando superar desigualdades e preconceitos, transformando a escola em um espaço igualitário e de oportunidades.

Nesse contexto, as comunidades escolares, educacionais, lideradas pelos(as) gestores(as) e suas equipes pedagógicas, têm o desafio de ampliar a democracia na escola, priorizando questões

que favoreçam a educação de qualidade e igualitária. O PDDE surge como uma ferramenta para agilizar e racionalizar o repasse de recursos, contribuindo para a descentralização e autonomia das escolas (Kalam, 2011; Pinheiro, 2012; Santos, 2006).

As políticas públicas, incluindo a educação, dependem dos recursos provenientes dos tributos diretos e indiretos pagos pela população. A LDB de 1996 estabelece as diretrizes para o financiamento da educação, destacando a obrigação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios destinarem percentuais específicos de suas receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Essas abordagens teórico-conceituais destacam a relevância da gestão democrática nas escolas públicas, especialmente na gestão de recursos financeiros. A participação da comunidade na tomada de decisões – sobre o uso e a prestação de contas desses recursos – emerge como um fator fundamental para fortalecer o atendimento educativo e garantir uma educação de qualidade e igualitária. A escola investigada recebe recursos do PDDE desde 2018.

**Tabela 1 – PDDE Recursos (período 2018 a 2023).**

<b>Recursos PDDE</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
PDDE Básico	4.080,00	6.500,00	-	6.920,00	3.795,00	10.910,00
PDDE – Desempenho	-	-	-	6.100,00	-	-
PDDE – Estrutura (Acessibilidade)	-	-	-	12.000,00	-	-
PDDE Qualidade (Emergencial – Covid)	-	-	-	5.881,88	-	-
PDDE Qualidade (Educação Conectada)	-	3.328,00	-	3.328,00	-	3.328,00

PDDE	-				
Qualidade					
(Novo Ensino			14.091,0		38.223,0
Médio	-	-	0	-	4
Itinerários					
Formativos)					
<b>Total</b>	<b>4.080,0</b>	<b>9.828,0</b>	<b>48.320,8</b>	<b>-</b>	<b>52.461,9</b>
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

Fonte: Brasil (2023).

A Tabela 1 revela que os recursos recebidos pela Unidade de Ensino Básica (UEB) pesquisada não se mostram necessários para a manutenção, considerando custeio e manutenção de uma escola pública, que quase não dispõe de outras fontes de recursos, principalmente porque o Programa se expressa com o objetivo de proporcionar maior autonomia às escolas na gestão de recursos, permitindo que atendam às demandas específicas de suas realidades locais (Brasil, 2006).

No que se refere à pesquisa de campo, momento em que são levantadas percepções dos(as) participantes da pesquisa, percebe-se que há uma compreensão sólida sobre gestão escolar e democrática. Apesar de ser uma abordagem relativamente nova, ela se manifesta de forma palpável no controle e na utilização dos recursos por meio das decisões tomadas. Os(as) entrevistados(as) reconhecem a importância da gestão participativa para otimizar o aproveitamento dos recursos do PDDE.

Nesse sentido, destaca-se a realização da Assembleia Geral, na qual todos(as) os(as) representantes das instâncias colegiadas e gestores(as) da unidade escolar se reúnem para deliberar sobre prioridades na aquisição de materiais e serviços, assim como discutir assuntos relacionados com o funcionamento da unidade e à execução dos recursos do PDDE. Conforme os(as) entrevistados(as), essas reuniões mensais seguem os parâmetros estabelecidos pela documentação do PDDE, garantindo a participação de todos os membros de acordo com uma ordem

preestabelecida, e promovendo levantamentos de dados essenciais para a tomada de decisões.

Como o estudo ainda está em fase de análise de dados, não se pode fazer afirmações conclusivas sobre a participação efetiva da comunidade na gestão de recursos do PDDE, tal como não se pode fazer relação dos recursos desse Programa com a melhoria da qualidade da educação na instituição investigada. Somente os resultados conclusivos poderão apontar sinalizações para que se possa fazer tais afirmações.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Fica, até o presente, a afirmação oficial de que a gestão dos recursos financeiros, ferramenta vital para a administração escolar, requer planejamento, transparência, prestação de contas e avaliação. Pode-se inferir, de igual modo, que a prestação de contas constitui parte fundamental do controle social de recursos públicos, que não é responsabilidade exclusiva do(a) gestor(a) administrativo-financeiro(a), mas de todos(as) os(as) envolvidos(as) na gestão escolar. Portanto, a gestão escolar deve assumir a perspectiva democrática, para que as decisões sejam tomadas de forma compartilhada, visando à participação de todos(as) que integram a comunidade escolar.

Nesse sentido, a gestão de recursos do PDDE deve se pautar pela descentralização, transparência e autonomia do sistema de gestão das escolas. A própria pela Lei n.º 8.666/93 (Brasil, 1993), estabelece normas à aplicação de recursos públicos, incluindo procedimentos para compras e cotações de valores. Desse modo, a prestação de contas, conforme orientações do FNDE, e se adotados os princípios da gestão democrática, constitui ferramenta fundamental para assegurar a transparência e a probidade na utilização dos recursos do PDDE.

A importância do PDDE é destacada não apenas pelos avanços e desafios identificados nos estudos, mas também pela sua função de contribuir nos avanços no atendimento educativo público.

Todavia, esse Programa é apenas parte de uma política de financiamento da educação no país, com o objetivo de elevar os indicadores do atendimento público no setor educacional. Cumpre aos municípios não apenas contarem com os recursos do PDDE, para a manutenção das suas redes de escolas, até porque esses recursos não são suficientes para garantir a qualidade da educação. Além disso, as políticas públicas, como aquelas delineadas pela LDBEN de 1996, estabelecem diretrizes para o financiamento da educação, ressaltando a destinação específica de percentuais de receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino público.

No caso específico da escola investigada, o estudo, mesmo ainda em análises não conclusivas, oferece pistas para afirmar a responsabilidade sobre os recursos recebidos, como bem apontam alguns(mas) entrevistados(as), ao reconhecerem a importância da gestão participativa para otimizar a utilização dos recursos provenientes do PDDE. Desta forma, a Assembleia Geral assume um papel relevante, congregando todos(as) os(as) representantes das instâncias colegiadas e gestores(as) da unidade escolar. Essa instância de deliberações e de tomada de decisões é um espaço/tempo estratégico para definir prioridades na aquisição de materiais e serviços, além de abordar temas relevantes ao funcionamento da unidade e à efetiva execução dos recursos do PDDE.

## **PROPOSTA DE PTT**

As lentes teóricas, e os achados dos documentos e do campo empírico, permitem propor um aplicativo com o objetivo de contribuir com que os(as) gestores(as) e instâncias colegiadas de escolas públicas implementarem uma cultura participativa no ambiente da gestão escolar, bem como oferecer ferramentas orientadoras com vistas à efetiva gestão e prestação de contas de recursos do PDDE.

O conteúdo do aplicativo deve ser estruturado em duas seções, ao mesmo tempo distintas e complementares. A primeira deve versar conteúdos teóricos sobre gestão escolar democrática, a partir

da contribuição da literatura que deu suporte teórico-conceitual ao estudo, além de uma parte que apresentará, de forma objetiva, a legislação e as normas de controle social de recursos públicos. Na segunda parte, de caráter mais técnico, apresentam-se algumas ferramentas, inicialmente pensadas, para comporem o conteúdo do aplicativo. Para desenvolver esse aplicativo, a autora deve buscar a colaboração de especialistas em gestão escolar, contabilidade e tecnologia educacional, para garantir que ele atenda às necessidades específicas do PDDE, e que seja uma ferramenta valiosa para as escolas.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial, 20 de dezembro de 1996.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KALAM, R. J. A. **O Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto do financiamento público da educação: implementação de políticas e implicações na gestão escolar**. 2011. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus editora, 2015.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

PINHEIRO, I. F. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da educação básica: estudo de caso – modalidade tempo integral**. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

SANTOS, I. M. Política de financiamento da educação e participação da comunidade na gestão da escola. **RBP**AE, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 315-329, jul./dez., 2006.



## EXPERIÊNCIA DE PROJETO DE EXTENSÃO NO ENSINO MÉDIO DO IEMA PLENO, CENTRO, SÃO LUIS - MA

---

Jonhatan de Matos Camilo - Turma 2022.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4448303978344003>  
E-mail: [jmccamilo@gmail.com](mailto:jmccamilo@gmail.com)

Ana Lúcia Cunha Duarte  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>  
E-mail: [anaduarte5621@gmail.com](mailto:anaduarte5621@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

os caminhos de uma escola caracteriza um grande desafio para os gestores, ainda mais quando se considera as mudanças provocadas por um processo intenso de globalização, o que tem ocasionado mudanças no comportamento e no modo de vida das pessoas, essa problemática torna-se um desafio a ser gerido pelo indivíduo que pretende ser gestor em uma instituição de ensino. Visando garantir que a escola cumpra seu papel de educar, faz-se necessário que o gestor seja preparado na sua formação profissional e principalmente que tenha estreita relação, compromisso político e social com a comunidade. Aliado a estes fatores, ele deverá propiciar permanente o processo de democratização e participação autônoma da comunidade escolar, promovendo debates e socialização dos problemas, haja vista que seu papel é garantir uma gestão eficiente e eficaz que resulte em ensino de qualidade para todos.

Partindo de tais pressupostos, a proposta do trabalho em tela terá como ponto central de investigação o papel desempenhado pelo gestor escolar na construção e desenvolvimento de projetos de extensão propostos por escolas da rede básica de ensino.

O objeto versa sobre o papel da gestão escolar com vistas a implementação de projetos de extensão no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) em São Luís, Centro a fim de que sejam socializadas as práticas de gestão escolar adotadas no referido Instituto. O IEMA é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e tem como objetivo oferecer educação profissional, científica e tecnológica de nível médio e superior de forma pública, gratuita e de qualidade, buscando o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do Maranhão.

Este trabalho foi pensado, principalmente, para gestores e professores da rede de educação básica que demonstrem interesse de elaborar e implementar um projeto de extensão em suas escolas. Foi desenvolvido um projeto piloto denominado de MOVIEMA<sup>1</sup> que, pensando em uma gestão democrática, convidou a comunidades escolar, docentes, profissionais da administração, intérpretes de libras, bibliotecários, estudantes representantes de cada classe, a participar das reuniões para apresentação e desenvolvimento do projeto. Como mencionado, acreditamos que a gestão participativa e democrática é o alicerce para a construção de contextos escolares mais favoráveis e promissores para atuação dos profissionais e para formação dos estudantes.

A reunião com a comunidade escolar possibilitou o acesso a diferentes ideais sobre como implementar os projetos de extensão em nossa escola. A nossas concepções sobre a função da extensão, enquanto canal de diálogo e partilha de conhecimentos e experiências entre instituições e sociedade vão ao encontro dos objetivos dos projetos do MOVIEMA.

A escolha deste público-alvo se deu pela necessidade de mostrar que é possível que as escolas da educação básica possam

---

<sup>1</sup> MOVIEMA – significa movimentar a comunidade escolar, especialmente, os estudantes que serão envolvidos com outras atividades que possam provocar o interesse pelos estudos até concluir o ensino médio e posteriormente seguir para a educação superior.

ser protagonistas de projetos de extensão que beneficiem os estudantes e a comunidade ao seu entorno. As demandas da sociedade também são importantes e vão além das demandas de mercado. É preciso buscar identificar como melhorar o rendimento acadêmico dos alunos e da sociedade que o cerca, trazendo melhores condições de saúde física e mental para elaborar um projeto de extensão que atenda o maior número possível de indivíduos. Com isso, mostramos que é possível romper a ideia que as escolas da educação básica são apenas objetos de estudo, mas também podem ser protagonistas nessa área da extensão.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho tem como principal finalidade obter o máximo de informações possíveis sobre as práticas, estratégias e processos de ações da gestão escolar participativa e democrática em projetos de extensão na rede de educação básica.

A análise dos dados colhidos no presente trabalho será construída a partir de uma abordagem quali-quantitativa. Os dados obtidos serão organizados para efeito de melhor tratamento estatístico e análise. Desse modo, serão classificadas e definidas as variáveis para o efeito e tratados em programa do Microsoft Office Excel 2013, utilizando os gráficos, as tabelas juntamente com as respectivas legendas. *A posteriori* serão interpretados os resultados desta análise a fim de que se possam tecer as considerações e retirar as conclusões pertinentes ao estudo.

Este trabalho usará como procedimento de investigação o levantamento bibliográfico e a pesquisa de estudo de caso. A coleta de dados será feita por meio de questionários, entrevistas semiestruturadas, observação e rodas de conversa por meio da modalidade de grupo focal.

Serão aplicados questionários com professores e coordenadores do IEMA São Luís, Centro para levantamento de dados de pesquisa e entrevistas com estudantes do ensino médio

participantes dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IEMA, São Luís, Centro.

## **PROJETOS DE EXTENSÃO – MOVIEMA**

Ferreira Júnior (2010) argumenta que durante muitos anos, a educação pública brasileira foi caracterizada pela hegemonia das concepções dos grupos sociais de maior poder aquisitivo e influência social. Contudo, nas últimas décadas, diferentes fatores econômicos, tecnológicos e sociais, entre eles a globalização, as sofisticções das tecnologias de informação e comunicação, o advento de novos nichos mercadológicos, a consolidação de novos segmentos profissionais, o aquecimento das reivindicações sociais de grupos minorizados em busca de mais visibilidade e equidade social, tem modificações de diferentes maneiras os contextos escolares.

Ainda segundo o mesmo autor, as escolas públicas brasileiras não podem ficar alheias a essas transformações sociais. De acordo com ele, o princípio da educação consiste na formação plena dos estudantes, formando-os para o mercado de trabalho, contribuindo na construção do senso crítico, e preparando-os para respeitar e lidar com as diferentes concepções, línguas, culturas, ideologias, posicionamentos políticos e fés que constituem a sociedade brasileira atualmente, isto é, não se trata de formar apenas profissionais, mas também cidadãos conscientes de seu papel social.

Para além do papel de educar, as escolas da rede de educação básica também devem desenvolver seu papel social. Como forma de materializar esta meta, podem ser criados projetos de extensão que envolvam a comunidade escolar, a comunidade local e instituições parceiras.

A implementação de projetos de extensão já é algo corriqueiro no Brasil, porém no decorrer da construção do levantamento do estado do conhecimento, não foi possível encontrar projetos de extensão desenvolvidos por escolas de educação básica, encontramos projetos educativos, que entendemos ser diferente do nosso projeto MOVIEMA. Todos os trabalhos encontrados foram

de pesquisas e trabalhos de extensão realizados na educação básica, mas que tiveram como proponente universidades. Este fato é de suma importância, pois demonstra a relevância deste trabalho.

O propósito de oferecer projetos de extensão para alunos da educação básica está em oferecer cursos e atividades que possam afastá-los do ócio improdutivo, que possam ter acesso à cultura, à arte, à tecnologia, ao empreendedorismo, praticar esportes, dentre outros, ter uma atividade que não possam custear e tenham vontade de ocupar seu tempo e melhorar sua autoestima e relações sociais. No tocante a sociedade, a ideia é que o projeto de extensão possa aproximar a comunidade local da comunidade escolar, estreitando seus laços e garantindo que a escola não seja apenas um espaço de educação formal, mas também de valores e oportunidades de melhorias na qualidade de vida, trazendo assim uma transformação social na qual poderá ofertar o acesso à cultura, ao esporte e outras atividades.

Na unidade do IEMA Pleno, São Luís, Centro, me propus a desenvolver um projeto de extensão intitulado MOVIEMA. Este projeto está sendo pensado como uma forma de acolhimento e formação, visando contribuir para fortalecer o protagonismo juvenil, que já tem esta vivência através dos Itinerários Formativos (disciplinas eletivas, projetos, oficinas, núcleos de estudo), entre outras atividades que desenvolvem no ensino médio. Este projeto também foi pensado para a comunidade local, moradores do entorno da escola, pais/responsáveis dos alunos, funcionários terceirizados e professores da unidade, afim de criar um espaço para tentar suprir as necessidades locais e estreitar os laços entre o espaço escolar e a sociedade.

O MOVIEMA desenvolve ações envolvendo a Robótica, o empreendedorismo, ensino de línguas, atividade em diferentes modalidades esportivas, de lutas, atividades nas quatro linguagens artísticas (dança, artes visuais, teatro e música).

A partir dessa experiência com projetos de extensão a ideia é incentivar outros gestores escolares a investir na criação de novos projetos de extensão nos outros IEMAs ou em outras escolas da

rede de educação básica, ensino médio. A gestão escolar a partir dos projetos de extensão no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, visa contribuir para o desenvolvimento, implementação e acompanhamento do desempenho dos estudantes nas atividades escolares. A pesquisa envolve a análise das práticas de gestão escolar, a participação da comunidade escolar e a análise dos impactos dos projetos de extensão na escola e na comunidade em que ela está inserida.

Por conseguinte, esta pesquisa tem por objetivo geral: Analisar o papel do gestor escolar na implantação de projetos de extensão MOVIEMA no ensino médio do IEMA, São Luís, Centro. Por sua vez, os objetivos específicos são: a) Identificar as ações desenvolvidas pelos gestores escolares na implementação do projeto de extensão, MOVIEMA; b) Perceber a importância do papel dos gestores escolares mediante as novas exigências educacionais para a efetivação de uma gestão democrática, autônoma, participativa e plural; c) Conhecer, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional, das Diretrizes Operacionais, do Modelo Pedagógico e da Tecnologia de Gestão Educacional, pilares da proposta pedagógica do IEMA e das propostas dos projetos de extensão e o papel desempenhado pelo gestor nesses projetos; (e) Criar uma Plataforma Digital para orientação sobre como desenvolver projetos de extensão.

## **PRODUTO EDUCACIONAL GERADO A PARTIR DA PESQUISA**

Tomando como base o trabalho realizado no IEMA Pleno, São Luís, Centro, tem-se como proposta elaborar um site, gratuito, que possa ajudar gestores e professores da rede básica de ensino a desenvolver e implementar projetos de extensão no âmbito escolar. Visando construir um trabalho coletivo de compartilhamento de informações e trocas de experiências, esperamos que esta plataforma possa contribuir significativamente para que as escolas da rede básica de ensino, sobretudo as escolas públicas, deixem de

ser apenas contribuintes de projetos de extensão universitários e passem a ser os protagonistas de seus projetos.

A organização do site será baseada no material elaborado para construir o projeto do MOVIEMA. Na aba inicial será contado como a ideia do projeto surgiu, os problemas e desafios encontrados para sua implementação e um relato de como foi aderido o projeto por parte dos alunos do IEMA Pleno São Luís centro e pela comunidade local. Contará com uma aba de apresentação dos profissionais que participaram do projeto inicial e da equipe organizadora.

Em uma segunda divisão, o site trará abas que contenham: o passo a passo do que deve ter um projeto de extensão; um manual de como captar recursos e parcerias; e a apresentação de técnicas de coleta de uma pesquisa de interesse, sobre qual(is) modalidades teriam maior adesão por parte dos alunos e da comunidade.

Em uma terceira parte serão construídas abas voltadas para a execução do projeto. Elas contarão com divisões por modalidades desenvolvidas no projeto MOVIEMA e a partir da escolha da especialidade abrem o Plano de ensino, o Guia de Aprendizagem, modelos/sugestões de avaliações de desempenho e outros instrumentais correspondentes a modalidade escolhida.

A quarta e última divisão será voltada para um momento de compartilhamento de opiniões e trocas de experiências. Esta seção funcionará como um fórum em que outras escolas, interessadas no projeto, possam retirar dúvidas, fazer sugestões e relatar suas experiências na aplicabilidade de projetos de extensão. As escolas também poderão contribuir na alimentação do site, disponibilizando materiais instrumentais de novas categorias de atividades e o projeto elaborado em sua instituição.

Como foi discutido ao longo deste trabalho, os projetos de extensão são de suma importância para um melhor desenvolvimento escolar. Porém, historicamente, a iniciativa destes projetos parte das universidades, tendo nas escolas apenas um campo de aplicação e experimento, no qual, muitas vezes, não é

feito um estudo profundo sobre as necessidades e interesses tanto da comunidade escolar, quanto da comunidade local.

Ao longo da minha pesquisa me deparei com uma grande dificuldade em encontrar trabalhos teóricos e metodológicos que abarquem o desenvolvimento de um projeto de extensão no qual o proponente seja uma escola da rede básica de ensino. Tal empecilho me motivou a pensar em um produto técnico que pudesse transmitir e publicizar a minha experiência com o projeto de extensão MOVIEMA. Desta forma, pensamos em uma plataforma digital em forma de site, que pudesse orientar e motivar gestores e/ou professores de outras escolas da rede básica de ensino a propor iniciativas de projetos de extensão que estejam diretamente ligados aos anseios de sua comunidade escolar e de seu entorno.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997. (Polêmicas do nosso tempo).

DIEHL, B. T.; TERRA, E. L. Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 1, p. 133-153, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rh/article/view/6488>. Acesso em: 05 jun. 2023.

FERREIRA JÚNIOR. Amarílio. **História da Educação Brasileira: da colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFScar, 2010.

FERNANDES, MARCELO COSTA et al. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Revista em Educação**, v. 28, n. 4, p. 169-194, 2012.

LÜCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

PAULA, A. K. R. de. **Atividade de extensão como processo de formação acadêmica: um relato de experiência**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

## A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS(ES) NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM PAÇO DO LUMIAR-MA: análise da política educacional

---

Karoliny Reis Pereira – PPGE Turma2022/UEMA  
<http://lattes.cnpq.br/2084715800569225>  
karolreispereira28@gmail.com

Maria do Socorro Estrela Paixão  
<http://lattes.cnpq.br/1297954822381544>  
mse.paixao@ufma.br

### INTRODUÇÃO

A importância da Formação Continuada em Serviço para a qualificação docente é fato inegável, e a elevação da qualidade do ensino está atrelada a este, por essa razão o tema abordado neste trabalho é a Gestão da Políticas de Formação Continuada com professores e professoras da rede pública municipal de Paço do Lumiar (MA), com enfoque nos anos iniciais do ensino fundamental.

Como bem afirma Minayo (2016), toda investigação se inicia com uma pergunta, e esta pesquisa tem como questão principal: como tem sido feita a gestão da política de formação continuada com as(os) professoras(es) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede pública do município de Paço do Lumiar (MA)? Sendo assim, fica evidente a importância em refletir sobre a gestão da formação continuada com professores(as) da Educação Básica e os efeitos sociais, culturais, profissionais e educacionais que poderão resultar dessa ação.

Para tanto, o principal objetivo desta pesquisa é analisar a Gestão da Política de Formação Continuada com professoras(es) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Pública do

município de Paço do Lumiar (MA). E os objetivos específicos que o compõem são: caracterizar os recursos materiais, pedagógicos, financeiros, infra estruturais e humanos, bem como estratégias de implementação como local, duração e frequência utilizados na prática de Formação Continuada, na Rede Pública Municipal de Paço do Lumiar(MA); identificar as abordagens teórico-metodológicas e respectivas intencionalidades políticas e pedagógicas, usadas para a fundamentação de conteúdos formativos desenvolvidos com as(os) professoras(es) da Rede Municipal; verificar as formas de acompanhamento e avaliação da Formação Continuada, desenvolvida na Rede Pública Municipal, bem como possíveis implicações para o desenvolvimento profissional docente desta rede; elaborar um Caderno de Orientações; e elaborar um caderno de orientações para a gestão educacional, a partir da análise do modelo atual utilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em Paço do Lumiar (MA), onde explicitamos características da formação continuada requerida pelo modelo gerencial, bem como fazemos proposições e alternativas para a gestão a partir destas análises.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que explicita a importância da qualificação dos profissionais docentes nas redes de ensino, e define alguns parâmetros para a formação continuada de professores, colocados nas palavras a seguir:

Art. 67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (Brasil, 1996).

Para situar a gestão de processos formativos, importa remeter-se à Gestão Escolar e Educacional a partir do entendimento de Drabach e Mousquer (2009, p. 274): “É a partir destas críticas ao conceito e prática de administração escolar, baseada no enfoque tecnocrático, que começa a aparecer na literatura deste campo o conceito de gestão escolar”. Os autores explicam que esse conceito de essência política se atenta para o pedagógico, para se distinguir do aspecto tecnocrático. Fica explícita na abordagem o “[...] reconhecimento da função política da educação frente aos rumos da sociedade”. (Drabach; Mousquer, 2009, p. 274).

O entendimento de Nóvoa (1992, p. 27), é que, o desafio maior “[...] está na valorização de paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas”. Nesse sentido, Gatti e Barreto (2009) colocam que, num movimento de reconceitualização da educação continuada, deve ser valorizado o protagonismo docente, para a superação de modelos formativos que ignoram a trajetória de professoras(es) no desenvolvimento do seu fazer profissional.

Sobre a Formação Continuada, e apoiadas em Placco (2015), Militão e Leite (2013) definem, primeiramente, como Formação em Serviço, um processo complexo em que a escola é o ponto principal dentro do processo formativo. Marin (1995) aponta para outro termo muito utilizado na década de 1980, que é a “reciclagem”, referindo-se aos cursos de curta duração, palestras e/ou encontros profissionais, abordando a dinâmica educacional de forma superficial e deslocada da realidade conhecida pelas(os) professoras(es). O conceito ou expressão “Educação Continuada” é, na visão de Marin (1995), mais apropriado e abrangente, pois incorpora todas as noções anteriores, como: treinamento, capacitação e aperfeiçoamento.

A LDBEN n.º 9.394/1996, define a Formação Continuada como capacitação em serviço (art. 61, I); aperfeiçoamento profissional continuado (art. 67, II) e treinamento em serviço (art. 87) (Brasil,

1996). No entanto, apesar das definições colocadas acima, destacadas por Floriani (2008), as diferenças não se reduzem a questões meramente semânticas, mas traduzem as concepções adotadas sobre as Formações Continuidas e suas funções sociais e educacionais.

As diferenças apontadas por Floriani (2008) voltam-se à qualidade do ensino, às intencionalidades políticas e pedagógicas, e situam-se em modelos de formação continuada de professoras(es) que, conforme Candau (2008), não devem ser lidos como uma medida de enquadramento ou forma de limitação do conhecimento. Mas uma tentativa de explicar pontos principais de propostas de formação, seus objetivos e suas características. Os modelos tomam por base estudos de Candau (2008), Fernandes (2001), Jacobucci (2006) dentre outros autores, que remetem a três modelos de Formação Continuada de Professoras(es) da Educação Básica, a saber: Modelo Clássico, Prático Reflexivo e Emancipatório Político.

Além destes modelos, a Formação Continuada de professoras(es) também contém dimensões formativas, que podem apresentar direções distintas. A dimensão Técnica-científica, dimensão do Trabalho Coletivo e da construção coletiva do trabalho pedagógico, dimensão crítico-reflexiva e a dimensão pedagógica, são alguns exemplos dessas dimensões a partir das quais as formações continuadas têm suas abordagens, direcionamentos e recursos definidos, pois relacionam-se com os objetivos da aprendizagem que estes processos formativos devem ter.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento e a consecução desta pesquisa, fizemos a opção por uma abordagem quanti-qualitativa pela defesa de que, essa relação dialética é necessária para a compreensão pretendida. Sendo assim, após aprovação do projeto de pesquisa, CAAE nº 75389823.3.0000.5554, pelo Comitê de Ética, expresso no Parecer Consubstanciado do CEP/UEMA, nº 6.547.062, esta metodologia tomou como ponto de partida um mapa teórico,

entretanto, a busca por novas produções, respostas e indagações ocorre continuamente.

Dessa forma, partimos da revisão de literatura, de documentos municipais relacionados a política de formação em questão como o Plano Municipal de Educação, revisado em 2022, bem como, de legislações pertinentes – nacionais, como a Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020, conhecida como Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, e estaduais, como o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA). Ainda nesta fase exploratória, de acordo com Minayo (2006), após a delimitação do objeto e definição dos objetivos, construção do marco teórico conceitual, fizemos a seleção e organização dos instrumentos de construção e coleta de informações.

Nesta seleção fizemos a opção pela entrevista gravada e a observação colaborativa pois, apoiadas em Kaufmann (2013) a unidade principal de referência é a palavra gravada. Na explicação, Paixão (2015, p. 42) “Os dados qualitativos são recolhidos de modo que a palavra registrada no gravador se torna o elemento central do dispositivo e deve servir como guia para analisar os sentidos e as mediações”, neste caso, em situação formativa descrita pelos/as sujeitos/as da pesquisa. Por isso, a pesquisadora faz o exercício “[...] de se colocar intensamente na escuta” (Kaufmann, 2013, p. 81).

Assim, realizamos observações colaborativas, com o objetivo de observar as formações continuadas em desenvolvimento, no momento de sua execução. Além disso, foram feitas entrevistas gravadas com a equipe responsável pelas Formações Continuidas com as(os) professoras(es) dos anos iniciais, técnicos do Departamento de Currículo e Avaliação e Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, onde as pessoas discorreram livremente sobre os assuntos tratados sem perder de vista a indagação que havia sido formulada. A entrevista gravada mostrou-se uma opção viável pois como bem afirma Minayo (2016), foi possível aprofundar as reflexões sobre o tema proposto, sem estar limitado por respostas prontas e previamente definidas.

O lócus da pesquisa e os sujeitos/as envolvidos/as nessa etapa da pesquisa foram, respectivamente: a Secretaria Municipal de Educação em Paço do Lumiar, e a equipe técnica responsável pelas Formações Continuidadas, a saber Coordenações dos Anos Iniciais, Currículo e Alfabetização e Coordenação Pedagógica, por entendermos que são esses os sujeitos que planejam, organizam, implementam e avaliam as formações em serviço. Após o levantamento das informações, fizemos o tratamento e análise do material obtido com as entrevistas gravadas e observações colaborativas em campo, a partir do qual elaboramos o Produto Técnico Tecnológico (PTT), um Caderno de Orientações para a Gestão Educacional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados da investigação obtidos estão relacionados com os objetivos geral e específicos delimitados e reformulados no decorrer da pesquisa. Quanto aos recursos financeiros, materiais, pedagógicos e humanos utilizados na implementação das Formações Continuidadas em Paço do Lumiar (MA) com as(os) professoras(es) dos anos iniciais do ensino fundamental, identificamos com os relatos dos participantes da pesquisa, que existem necessidades latentes que dificultam este processo formativo.

Os materiais didáticos, embora apresentem a qualidade necessária ao cumprimento dos objetivos propostos nas formações, são insuficientes em relação a quantidade. Algumas ferramentas como impressoras, computadores, projetores, precisam de melhorias e mais aquisições. Os recursos humanos, que se referem a todas as pessoas que trabalham na implementação dessas formações continuadas, são satisfatórios, com uma equipe bastante competente e engajada. Quanto ao local, duração e frequência, as formações continuadas ocorrem sempre no Prédio do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), numa parceria firmada entre a referida instituição e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Os turnos em que as formações ocorrem são vespertino e noturno,

como resposta a uma enquete realizada com as(os) professoras(es) por meio do *WhatsApp*, e apontados como os melhores horários para participação docente. No entanto, o percentual de presenças ainda é considerado baixo, estando em aproximadamente 40%, nas palavras da própria equipe formadora. São realizadas oito formações durante o ano, cerca de uma por mês, com duração de cinco horas, e com a garantia de um certificado de 40 horas que pode ser utilizado para fins de progressão salarial.

Quanto as abordagens teórico-metodológicas e intencionalidades políticas destas formações, foi possível perceber que se trata de uma Formação Continuada que coaduna predominantemente com o modelo clássico de formação, pois como aponta Amador (2019), caracteriza-se principalmente pelas parcerias firmadas entre municípios, estados e o governo federal com instituições de ensino superior, por meio de convênios para oferta de cursos de formação, para professoras(es) que estão em exercício. Neste caso, a parceria foi firmada com a Prefeitura de Sobral (CE) de forma gratuita, por meio da Consultoria Educacional Lyceum, para a oferta de um treinamento em cinco etapas, a partir do Programa Educar Pra Valer, cujo objetivo principal é a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios participantes. Sobre esses modelos de Formação, Freire (2001) afirma que, em formações prescritivas, cada professora(o) recebe os conteúdos formativos como prescrições, ou seja, receitas para executar em sala de aula, o que expõe o caráter mecanicista que esse modelo possui.

Por fim, para verificar as formas de acompanhamento e avaliação da Formação Continuada, desenvolvida na Rede Pública Municipal, bem como possíveis implicações para o desenvolvimento profissional docente desta rede, observamos que a participação docente é registrada em planilhas de frequência, a partir das quais são emitidos os certificados para as(os) professoras(es), mas sem vínculo ou relação com a frequência registrada em cada escola. No entanto, a ausência docente não traz implicações palpáveis como faltas, descontos, dentre outros, o que,

segundo a equipe de formadoras, contribui para que o número de participantes seja baixo. Esta equipe também realiza visitas periódicas nas escolas onde o rendimento é avaliado como inadequado ou abaixo do esperado.

Com os resultados alcançados, a compreensão sobre a Gestão da Política de Formação Continuada com professoras(es) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Pública do município de Paço do Lumiar (MA) foi bastante satisfatória, e explicitou pontos importantes de avanços, necessidades, intencionalidades, finalidades e dificuldades, além de ter contribuído para o aprofundamento dos estudos sobre a Formação Continuada e a construção do PTT, com enfoque na comunicação entre os participantes, formadores e professoras(es), a partir das demandas apresentadas no campo de pesquisa por profissionais que estão em pleno exercício.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Formação Continuada é uma expressão da valorização e reconhecimento daqueles/as que preparam a base da educação em nossos municípios, estados e país, uma vez que, são estes profissionais que iniciam os processos de leitura, escrita, operações matemáticas fundamentais, conceitos científicos adaptados aos níveis escolares, estudos sobre acontecimentos históricos, dentre outros conteúdos e disciplinas escolares que contribuem para o desenvolvimento dos educandos. Por essa razão, analisar a maneira como a gestão educacional tem observado a política nacional de formação continuada e, mediante seus parâmetros, tem organizado, desenvolvido e avaliado essas formações, foi uma experiência enriquecedora em muitos aspectos, mas principalmente profissionais e acadêmicos.

Com base nos trabalhos e demais publicações que tratam deste tema foi possível perceber sua relevância no desenvolvimento do trabalho com professores e professoras, por ser um elemento da composição do seu desenvolvimento profissional. Além deste

ponto, as leituras nos remetem a problemáticas relacionadas às escolhas e implementações de políticas e programas que assegurem esse direito profissional, por parte do Estado e que resguardem a qualidade social das formações em serviço.

A importância de relacionar o modelo de organização social, a gestão educacional e a formação continuada de professoras(es), forma o escopo para a compreensão sobre os motivos pelos quais nem professores e nem formadores conseguem alcançar resultados significativos, tampouco entender de maneira aprofundada esses processos formativos.

## **PROPOSTA DE PTT**

O PTT configura-se como uma oportunidade de analisar, responder e apresentar proposições significativas para a Gestão Educacional em Paço do Lumiar (MA) com o intuito de elevar a qualidade da formação continuada de professores neste município. Assim, de acordo com as condições e requisitos colocados para os Mestrados Profissionais, em que pese a exigência de construção de um PTT, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da Portaria nº 17, de 28 de dezembro de 2009, prosseguimos a construção do PTT.

Este produto caracteriza-se como material didático e instrucional, pois se trata de um Caderno de Orientações para a Gestão Educacional, cuja estrutura está organizada em: introdução, onde serão apresentados os objetivos deste instrumento, a justificativa e seus objetivos. Na seção seguinte analisamos a Gestão atual da SEMED, a partir do modelo gerencial com o qual se coaduna, e caracterizamos a formação continuada requerida no modelo em questão, para explicitar seus pontos principais.

No capítulo seguinte, apresentamos proposições e alternativas para a Gestão Educacional que possam contribuir com a elevação da qualidade das formações continuadas com professores, e da educação luminense de modo geral. Em seguida fazemos as considerações finais, dificuldades encontradas no percurso

metodológico, anseios epistemológicos e demais aspectos relevantes da produção científica.

## REFERÊNCIAS

AMADOR, J. T. Concepções e Modelos da Formação Continuada de Professores: um estudo teórico. **Revista Humanidades e Inovação**, [S. l.], v. 6, p. 151-167, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394 de 16**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC/SEMT, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 dez 2023.

CANDAU, V. M. Formação Continuada de professores: questões atuais. In: CANDAU, V. M. (Org). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DRABACH, N. P.; MOUSQUER, M. E. L. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre Gestão Escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 258-285, jul./dez., 2009.

FERNANDES, S. C. L. Análise de um processo de Formação em Serviço sob a perspectiva dos professores da educação infantil. **Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu, 2001.

FLORIANI, A. C. B. **As Concepções de Formação Continuada de Professores no Âmbito das Políticas para a Educação Infantil a partir da década de 1990**. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

JACOBUCCI, D. F. C. **A Formação Continuada de professores em centros e museus de ciências no Brasil**. 2006. 302 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

- KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.
- MARIN, A. J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Caderno Cedes**, Campinas, n. 36. 1995.
- MILITÃO, A. N.; LEITE, Y. U. F. A Historicidade do Conceito de Formação Continuada: uma análise da visão de Paulo Freire sobre a formação permanente. *In: Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil.* Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2013. p. 01-15.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. Série Manuais Acadêmicos.
- NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação.** Lisboa: DOM Quixote, 1992.
- PAIXÃO, M. S. E. **Trajetórias construídas em caminhos (não) planejados: os sentidos formativos da escrita no Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia da UFMA.** Natal, 2015. 187 f.
- PLACCO, V. M. N. S.; SILVA, S. H. S. A Formação do Professor: Reflexões, desafios, perspectivas. *In: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (Org.). O coordenador pedagógico e a formação docente.* 13. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2015.



**GESTÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO  
DIRETO NA ESCOLA (PDDE) EM ESCOLAS DA REDE  
PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXIAS/MA:  
PARTICIPAÇÃO E CONSTROLE SOCIAL**

---

Lêda Maria de Sousa Rodrigues - Turma 2022

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7581876120094859>

E-mail: ledasouzacaxias@hotmail.com

Severino Vilar de Albuquerque

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>

E-mail: svalbuquerque@uol.com.br

## **INTRODUÇÃO**

O presente resumo é um recorte da dissertação, em construção, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado Profissional em educação, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e insere-se na linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar. A pesquisa tem como objetivo analisar, na perspectiva da gestão democrática, como se realiza a gestão dos recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em uma escola pertencente à rede pública municipal de Caxias/MA, no período de 2015 a 2021.

O PDDE, criado no ano de 1995, também conhecido pelas entidades participantes como PDDE Básico, atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O PDDE se constitui como um mecanismo de transferência de recursos financeiros para as escolas públicas dentro de programas e ações específicas, projetado no âmbito do Fundescola, fruto do

acordo de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, em 1998, para melhorar a gestão escolar, a qualidade do ensino e assim ampliar a permanência das crianças na escola, tendo sido potencializado a partir de 2004, passando a integrar um modelo descentralizado de gestão financeira de programas educacionais, considerando, fundamentalmente, a ampliação e a diversidade de ações do governo federal por meio de repasses de recursos financeiros diretamente às escolas públicas (BRASIL, 2021).

Na análise do objeto de estudo, no que tange ao entendimento legal da gestão de recursos e, de modo específico, do PDDE, são levados em consideração a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN n.º 9.394/96, bem como o Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), Lei 13.005/2014, o Plano Estadual de Educação, regulamentado pela Lei 10.099/2014 e o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) de Caxias/MA, aprovado pela Lei 2.250/2015. A legislação está sendo considerada tendo em conta que define princípios e diretrizes da gestão democrática da educação e da escola públicas, bem como o financiamento da educação, com fulcro no PDDE. Entre os autores que dão suporte teórico-conceitual à compreensão e à análise do fenômeno em tela destacam-se: Adrião e Peroni (2007;2015); Azevedo (2003); Dourado (2002; 2007; 2009; 2013); Libâneo (2004); Paro (2000; 2010; 2016; 2018); Peroni (2006; 2008; 2011; 2015); Saviani (1999; 2011; 2012); Santos (2000; 2004; 2005; 2006; 2014) Oliveira (1997;2002;2013); Franco (2008), entre outros.

O estudo justifica-se por sua relevância social e política que suscita, particularmente, pela necessidade de apreender os mecanismos utilizados na gestão do PDDE, considerando que este programa se insere no âmbito das políticas de financiamento da educação básica pública, com vistas a contribuir para a redução da reprovação e do abandono escolar e, de igual modo, para a elevação dos indicadores de qualidade da educação básica, medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Igualmente, possui pertinência e relevância acadêmica, tendo em conta que pode contribuir para outros estudos e pesquisas, além de

relevância pessoal, por estar inserida no contexto da gestão desses recursos, atuando como coordenadora do PDDE na Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia – SEMECT no município de Caxias/MA.

Considerando que o PDDE se insere no âmbito das políticas de financiamento da educação básica e dada a relevância da temática, a investigação, busca responder à seguinte questão: Como se materializa a gestão dos recursos do PDDE em uma escola pertencente à rede pública municipal de Caxias/MA?

Para responder a essa questão, o estudo apresenta como objetivo geral, analisar, na perspectiva da gestão democrática, como se realiza a gestão dos recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em uma escola pertencente à rede pública municipal de Caxias/MA. Com vista à atingir esse objetivo, o estudo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: a) analisar as percepções da comunidade escolar, quanto à gestão dos recursos do PDDE; b) identificar as formas de participação da comunidade escolar na tomada de decisões no que tange à utilização dos recursos do PDDE, bem como na fiscalização da prestação de contas de tais recursos; c) analisar possíveis contribuições dos recursos do PDDE para a organização dos espaços/tempos escolares e para a qualidade da educação; d) produzir uma cartilha digital de orientação, consubstanciado nos documentos que alicerçam o PDDE, tendo como referência os resultados e evidências do campo empírico, no âmbito do PPGE/UEMA - Mestrado Profissional em Educação.

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL A PARTIR DE 1990: O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PDDE PARA A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

O movimento neoliberal, impulsionado a partir dos anos 1990, vem produzindo alterações significativas no conceito e no sentido

dos Estados nacionais, principalmente no que tange ao seu papel e às suas funções frente às demandas econômicas, políticas e sociais. No Brasil, esse movimento é alicerçado pelo arcabouço legal, tendo como base a Constituição de 1988, que em seu artigo 3º estabelece como função precípua do Estado proporcionar bem-estar, harmonia social, qualidade de vida e garantir todos os meios para que a democracia seja exercida com base nos direitos fundamentais.

Discutindo a questão Adrião e Garcia (2006) apontam que as reformas neoliberais e gerenciais da década de 1990 delegaram às próprias escolas, municípios e estados a solução dos problemas de gestão do sistema de ensino, sob o argumento da descentralização, do empreendedorismo e do voluntariado da sociedade civil na gestão pública. Esses ditames marcam a interferência direta dos organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras, sobretudo com base na atuação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e do Banco Mundial (BM) (PERONI, 2003).

Por essa lógica gerencial, deve-se injetar recursos junto aos sistemas de ensino e, especificamente às escolas, obedecendo padrões, critérios e planejamento do tipo adotado por empresas, levando em conta a produtividade, a eficiência e a eficácia do sistema de gestão escolar, do trabalho educativo, do processo ensino-aprendizagem e seus resultados. A lógica neoliberal que balizou as políticas públicas educacionais implantadas no Brasil, a partir dos anos 1990, segundo Fonseca (2009) e Pinto (2002), focaliza o financiamento da educação como indutor de políticas de atendimento educativo universalistas, alinhadas aos interesses de mercado. Constituiu-se uma necessidade para o capitalismo mundial ampliar o atendimento educativo, atingindo, gradativamente as camadas pobres da população em idade escolar, por meio de financiamento que pudesse, minimamente, garantir o acesso, o que veio se materializar com a implementação de políticas de fundos, inicialmente o Fundef, seguido pelo Fundeb.

Araújo e Adrião (2021) destacam que o atual Fundeb, constitui fundo de natureza contábil que existe no âmbito de cada estado e do

Distrito Federal (num total de 27 fundos), regulamentado pela Lei nº. 14.113 de 2020, que lhe concede caráter permanente, no âmbito de cada ente federativo, por uma cesta composta por 20% das seguintes receitas: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD; » Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Parcela oriunda da arrecadação que eventualmente a União possa criar.

Assim posto, a partir das políticas de financiamento da educação, foi possível implementar políticas educacionais com vistas a garantir o direito constitucional, tendo como principais: Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 10.172/2002 (2001-2010); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Plano de Ações Articuladas (PAR), instituídos pelo Decreto 6.094/2007; Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005/2014 (2014-2024). Além dessas importantes políticas, merecem destaque outros programas suplementares do FNDE, que visam o atendimento educativo e que contam com outras fontes de financiamento, como o PDDE.

O PDDE se caracteriza como mecanismo de descentralização financeira, uma vez que objetiva a participação e autonomia na gestão escolar, pois sendo um programa do governo federal visa repassar verbas para as escolas públicas para contribuir com a gestão tanto financeira quanto administrativa e pedagógica, consistindo num mecanismo da gestão democrática, uma vez que exige a participação da comunidade na tomada de decisão quanto ao uso e prestação de contas dos recursos.

Para Almeida et al. (2018, p.19):

Entender o financiamento da Educação Básica a partir da sua perspectiva histórica nos permitiu constatar as conquistas e as negligências pelas quais passou o ensino público brasileiro. Inferimos que um dos maiores problemas da educação brasileira hoje, diz respeito aos investimentos financeiros necessários para que as atividades-fim ocorram satisfatoriamente, e a educação tenha sua qualidade melhorada. Para tanto, é preciso que a educação seja mais que um direito social garantido na Constituição, mas uma política de Estado onde os governantes assumam de fato o compromisso com a educação das populações do nosso país.

O PDDE no âmbito das políticas de financiamento da educação básica e a sua materialidade no âmbito escolar, na perspectiva democrática, encaminha a discussão da próxima Seção, que traz elementos fundamentais da gestão escolar, no âmbito da qual a participação na tomada de decisões constitui o princípio basilar para o atendimento educativo e, em particular na gestão de recursos do PDDE.

## **O PDDE NO ESPAÇO/TEMPO DA GESTÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA: A PARTICIPAÇÃO COMO IMPERATIVO DO CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS PÚBLICO**

Cabe, inicialmente, a partir de Dourado (2013), entender a gestão escolar no âmbito mais amplo da gestão educacional e sua relação com a gestão de sistemas de ensino e de escolas, segundo o qual “A gestão de sistema implica ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns” (p. 24). Quanto à gestão escolar, está circunscrito à escola. Mas o uso mais recorrente do termo gestão escolar é relativamente novo e se apresenta como um dos modos de enfrentamento às formas autoritárias e antidemocráticas inerentes ao termo administração escolar, ainda utilizado, embora em menor amplitude.

A Gestão Democrática foi legitimada tanto pela Constituição Federal de 1988, quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional de 1996. Na Constituição de 1988, capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I- Da Educação; Artigo 206 se estabelece que – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Já na LDBEN- Lei nº 9394/96, no Art. 3º, inciso VIII da – “gestão democrática do ensino público na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996). Também no art. 14 da LDBEN estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Os princípios constitucionais deram margens para várias interpretações, bem como ao direcionamento das políticas educacionais, no planejamento e na gestão educacional e escolar, principalmente no que tange à abertura de espaços participativos na definição e na implementação de ações e programas no âmbito escolar.

A concepção do PDDE está alinhada com os princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e na Constituição Brasileira de 1988, que enfatizam a participação da comunidade escolar na gestão das escolas públicas. O PDDE promove essa participação ao incentivar a formação de conselhos escolares, que são órgãos colegiados compostos por representantes de diferentes grupos interessados na escola.

O PDDE se configura como um mecanismo da gestão democrática a partir de seus três princípios básicos: a descentralização, a participação e a autonomia. Instituído pelo ministério de educação, na década de 1990, o PDDE, atualmente, é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O programa possibilita a transferência direta dos recursos do

FNDE às escolas, sem a tramitação do recurso pela prefeitura, o que garantiria a aplicação efetiva do recurso na escola, sem chance de desvio da sua função.

Nesse sentido, a aplicação e a fiscalização dos recursos do PDDE devem seguir rigorosamente o controle social dos recursos públicos, em atenção aos princípios constitucionais da gestão democrática da educação e, de igual modo, ao arcabouço legal que define regras e normas quanto à aplicação, o monitoramento e a fiscalização de recursos públicos, particularmente àqueles destinados ao atendimento na educação pública no âmbito da escola pública.

## **METODOLOGIA**

Para esta pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa pela perspectiva de a mesma proporcionar uma estreita ligação e aprofundamento do objeto de estudo com o pesquisador, considerando a compreensão do mesmo. Bogdan e Biklen (1994) situam que a pesquisa qualitativa pode envolver a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada.

A fase exploratória, na qual o estudo se encontra, dá-se pela sistematização, análise e interpretação de documentos oficiais e dados coletados no campo empírico, neste estudo representado por uma escola pertencente à rede pública municipal de ensino de Caxias/MA, bem como a secretaria municipal de educação. A coleta de documentos, a observação sistemática e a realização das entrevistas, seguiram, rigorosamente, um roteiro específico, com questões tópicos que permitiram a obtenção de dados, permitindo a análise do fenômeno investigado, bem como as evidências trazidas pelo estudo em tela.

Para a realização da pesquisa de campo, foram utilizados os seguintes instrumentos: roteiro de análise documental; roteiro de entrevistas semiestruturadas e diário de campo. A pesquisa no campo empírico teve como sujeitos 10 participantes, o que

representa uma amostra significativa da comunidade escolar, que inclui: gestora (presidente do conselho escolar), tesoureiro (gestora adjunta), 04 professores do ensino fundamental (sendo 02 dos anos iniciais e 02 dos anos finais), 03 representações do conselho escolar (01 professora, 01 funcionários e 01 pai ) e a secretária de educação. Ratificamos que a a pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética da Pesquisa (CEP) e devidamente aprovada por esse Conselho.

Na coleta de dados, fase que constituiu a pesquisa de campo, foram utilizados os procedimentos de observação sistemática, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas. O presente estudo tomou como referencial para a análise e interpretação dos dados a análise de conteúdo, que no entendimento de Franco (2008, p. 12), tem como ponto de partida “a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. De igual modo, para a apreensão do fenômeno a análise imprimiu um olhar dialético, pois de acordo com Kosik (1976) a dialética não é o método que busca simplificar a realidade ficando somente na superficialidade, e sim um método que busca apreender a totalidade material, histórica, política e social da realidade investigada. Assim posto, as aproximações do campo empírico investigado nesse estudo ensejaram a coleta, sistematização, interpretação e análise de dados, cujos resultados conclusivos encontram-se, ainda, em construção no âmbito da dissertação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Tendo em conta documentos oficiais e dados coletados no campo empírico, as primeiras evidências destacadas nesse texto voltam-se para a gestão democrática, o PDDE e a gestão dos recursos que chegam diretamente nas escolas públicas do Brasil, notadamente o marco legal que originou-se com a Constituição Federal de 1988, a LDBEN de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024) aprovado pela lei 13.005/2014, que estabelecem as diretrizes da gestão democrática da educação e da escola

públicas. No que diz respeito às outras formas de financiamento, merecem destaque, também, programas que contam com parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e organismos internacionais, particularmente com o Banco Mundial (BM), em análise nesse estudo, com ênfase para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A pesquisa encontra-se, na fase de sistematização, análise e interpretação dos dados e construção do texto da dissertação para a defesa. A investigação, que dispõe de evidências colhidas no campo empírico, sinaliza para a importância da gestão democrática na educação e na escola públicas, cujas bases devem ser sustentadas pela democracia participativa, cuja materialidade ocorre pela função das instâncias colegiadas representativas da comunidade escolar particularmente na gestão dos recursos financeiros do PDDE, fazendo emergir o controle social de recursos públicos que chegam diretamente às escolas.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Algumas evidências, no atual estágio da análise do campo empírico, à luz das lentes teóricas adotadas neste estudo, mostram a dificuldade de construir a cultura da participação da comunidade escolar por meio do conselho escolar que é uma instância representada pelos segmentos que a constitui, particularmente no que tange ao monitoramento. As análises, até aqui, evidenciam a participação como uma dimensão necessária e fundamental com vistas à garantia dos princípios constitucionais e do regramento legal que define a gestão democrática como mecanismo fulcral na organização do sistema de gestão escolar. Embora definida na CF de 1988, na LDBEN 9394/96, bem como o PNE (2014-2024), além dos planos estaduais e municipais de educação, a gestão democrática, orientada pela participação da comunidade escolar, particularmente na gestão de recursos públicos que chegam à escola, ainda constitui um desafio a ser

enfrentado, mostrando que os princípios da gestão democrática não se estabelecem por leis nem pelo imperativo constitucional

Considerando que o estudo ainda se encontra na fase da análise e interpretação dos dados, ainda não há resultados conclusivos. Todavia, e não obstante, é possível afirmar a importância atribuída à gestão democrática e seus mecanismos de controle social na gestão pedagógica, administrativa e financeira, que neste estudo, se expressa pela gestão de recursos do PDDE, implicada no controle social de recursos públicos que chegam diretamente nas escolas.

## PROPOSTA DE PTT

Apoiado na literatura que subsidia teórico-conceitualmente o estudo, bem como nos resultados da pesquisa, o Produto Técnico Tecnológico (PTT), que constitui uma contribuição deste estudo e encontra-se, também, em fase de construção, será no formato de uma cartilha digital de orientação, consubstanciado nos documentos normativos PDDE, e da Controladoria Geral da União (CGU), que dispõe sobre o controle social de recursos públicos, com ênfase na gestão de recursos do PDDE no âmbito da gestão escolar, numa perspectiva democrática.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, Vera. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para gestão da escola pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil [CF] de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN] nº 9.394/96. Institui as bases da educação nacional no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Lei do Programa Dinheiro Direto na Escola nº 11.947/2009. Brasília: Senado Federal, 2009

DOURADO, L. F. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os Obstáculos ao Direito à Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul.-set. 2013.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise do conteúdo*. Brasília: Liber Livros, 2008.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PINTO, J. M. de R.; ADRIÃO, T. **Noções gerais sobre financiamento da educação no Brasil**. EccoS - Revista Científica, São Paulo, vol. 8, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2002.

## A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TIMON-MA

---

Poliane de Lima Vaz da Costa - Turma 2022

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1088809044581989>

E-mail: polianeelima7@gmail.com

Antonio Alves Ferreira

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4837741521158774>

E-mail: as.alves@ufma.br.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte da dissertação de Mestrado Profissional em Educação (em andamento) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, cuja linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar. O estudo tem como objetivo geral: investigar a valorização do trabalho docente e seus reflexos na prática pedagógica na Educação Infantil no município de Timon-MA no período de 2014-2022. Para o alcance do objetivo geral e construção da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar, na prática pedagógica, os reflexos da valorização do trabalho docente na Educação Infantil; b) Descrever ações em torno da valorização profissional de professores da Educação Infantil no município de Timon-MA, presentes no Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS); c) Analisar as políticas públicas de valorização profissional de professores, considerando o que propõem os documentos oficiais nos âmbitos de país, estado e município, no período de 2014 a 2022; d) Elaborar e executar um curso de formação de professores(as) da Educação Infantil sobre política de valorização do trabalho docente. Neste sentido, o estudo proposto partiu da seguinte **questão norteadora** e **problema da pesquisa**:

Como a valorização do trabalho docente reflete na prática pedagógica na Educação Infantil no município de Timon-MA? O estudo justifica-se em razão das dificuldades percebidas durante o exercício docente desta pesquisadora se constituíram como a força motriz que levou à problematização da realidade do trabalho docente na Educação Infantil no Município de Timon-MA, particularmente, quando acrescidas das vivências como supervisora e professora da Educação Básica.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate em torno da valorização docente é histórico, de modo que, ao discutirmos a educação pública de qualidade, como um direito de todos, é importante refletirmos sobre a valorização profissional dos professores, em especial, da Educação Infantil.

Nesta perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9.394/1996, em consonância com a CF/1988, no seu Art. 67, reafirma os princípios constitucionais de ensino, destacando que os sistemas devem promover a valorização dos profissionais da educação. Ainda que esse seja um direito adquirido, constatamos que, de fato, há ainda muito o que se fazer para que a profissão docente seja valorizada tal como rege a Lei. Destaca-se também, a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)<sup>2</sup>, mediante a Emenda Constitucional (EC) nº 53/2006, regulamentada em 2007 pela Lei nº 11.494, outras perspectivas se abriram. O fato é que a criação desse fundo proporcionou novos olhares para os profissionais e para a Educação Infantil, haja vista ter sido estabelecido pela primeira vez um fundo de financiamento para creches e pré-escolas.

Em 2008, foi criado, por meio da Lei nº 11.738/2008, um piso nacional para os professores da Educação Básica (PSPN), com

---

<sup>2</sup> Em 2020, com a EC nº 108, o Fundeb torna-se permanente, através da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

intuito de avançar na melhoria da qualidade da educação. No entanto, a efetivação desse dispositivo de valorização do magistério se constituiu por muitos desafios por parte de alguns entes estaduais e municipais. Em 2009, foram criadas as novas Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública que foram estabelecidas por meio da Resolução CNE/CEB nº 2. Com o novo Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>3</sup> promulgado pela Lei nº 13.005/2014, foram estabelecidas diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira, dentre as quais, destacam-se as metas 15, 16, 17 e 18, voltadas para formação e valorização docente. Nesse sentido, a valorização dos profissionais da educação também se constitui como uma das prioridades, destacando-se a atenção que deve ser dada à formação inicial e continuada, especialmente dos professores. Cabe assinalar que faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas, o tempo de estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

Nesta perspectiva, Carissimi e Trojan (2011) afirmam que as condições de trabalho são fatores primordiais para que o professor(a) tenha um bom desenvolvimento da sua prática docente, bem como para garantia da valorização profissional. Nessa mesma esteira, Piolli (2015) afirma que a valorização docente deve ocorrer a partir de três pilares: a formação inicial e continuada; a carreira, o que compreende os salários e os planos de carreira; e as condições de trabalho. Nesse sentido, entendemos a necessidade da valorização dos profissionais do ensino, garantida na forma da lei, que institui a exigência de planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional como uma das demandas e exigências para a melhoria na qualidade da educação. Ressaltamos quanto a isso que, além de ser um direito adquirido

---

<sup>3</sup> Anteriormente à Lei nº 13.005/2014 (PNE 2014-2024), vigorou a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (PNE 2001-2011).

nos termos da lei, constitui-se como um dos fatores relevantes para garantia da qualidade do ensino.

Ademais, é evidente a toda a sociedade a urgência de uma mudança na maneira de fazer educação. Isso implica a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, o que perpassa pela valorização profissional em âmbitos regional, nacional e internacional. Esses fatores contribuem para que o professor e a sociedade reconheçam a importância da atuação deste profissional junto às crianças pequenas, pois as condições precárias inibem a ação pedagógica de qualidade, mesmo daqueles professores bem formados, já que a ausência de tais condições causa desestímulo a uma busca por aperfeiçoamento nos estudos.

## **METODOLOGIA**

Essa pesquisa se apresenta metodologicamente como uma *abordagem qualitativa*, Segundo as definições de pesquisa qualitativa, lida-se nela com fatos que não podemos mensurar (Minayo, 2004).

Já nas técnicas de coleta de dados, definimos duas ferramentas distintas que se completam: a análise documental e a entrevista semiestruturada. Ademais, a técnica de entrevista semiestruturada estabeleceu previamente uma relação de questões ou tópicos que foram apresentados aos entrevistados, envolvendo uma série de perguntas que foram apresentadas da mesma forma aos entrevistados (Gil, 2021).

Considerando os objetivos propostos, a pesquisa de campo foi desenvolvida no município de Timon-MA, localizado a aproximadamente 433 km da capital São Luís-MA. O número total de entrevistados foi de 09 (nove), sendo: 07 (sete) professores(as) efetivos(as) municipais que lecionam em turmas de 2º período; o secretário de Educação; e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon (SINTERPUM); totalizando 09 (nove) participantes. A pesquisa encontra-se aprovada pelo Comitê de Ética e todos(as) os(as)

participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para análise dos dados dessa pesquisa, optamos pela Análise de Conteúdo como recurso metodológico, que consiste em um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que se apropria de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo presente nas mensagens (Bardin, 2011). Esse recurso auxiliou na compreensão e análise das falas dos diferentes sujeitos deste estudo. de Timon-MA.

Explanado o percurso metodológico, partiremos para a apresentação dos resultados e discussão.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conteúdo resultante da análise das 09 (nove) entrevistas foi classificado em três categorias temáticas distintas, a saber: 1) valorização; 2) prática pedagógica; e 3) gestão escolar.

A primeira categoria identificada recebeu o nome de Valorização, por tratar da remuneração e formação continuada das professoras. Três subcategorias foram identificadas nesta categoria, quais sejam, *remuneração; recompensa por resultados; e formação continuada*. Em *remuneração*, observou-se entre as participantes, quando indagadas se a remuneração passou por um processo de valorização ou desvalorização dentro do recorte temporal de 2014-2022, todas as entrevistadas afirmaram que a remuneração docente passou por um processo de valorização. As professoras destacaram ainda como o fato de terem uma boa remuneração se deve ao reconhecimento por parte atual gestão municipal em relação ao trabalho realizado pela categoria. Tais resultados mostram-se que a gestão municipal vem valorizando a categoria no que se refere a remuneração e formação continuada, dado que segundo Teixeira e Nunes (2019, p. 197) apontam que a valorização docente: “só será de fato efetivada se sustentada pelo tripé: sólida formação inicial e continuada; condições dignas de trabalho, incluindo reduzida jornada de trabalho; e, remuneração justa com evolução na carreira”.

Sobre *recompensa por resultados*, as entrevistadas revelaram que o aumento da remuneração ocorreu por conta dos resultados que o município de Timon vem apresentando nas avaliações externas. A partir da fala do secretário de educação, o mesmo afirma que as crianças de 5 e 6 anos já passam por testes avaliativos de cunho meritocrático, levando professores(as) à competição. De acordo com Ravicht (2011), esse tipo de política leva os professores a desviarem-se do objetivo de aprendizagem, buscando mais caminhos técnicos, que visem o treino e o domínio de métodos para realizarem o teste, do que propriamente a aprendizagem dos assuntos.

No que se refere a *formação continuada*, esta foi mencionada como principal melhoria para a Educação Infantil no que se refere à valorização docente no período 2014-2022. Segundo as professoras da Educação Infantil, a formação continuada ofertada pelo município de Timon avançou e contribuiu para que creches e pré-escolas tivessem uma diretriz curricular, visto que, anteriormente, a Educação Infantil não possuía nenhum documento norteador, ficando por conta de cada creche e pré-escola definir a proposta de conteúdo. Nesse sentido, os relatos das professoras expressam a contribuição que a formação continuada ofertada pelo município proporciona para sua prática pedagógica. Conforme aponta Gomes (2020), a formação continuada é um dos pilares mais importantes para o alcance das melhorias na educação, considerando todas as etapas da Educação Básica.

Denominada Prática pedagógica, a segunda categoria contempla as condições do fazer pedagógico do professor(a) no dia a dia. Duas subcategorias foram destacados: *ausência de recursos e infraestrutura*; e *relação de número de alunos por professor*. O tema de maior frequência nessa categoria diz respeito à *ausência de recursos e infraestrutura*, apontada como fator crítico para prática pedagógica. A disposição desses recursos e as condições de infraestrutura constituem-se como suporte fundamental para o exercício docente na Educação Infantil, já que esses pilares são a base para a construção material do planejamento pedagógico. Para

Vieira e Baptista (2023), é preciso garantir às crianças diversas formas de experiência, bem como acesso a materiais e vivências diversificados. Sobre infraestrutura, trazemos para análise o olhar da presidente do SINTERPUM de Timon-MA. A presidente aponta que ocorreram muitos avanços e conquistas no que se refere a melhorias das condições de trabalho da categoria.

No que tange às condições de infraestrutura, os Parâmetros Nacionais para Educação Infantil apontam que as instituições de Educação infantil devem assegurar qualidade em vários aspectos: técnicos, funcionais, estéticos e compositivos, com intuito de promover um espaço que contemple a saúde, nutrição, proteção, brincadeiras, leitura, explorações, descobertas, promovendo assim interações com seus pares (Brasil, 2018). Observamos assim que as condições inadequadas de infraestrutura de muitas instituições de Educação Infantil podem ferir os direitos básicos das crianças, prejudicando o desenvolvimento integral e social. Sobre os recursos e materiais ausentes nas pré-escolas, o mesmo afirma que isso ocorre por conta da ausência de planejamento dos gestores da Educação Infantil em diálogo com a Secretaria.

Adiante apresentamos a subcategoria *Relação de número de alunos por professor*, que se refere ao quantitativo de crianças por professor(a) na Educação Infantil. Nesse tópico, apenas as professoras P2, P3 e P6 relataram que o número de alunos está de acordo com o limite estabelecido pela Secretaria de Educação. Já a professora P5 informa que o quantitativo de alunos de sua turma está adequado, porém, enfatiza a sobrecarga da cuidadora das crianças com necessidade especiais, o que acaba implicando a qualidade do atendimento às mesmas. Na realidade, de acordo com as entrevistas com as professoras, esse número chega a ultrapassar o limite estabelecido. Sobre isso, Corrêa (2002) aponta que o número de alunos deve ser levado em consideração, já que as crianças e professores(as) precisam ter seus direitos garantidos, no que se refere à garantia de boas condições de trabalho e de aprendizagem.

A terceira e última categoria identificada recebeu o nome de Gestão escolar. Nesse sentido, elencamos três subcategorias a saber: *suporte*, *cobranças* e *saúde*. A subcategoria *suporte* surgiu com maior frequência, enquanto algumas professoras afirmam ter auxílio da gestão – aqui se inclui o supervisor escolar – no acompanhamento pedagógico. Segundo as entrevistadas, P1, P2, P5 e P6 afirmam ter acompanhamento pedagógico da gestão, de maneira que o auxílio da gestão na prática pedagógica é considerado por elas satisfatório, visto que as gestoras prestam auxílio relativo àquelas crianças com dificuldades de aprendizagem. Dias (1967) afirma que o diretor escolar não é apenas um administrador, mas também, acima de tudo, um educador. No tocante às professoras P3, P4 e P7, a partir de suas falas e expressões, foi possível perceber um sentimento de solidão relacionado ao suporte pedagógico. As professoras asseveram que a supervisão acaba não cumprindo com as ações estratégicas, isto é, não dão de fato o suporte necessário quanto às crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, motivo pelo qual acabam por se sentirem sozinhas e sobrecarregadas no fazer pedagógico. Em seguida, a subcategoria *cobranças* foi atribuída pelas professoras, de modo unânime, à Secretaria de Educação do município de Timon (SEMED). Segundo as entrevistadas, as exigências estão relacionadas aos resultados de alfabetização que as pré-escolas devem alcançar no decorrer do ano, com as turmas de 2º período. As exigências partem da própria rede, ficando clara uma “hierarquização”, em que a secretaria cobra os diretores, que cobram os supervisores, que cobram os professores(as), que, nas suas precárias condições de materiais e recursos, buscam alcançar os resultados (im)postos pelo município.

Por fim, a subcategoria *saúde* está relacionada às condições de trabalho e às cobranças por parte da Secretaria para o cumprimento das metas. Dentre os problemas de saúde relatados pelas professoras, os principais seriam os que afetam a voz, instrumento de trabalho essencial do(a) professor(a). Borges (2020) associa o adoecimento da categoria docente às condições de trabalho, com especial ênfase na ausência de materiais e recursos pedagógicos, na

infraestrutura adequada, e no excesso de alunos por turma. Por fim, as professoras P5 e P7 relataram ter problemas de depressão e Síndrome de Burnout.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O presente estudo permitiu alcançar os objetivos estabelecidos, concretizando assim o objetivo geral, isto é, investigar a valorização do trabalho docente e seus reflexos na prática pedagógica na Educação Infantil no município de Timon-MA, no período de 2014 a 2022. Nesse sentido, foi constatado, ausência de condições necessárias para o trabalho docente, o que impacta negativamente na prática pedagógica. Quanto a descrição das ações de valorização profissional de professores da Educação Infantil no município de Timon-MA, presentes no Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) –, foi possível perceber valorização docente o que demonstra o compromisso da gestão municipal e a atuação do sindicato em prol da luta pelos direitos da categoria, pelo compromisso com a educação e com os profissionais que nela atuam. E por fim, a análise das políticas públicas de valorização profissional de professores, considerando o que propõem os documentos oficiais em nível de país, estado e município, no período de 2014-2022 –, realizou-se a validação das metas que tratam da valorização docente presentes no PNE, PEE e PME. Nesse sentido, concluímos que, tanto o PME quanto o PEE destacam em seu teor políticas públicas de valorização docente, em consonância com o PNE.

## **PROPOSTA DE PTT**

No que concerne ao Produto Técnico-Tecnológico (PTT), mediante ao qual buscamos elaborar e executar um curso de formação de professores(as) da Educação Infantil sobre política de valorização do trabalho docente. Esta última ação teve como finalidade propor capacitação e discussões junto aos

professores(as) da Educação Infantil em relação ao conhecimento e compreensão acerca da política de valorização do trabalho docente.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Ed. LDA, 1994.

BORGES, K. P. **Trabalho, precarização e adoecimento docente**. Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CARISSIMI, A. C. V.; TROJAN, R. M. A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 57-69, dez. 2011.

CORRÊA, B. C. A educação infantil. *In*: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na CF e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. p.13-32.

DIAS, J. A. **O magistério secundário e a função de diretor**. 1967. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri: São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, A. O. Processo Ensino e Aprendizagem: reflexões necessárias para uma prática exitosa. *In*: DUARTE, A. L. C. (org.). **Formação de professores: contextos e vivências**. São Luís: EDUEMA, 2020. p. 13-34.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

PIOLLI, E. A valorização docente na perspectiva do plano nacional de educação (PNE) 2014-2024. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, p. 483-491, set./dez. 2015.

RAVICHT, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

TEIXEIRA, E. C. N. S.; NUNES, C. P. O Piso Salarial Nacional no Contexto do Financiamento da Educação no Brasil: limites e possibilidades do seu cumprimento. **FINEDUCA**: Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 9, n. 22, p. 1-16, 2019.

VIEIRA, L. F.; BAPTISTA, C. M. **Educação Infantil**. São Paulo: Contexto, 2023.



## PROVA BRASIL: IMPLICAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS

---

Raimunda Nonata Paiva Andrade – Turma 2022

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7138431983729649>

E-mail: [raimundacxamor@gmail.com](mailto:raimundacxamor@gmail.com)

Georgyanna Andréa Silva Morais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7346458823661768>

E-mail: [georgyan\\_morais@yahoo.com.br](mailto:georgyan_morais@yahoo.com.br)

### INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado “Prova Brasil: implicação na organização das práticas pedagógicas de professoras”, trata-se de um recorte da dissertação, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)- Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na Linha de Pesquisa “Gestão educacional e escolar”, com vistas a fomentar reflexões acerca das implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas das professoras do 5º ano do ensino fundamental da rede pública municipal de Caxias-MA, cujo interesse de estudo pela temática surgiu durante a realização do curso de Especialização em Currículo e Avaliação da Educação Básica.

Outro fator motivacional para a realização da pesquisa surgiu de uma experiência em uma escola pública em meados de 2019, como docente na educação básica nos anos iniciais. À época, na condição de professora regente em escola pública havia o propósito de preparar os educandos para uma avaliação em larga escala, através de simulados similares à Prova Brasil, havendo, para tanto um treinamento. Nesse cenário, é possível perceber que as práticas pedagógicas estavam imbricadas por influência das avaliações em larga escala. Além disso, verifica-se que nas instituições havia uma

quantidade excessiva de simulados, que se encaminham para um único objetivo, qual seja: apenas treinar os alunos para a Prova Brasil.

Mediante o exposto, estabelecemos como objetivo geral do estudo em questão: analisar as implicações da Prova Brasil nas práticas pedagógicas das professoras do 5º ano do ensino fundamental da rede pública municipal de Caxias-MA. No que concerne aos objetivos específicos tem-se: identificar a concepção de avaliação em larga escala das professoras do 5º ano do ensino fundamental; caracterizar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras do 5º ano do ensino fundamental, em função da Prova Brasil, e elaborar estratégias formativas sobre avaliação externa para a reorganização das práticas pedagógicas no 5º ano do ensino fundamental.

Nesse contexto, levantamos as seguintes problematizações: Como as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras que atuam no 5º ano do Ensino Fundamental têm sido realizadas em razão das avaliações externas? Quais as principais implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas das professoras do 5º ano do ensino fundamental da rede pública municipal de ensino de Caxias-MA.

Esta pesquisa justifica-se ainda, por apresentar uma proposta de análise de novas abordagens críticas e teóricas a respeito da avaliação em larga escala. Além disso, percebe-se a necessidade de investigar os mecanismos avaliativos da Prova Brasil e suas implicações na organização das práticas pedagógicas. Dessa forma, nota-se a importância de desenvolver estratégias que tragam resultados satisfatórios para a educação brasileira. Com isso, espera-se que essa pesquisa seja capaz, não só de mostrar a importância da investigação sobre as implicações da Prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem, mas também que desperte nos pesquisadores o interesse em estudar estratégias efetivas que impliquem na qualidade da educação como um todo.

A pesquisa possui relevância social, por fazer uma abordagem voltada para as práticas pedagógicas com potencial de fazer os sujeitos envolvidos refletirem sobre a construção de novas

práticas emancipatórias. Nessa perspectiva, este estudo serve como fonte de pesquisa para outros pesquisadores, além de auxiliar os docentes de escolas públicas na ressignificação das práticas pedagógicas.

Os pressupostos teóricos que fundamentam este estudo, no que concerne à avaliação em larga escala e às práticas pedagógicas, estão desenhados a partir das contribuições de autores como: Afonso (2009), Ball (1992; 1994; 2002), Bonamino (2002), Bresser Pereira (1998), Castro (2005), Correia (2017), Dias Sobrinho (2003; 2010), Esteban (2013), Fonseca (2009), Franco (2012; 2016), Freitas (2007; 2018), Gatti (2009), Libâneo (2008), Marcolla; Serafini (2021), Melo (2022), Rocha (2017), Santos (2018), Silva (2021), entre outros.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As avaliações em larga escala, enquanto uma das políticas públicas educacionais, buscam garantir melhorias na qualidade do ensino público brasileiro. Essas avaliações vêm ganhando cada vez mais destaque nos espaços educacionais no país. Nesse sentido, destaca-se a Prova Brasil que traz dados acerca da realidade escolar, avaliando a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, a partir do conhecimento da realidade do ensino para estabelecer metas, aplicar os recursos necessários em áreas prioritárias, comparar os dados coletados e acompanhar o desempenho das unidades de ensino (LIMA; CORREIA, 2017).

É importante, ainda, destacar que a Prova Brasil é uma avaliação educacional aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no Brasil, com objetivo principal de avaliar o desempenho dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental em escolas públicas de todo o país, ao fornecer informações sobre o nível de proficiência dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa.

O surgimento da Prova Brasil ocorreu em 2005, em decorrência da necessidade de o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de avaliar a situação da educação básica

dos estudantes do Ensino Fundamental. Vale enfatizar que os resultados obtidos com a avaliação ficam disponíveis para as unidades da federação e escolas participantes (ARAÚJO et al., 2017). Nesse sentido, percebe-se como as práticas pedagógicas estão intimamente relacionadas à Prova Brasil, uma vez que essa avaliação é projetada para medir o desempenho dos alunos concernentes aos conteúdos curriculares das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Assim, as políticas educacionais refletem no planejamento e na organização da prática pedagógica, visando resultados em prol da qualidade educacional.

No que concerne aos desafios do SAEB no que se refere à aplicação da Prova Brasil referem-se às dificuldades de aferir as habilidades e os conhecimentos dos alunos em relação à prova. Além disso, as más condições de trabalho, a fragilização da parceria entre as instituições educacionais e a baixa remuneração indicam um dos maiores descontentamentos do corpo docente. Esses fatores acabam interferindo no aprendizado e na análise da prova realizada pelos alunos (NASCIMENTO; VIEIRA; KIMURA, 2013).

## **O ESTADO AVALIADOR E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL**

A avaliação educacional em larga escala ganha notoriedade no contexto educacional, principalmente nas políticas educacionais, uma vez que é parâmetro para a qualidade do ensino e, conseqüentemente, traz perspectivas novas a partir dos significativos avanços. Todavia, essas perspectivas têm seus desafios e problemáticas, bem como possibilidades no contexto educativo. Assim, as políticas educacionais refletem no planejamento e na organização, ainda mais na prática pedagógica, visando resultados em prol da qualidade educacional.

Diante disso, Afonso (2009) utiliza o termo “Estado-avaliador” para traduzir o interesse dos governos neoliberais na avaliação de políticas e programas, a partir da década de 1980. Para o autor, o Estado passou a adotar a lógica do mercado, com

mecanismos de controle e responsabilização social. Nesse interim, o Estado estabelece metas e padrões educacionais que devem ser alcançados pelos alunos e escolas. Ele monitora o progresso em direção a essas metas e toma medidas corretivas quando os resultados não atendem às expectativas. O "estado avaliador" refere-se a um governo ou Estado que adota políticas públicas de avaliação e monitoramento sistemático de diversos setores, incluindo a educação.

Compreende-se, portanto, que essa lógica de mercado tem suas implicações formativas evidenciadas na educação, de modo que o caráter mercadológico no processo educacional se camufla por meio dos indicadores de qualidade, com impactos tanto na elaboração quanto na condução das políticas avaliativas, principalmente na educação básica.

A luz das reflexões de Villas Boas (2017), os resultados das avaliações em larga escala só serão úteis quando associados à avaliação formativa praticada em cada unidade escolar. Nesse contexto, os resultados só teriam um significado relevante para professores e alunos se esses resultados tivessem, de fato, a capacidade de promover uma ação interventiva na escola.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada para a realização da presente investigação é de abordagem qualitativa, visto que tal abordagem é utilizada em várias áreas do conhecimento, como ciências sociais, educação, psicologia, antropologia, entre outras, visando compreender e interpretar o significado e os contextos subjacentes aos fenômenos estudados, ao invés de quantificar dados ou buscar relações causais de maneira objetiva, conforme feito na pesquisa quantitativa.

Como dispositivos para a produção de dados, utilizou-se a entrevista, visto que [...] "Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma

conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores” (MINAYO, 2002, p. 57).

De acordo com Lüdke e André (1986), analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. Quanto às colaboradoras da pesquisa são professoras que lecionam no 5º ano do ensino fundamental da rede pública de Caxias-MA, sendo que, como dispositivo de produção de dados, fez-se uso da entrevista, pois este é o procedimento mais usual no trabalho de campo.

No que concerne à coleta de dados foi realizada em cinco escolas entre os meses de fevereiro a março de 2023. Inicialmente foi entregue um ofício às instituições de ensino solicitando a permissão para desenvolver o estudo. Após a aceitação das instituições para o desenvolvimento da pesquisa, as professoras foram conduzidas até uma sala reservada onde foram esclarecidas todas as dúvidas no que tange ao estudo, bem como a participação delas na pesquisa.

Em relação ao instrumento adotado para coletar os dados realizou-se mediante uma entrevista semiestruturada. O tempo para a realização desta foi de aproximadamente 30 minutos. Para evitar a perda de informações, a entrevista foi gravada mediante a autorização da entrevistada. A entrevista procedeu-se por meio de um roteiro elaborado pelas pesquisadoras composto de duas etapas: A primeira etapa: formação inicial e tempo de atuação no 5º ano. A segunda etapa dispôs de perguntas abertas direcionadas às implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas.

No que tange ao ambiente de pesquisa, ocorreu em cinco escolas da rede pública municipal de ensino, situadas na zona urbana de Caxias-MA. As escolas foram escolhidas por estarem no ranking do IDEB das escolas da rede pública municipal de Caxias-MA com os melhores índices de avaliação. Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa em questão foi submetida à Plataforma Brasil e

em seguida direcionada ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo, então, aprovada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico procura-se analisar os dados produzidos a partir das entrevistas com profissionais da educação sobre a avaliação em larga escala (professoras do 5º ano de cinco escolas da rede pública municipal) na zona urbana de Caxias/MA. Para manter resguardadas as identidades das colaboradoras entrevistadas estas foram identificadas como: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9. A decisão pela não identificação foi feita para que se evitassem possíveis desconfortos às colaboradoras da pesquisa. Participaram das entrevistas nove (09) professoras atuantes no 5º ano do ensino fundamental.

Ao analisar as respostas das professoras através da entrevista, percebeu-se que as implicações da Prova Brasil nas práticas pedagógicas são diversas; consequências da padronização do processo avaliativo, visto que a lógica mercantil impacta a educação, uma vez que desconsidera a realidade e as reais necessidades dos alunos nas mais diversas escolas. Nesse sentido, essas avaliações deveriam sinalizar e fornecerem direcionamento para a obtenção de bons resultados, contudo acabam se tornando apenas instrumento de controle.

Tomando por base os aspectos discutidos a professora P1 afirma que:

É a partir do momento da Prova Brasil a escola vem trabalhando nesse sentido de preparar os alunos já desde o 1º até o 5º ano pra responder, pra ter mais intimidade com esse tipo de avaliação, por meio de simulados que a gente realiza, mensalmente na escola. Aí o nosso trabalho já é voltado para a questão das provas, dessas avaliações externas que vem pra escola (P1)

Diante do exposto, evidencia-se na fala da professora como o contexto escolar, bem como a prática pedagógica têm sido direcionados em prol da Prova Brasil, visando resultados favoráveis

nesses tipos de avaliação, além destes estarem limitados, ou seja, um recorte associado à totalidade do conhecimento almejado. Dessa maneira, essas avaliações vêm perdendo sua real finalidade.

Em conformidade com o que foi assinalado Dias Sobrinho (2003, p. 20), assevera que a avaliação permite “[...] diagnosticar quantitativamente a rentabilidade e a eficiência da escola, dos processos pedagógicos e administrativos”. Nesse viés, as políticas avaliativas provocam impacto nas práticas pedagógicas, uma vez que fornecem orientações sobre como a aprendizagem deve acontecer.

Ainda no tocante aos aspectos de quantificação a que muitas das avaliações em larga escala são associadas no Brasil, Freitas (2018) também corrobora com Dias Sobrinho (2003), posto que para Freitas (2018), essas avaliações, infelizmente, acabam, no Brasil sendo desvirtuadas de suas verdadeiras finalidades, servindo mais como um acirramento para medir a competição e a concorrência entre as escolas, e com isso, os resultados acabam refletindo, na essência, a realidade das instituições escolares.

Vale destacar, ainda, que a presente pesquisa se encontra na fase de construção do texto da dissertação para a defesa. (sistematização, análise e interpretação dos dados). Contudo, pelos resultados já alcançados nota-se que mudanças são necessárias na condução das avaliações em larga escala no contexto ora em análise.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante dos resultados, ora encontrados, nota-se que a Prova Brasil se efetiva enquanto instrumento de regulação, ocasionando competitividade entre as instituições escolares, ao selecionar os educandos, classificando-os e os excluindo, muitas vezes, de práticas escolares mais significativas. Assim, as avaliações em larga escala acabam reduzindo o currículo escolar, alterando as práticas pedagógicas, ao comparar as instituições escolares entre si apenas por aspectos quantitativos.

Indubitavelmente, a pressão por resultados e distorção do ensino são preocupações com os resultados da Prova Brasil, o que

pode levar a uma "cultura de treinamento para a prova", em que o foco acaba ficando apenas em ensinar o conteúdo específico da avaliação, em detrimento de uma educação mais abrangente e formativa, bem como a comparação entre escolas e redes de ensino. Contudo, após levantar algumas das implicações da avaliação em larga escala, os resultados de acordo com os relatos das colaboradoras, buscam resultados positivos a partir da Prova Brasil, por exemplo, embora não signifique aprendizagem para os alunos, uma vez que se direciona o olhar para os aspectos quantitativos, além de legitimar o discurso de poder e controle por meio da lógica de mercado.

Portanto, frente a essa realidade, percebe-se que no processo avaliativo com o caráter em larga escala, o currículo é centralizado na direção dos rendimentos dos alunos, a partir da Prova Brasil, visto que a utilização do simulado é marcante, pois é disseminado enquanto metodologia de treino como uma preparação para a prova.

## **PROPOSTA DE PTT**

O Produto Técnico Tecnológico- PTT está sendo desenvolvida uma proposta de formação continuada para as professoras do 5º ano de escolas da rede pública municipal de Caxias-MA. Este, por sua vez, aborda as implicações da Prova Brasil na organização das práticas pedagógicas de professores em formato de um planejamento para auxiliar os docentes na construção de práticas pedagógicas que contribuam para o aprendizado do aluno, tendo como pano de fundo desmitificar que índice elevado é sinônimo de educação com qualidade.

## **REFERÊNCIAS**

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ARAÚJO, A. R. et al. A influência da Prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**. Paraná, 2017.

BRASIL. MEC. **Prova Brasil apresentação**. Brasília, 2011.  
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em: 20 mai. 2022.

DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. **Avaliação democrática-** para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2003.184 p.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LIMA, S.M; CORREIA, B. G. **Implicações do planejamento e avaliação educacional com ênfase no currículo**. São Paulo, 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, I. P; VIEIRA, A. S; KIMURA, P. R. O. **Desafios e superação na prática pedagógica e educativa de docentes do ensino fundamental de escolas públicas de Belém**. XI Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2013.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Avaliação:** interações com o trabalho pedagógico. Campinas, Papirus, 2017.

## DEFASAGEM DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: uma análise de experiências da gestão escolar em escola pública

---

Regiane Pereira Silva – Turma 2022  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1436042892678071>  
E-mail: [regianep6@gmail.com](mailto:regianep6@gmail.com)

Raimundo Nonato Moura Oliveira  
E-mail: [gepepcurriculo@gmail.com](mailto:gepepcurriculo@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1920752752094791>

### INTRODUÇÃO

A imprevisível crise sanitária mundial vivenciada, principalmente nos anos de 2020 e 2021 com a disseminação do vírus denominado Covid-19, que gerou a pandemia no mundo, trouxe grandes dilemas para a humanidade em todas as esferas da sociedade, dentre elas, o aumento da desigualdade social e o prejuízo escolar sofrido em razão do fechamento das escolas. Mudanças drásticas nas rotinas de vida de todas as classes sociais, como por exemplo, o isolamento social, tornaram-se visíveis na luta pela contenção do vírus, obrigando o Estado, inclusive, a fazer uso do *lockdown*<sup>4</sup>, como medida necessária à restrição de movimento nas cidades.

---

<sup>4</sup> "Lockdown" é uma expressão em inglês que, na tradução literal, significa confinamento ou fechamento total. Ela vem sendo usada frequentemente desde o agravamento da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Embora não tenha uma definição única, o "lockdown" é, na prática, a medida mais radical imposta por governos para que haja distanciamento social – uma espécie de bloqueio total em que as pessoas devem, de modo geral, ficar em casa. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/06/entenda-o-que-e-lockdown.ghml> Acesso: 19 de abril de 2023.

Nesse contexto de excepcionalidade, as escolas brasileiras tiveram que suspender as aulas presenciais, e, em meio a tantas incertezas, milhares de estudantes foram submetidos ao ensino emergencial como alternativa à situação imposta pela pandemia. A princípio, as atividades escolares foram totalmente suspensas, o tempo foi passando e as escolas tiveram que assistir seus alunos à distância o que não foi uma tarefa fácil. Vários estudos apontam que as aulas remotas, alternativa do ensino emergencial, deixaram enormes lacunas no processo de aquisição da aprendizagem, aumentando significativamente o desafio de recuperar as aprendizagens.

Diante desse cenário complexo, este estudo apresenta-se com o seguinte tema, Gestão escolar: ações pedagógicas de enfrentamento à defasagem na aprendizagem de estudantes no contexto da pandemia da Covid-19 em Breu Branco-PA. Vale ressaltar que a cidade conta com uma extensão territorial de 3.941,904 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 68.597 pessoas, segundo dados do IBGE (2021) o município paraense apresenta o percentual de 96% de escolarização da população entre 6 a 14 anos. Para fins do disposto nesta pesquisa, foram consideradas as seguintes categorias: Gestão escolar, Defasagem da aprendizagem na pandemia e ações pedagógicas de enfrentamento. E toma por base a seguinte questão: De que forma a gestão escolar das instituições de Educação Básica do município de Breu Branco-PA tem contribuído para atenuar os impactos da defasagem na aprendizagem dos estudantes no contexto da pandemia Covid-19? Para o desenvolvimento da pesquisa temos como objetivo geral: Investigar as ações pedagógicas da gestão escolar das instituições de educação básica do município Breu Branco-PA no enfrentamento à defasagem na aprendizagem dos estudantes; e os específicos: a) Identificar os tipos de ações pedagógicas utilizadas no enfrentamento à defasagem na aprendizagem dos estudantes; b) Caracterizar as finalidades e as ocorrências dessas ações na relação com a superação da defasagem na aprendizagem dos estudantes; c) Analisar como as ações pedagógicas de gestão

escolar se mostram eficazes no processo de superação da defasagem na aprendizagem dos estudantes.

A gestão escolar configura-se fundamental na organização do ambiente educacional, com vistas a garantir que tudo funcione de maneira integrada e coordenada, no intuito que as necessidades e expectativas sejam atendidas e os gargalos sejam sanados.

Para compreender o trabalho dos gestores escolares no direcionamento macro da operacionalização institucional, se faz necessário resgatar a trajetória desses profissionais para compreendermos os desafios diários de sua atuação frente às instituições de ensino. A gestão escolar desenvolve função indispensável frente às instituições escolares, uma vez que é responsável por suas atividades-meio. Segundo Paro (2002), tanto as atividades-meio quanto as atividades-fim, precisam ser desenvolvidas tendo a mesma concepção de educação, assim, o caráter mediador que a gestão possui deve estar alinhado aos reais objetivos da instituição.

[...] na escola básica, esse caráter mediador da administração deve dar-se de forma a que tanto as atividades-meio (direção, serviços de secretaria, assistência escolar e atividades complementares, como zeladoria, vigilância, atendimento de alunos e pais), quanto a própria atividade-fim, representada pela relação ensino-aprendizagem que se dá predominantemente (mas não só) em sala de aula, estejam permanentemente impregnadas dos fins da educação. Se isto não se dá, burocratiza-se por inteiro a atividade escolar, fenômeno que consiste na elevação dos meios à categoria de fins e na completa perda dos objetivos visados com a educação escolar. (Paro, 2002, p. 72)

É evidente que os objetivos de cada instituição variam de acordo com o tipo de gestão adotado. No entanto, neste estudo, a gestão democrática é eleita como base para a discussão do tema, uma vez que tem como uma de suas características a busca por uma transformação social que não mais compactue com o processo educacional sendo resumido à um “instrumento de alienação e expropriação material do homem” (LIMA, 2013, p. 65). Com o fim do período de ditadura militar, e a retomada dos ideais

democráticos no país, surgem novos contextos econômicos, políticos e sociais, o que requereu um novo olhar para a educação nacional. Esse novo olhar trouxe a gestão democrática como importante princípio educacional, previsto no art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu art. 3º, também corroborou com este mesmo princípio (BRASIL, 1996).

Assim, a gestão escolar é considerada parte do objeto de estudo por entender que todas as ações das instituições de ensino acontecem sob o seu direcionamento e coordenação.

## **O CONTEXTO SITUACIONAL DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NA E PÓS-PANDEMIA DA COVID-19**

No que se refere à defasagem de aprendizagem durante a pandemia, a partir da análise da realidade em estudos desse contexto, pode-se comprovar através da pesquisa do INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2021), a qual, apresenta em seus resultados o alarmante prejuízo na aprendizagem dos estudantes brasileiros, visto que o Brasil foi um dos países que mais tempo ficou sem aulas presenciais. Acentuando, ainda mais o déficit de aprendizagem que já era um problema educacional existente, como também as desigualdades sociais, pois segundo a pesquisa, os alunos negros e provindos de famílias pobres foram os mais afetados. Laval (2004, p. 254-255) corroborando com o fato exposto, enfatiza:

A desigualdade geográfica - e indiretamente social também - em matéria de prestações e de despesas escolares cresce consideravelmente e pode-se temer que essa tendência se acentue com o aprofundamento da descentralização. A questão se coloca então, de saber se o Estado ainda tem por missão assegurar a igualdade sobre o território, tanto no que concerne às contribuições fiscais e às ajudas às famílias quanto no que concerne aos meios de que dispõem os estabelecimentos escolares. Notemos que os responsáveis políticos não assumem a escolha e os efeitos dessa não-regulação - visto que esses efeitos vão de encontro aos votos da população -

e que eles não se precipitam para remediar essa desigualdade territorial da qual os meios populares são as primeiras vítimas. (LAVAL, p. 254-255, 2004)

Situamos nessa perspectiva, o fato de que a ausência histórica do Estado e o esvaziamento de políticas públicas são os principais responsáveis pela permanência da desigualdade educacional. A ausência histórica do estado em políticas públicas educacionais pode ser observada em diversos momentos da história. E no período da pandemia não foi diferente, até porque a situação veio carregada de muitas incertezas.

### **A defasagem da aprendizagem na e pós pandemia**

A mais recente edição do PISA realizado em 2022 tem seu resultado divulgado no final do ano de 2023. O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram, em 5 de dezembro, os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). O Programa avaliou conhecimentos e habilidades de estudantes de 15 anos, em matemática, leitura e ciências. As médias brasileiras não tiveram alterações significativas em relação a 2018. Em função da pandemia de covid-19, os países-membros e associados da OCDE decidiram adiar a avaliação do Pisa 2021 para 2022 e do Pisa 2024 para 2025. Um estudo comparativo internacional, o Pisa é realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O programa avalia o conhecimento e as habilidades dos estudantes na faixa etária de 15 anos. O Brasil participa desde a primeira edição, realizada em 2000.

Ao todo, 81 países foram avaliados. A aplicação no Brasil foi digital, com exceção dos questionários dos pais e participaram 10.798 estudantes de 599 escolas das redes pública e privada. Pode-se constatar através do perfil dos participantes que 73,1% dos estudantes são da rede estadual, 81,9% matriculados no ensino

médio, 96,5% das escolas são de área urbana e 76,4% das escolas localizadas em cidades do interior.

Apesar da média da OCDE ser, nesta edição do estudo, a menor de toda série histórica (desde 2000), os estudantes do Brasil obtiveram pontuação inferior a ela nas três disciplinas avaliadas. De acordo com a análise dos resultados de cada área de conhecimento temos: Matemática – Em 2022, o Brasil apresentou um desempenho médio de 379 pontos. A pontuação é inferior à média do Chile (412), Uruguai (409) e Peru (391). Não há diferença estatisticamente significativa entre a média brasileira, da Colômbia (383) e da Argentina (379). Dos estudantes brasileiros, 73% registraram baixo desempenho nesta disciplina (abaixo do nível 2). Esse nível é considerado pela OCDE o padrão mínimo para que os jovens possam exercer plenamente sua cidadania.

Na área de Leitura, o Brasil teve o desempenho médio de 410 pontos. Estatisticamente, a pontuação é inferior à média do Chile (448) e Uruguai (430). Não há diferença significativa entre a média brasileira, da Colômbia (409) e do Peru (408). Dos estudantes brasileiros, 50% tiveram baixo desempenho nesta disciplina (abaixo do nível 2). Apenas 2% dos brasileiros atingiram alto desempenho em leitura (nível 5 ou superior). E por fim, em Ciências, o desempenho médio brasileiro foi de 403 pontos, resultado inferior às médias do Chile (444), Uruguai (435) e da Colômbia (411). Na América do Sul, o Brasil fica em último lugar (empatado com Argentina e Peru). Entre os brasileiros, 55% registraram baixo desempenho nesta disciplina (abaixo do nível 2) e 1% atingiu alto desempenho (nível 5 ou superior). Nos países da OCDE, a taxa de baixo desempenho é de 24% e a de alto desempenho, de 7%.

No que diz respeito ao desempenho do Brasil comparado aos países-membros da entidade que realiza o Pisa, principalmente entre as duas últimas edições da avaliação; período em que registra-se a pandemia; percebe-se que, em 2022, a diminuição nas médias de cada área de conhecimento foi sutil se comparado a outros países da OCDE, no entanto, ainda assim, é um resultado preocupante, pois como já foi dito, nesta edição a média utilizada

pela a OCDE foi menor em virtude da pandemia, e o Brasil ficou abaixo dela. Ademais chama a atenção a grande proporção de estudantes concentrados nos níveis considerados de baixo desempenho. E também a pequena concentração de estudantes com alto desempenho.

Outra pesquisa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), divulgada também pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), revelou que o déficit na alfabetização mais do que dobrou com a pandemia. Os dados mostram que o percentual de alunos com dificuldade para ler e escrever aumentou de 15,5%, em 2019, para 33,8% em 2021. Os dados obtidos nesta pesquisa apontam que o nível de alfabetização está abaixo do esperado para a faixa etária. Pois, segundo essa pesquisa os estudantes não conseguem ler e escrever palavras simples. A defasagem de aprendizagem, proveniente do contexto pandêmico, já era prevista, pois as escolas passaram a ensinar de forma remota, assim o impacto negativo se deu principalmente, pela falta de equipamentos e conectividade.

## **METODOLOGIA**

Assinalamos que o presente estudo orienta-se pela metodologia de pesquisa que prioriza a análise do objeto investigado em seus aspectos qualitativos, isto é, descreve e interpreta todos os dados em sua totalidade, afim de obter uma compreensão crítica. Sobre pesquisa qualitativa, entendemos que “o foco nos estudos qualitativos traz uma diferença em relação aos trabalhos quantitativos que não é de hierarquia e sim de natureza”, como nos ensina Minayo, (2016 p. 21). Esta pesquisa é de natureza crítico-reflexiva, porque contextualiza a análise do objeto, e pode ser definida, metodologicamente, pelas seguintes etapas: revisão bibliográfica, entrevista com aplicação de questionários de forma lógica com a possibilidade de respostas abertas, análise dos dados e materialização do produto técnico tecnológico com os professores e gestores participantes da pesquisa. Ainda conforme Minayo

(2016, p.23); “é preciso compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos, e representações e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente interpretar a realidade. Sendo assim, compreender: este é o verbo da pesquisa qualitativa”.

Ao apreender esta realidade concreta como esses complexos de relações, entendemos que a prática dos gestores escolares, situada num contexto concreto, é uma realidade que não pode ser compreendida fora das relações que a significa e a constitui. Assim, buscaremos a compreensão do nosso objeto de estudo numa visão ampla e complexa, articulando seus objetivos com o processo de formação humana, pelo processo de educação, bem como relacionando com o cotidiano no qual está inserido. Segundo Minayo (2016, p. 13), possibilita uma reflexão crítica sobre o passado e a compreensão das trajetórias e processos que moldam o presente.

Para isso, buscamos compreender as práticas de gestão escolar democrática como uma síntese das suas condições sociais, culturais, econômicas e político-pedagógicas, um processo carregado de sentidos que os sujeitos imprimem às reflexões sobre o que pensam e fazem. Assim, afim de operacionalizar o trabalho de campo na produção dos dados, empregamos a entrevista semi-estruturada com o objetivo de analisar como as ações estratégicas de gestão escolar se mostram eficazes no processo de superação da diminuição na aprendizagem dos estudantes. Para Goldenberg (2013, p.88), essa técnica “permite uma maior profundidade, um dos instrumentos mais adequados para a revelação de informações complexas”.

Além disso, também empregamos o questionário com a finalidade de identificar os tipos de ações pedagógicas utilizadas no enfrentamento à defasagem na aprendizagem dos estudantes de escolas públicas de ensino fundamental do município de Breu Branco-PA. Ainda, segundo Goldenberg (2013, p.90), “o emprego dessa técnica possibilita conseguir respostas que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos”. E, por fim, a análise e interpretação dos dados coletados, as conclusões obtidas das observações e os estudos bibliográficos poderão dar alguns

direcionamentos para uma gestão escolar democrática atuante, que colabora com uma educação de qualidade. A presente pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de ética da Plataforma Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Os impactos das ações pedagógicas de gestão escolar pelas narrativas dos educadores**

A pandemia trouxe diversos desafios para a gestão escolar e exigiu a implementação de ações pedagógicas para garantir a continuidade das atividades educacionais. Os impactos dessas ações relacionam-se, principalmente a necessidade de adaptabilidade e flexibilidade, pois a gestão escolar teve que se adaptar rapidamente às novas demandas e reorganizar os processos de ensino-aprendizagem para o ambiente virtual. Isso exigiu flexibilidade para lidar com mudanças constantes e encontrar soluções criativas para os problemas. E ainda, o compromisso com a continuidade do ensino, visto que as ações pedagógicas de gestão buscaram garantir que os estudantes pudessem dar continuidade aos seus estudos mesmo durante a pandemia.

Os entrevistados percebem que houve déficit de aprendizagem no contexto da pandemia em decorrência da suspensão das aulas presenciais por um período de quase 2 anos, também ressaltam que as dificuldades de aprendizagem dos alunos era um problema já existente, e que foi abruptamente acentuado pela ausência das interações escolares e a falta de conectividade durante as aulas remotas. O que afetou significativamente, os anos iniciais do ensino fundamental, por compreender a fase de alfabetização dos alunos, sendo Língua Portuguesa e Matemática, as áreas de conhecimento com maior prejuízo. Um segundo bloco de perguntas relacionado às ações pedagógicas da gestão escolar revela que para superar o déficit de aprendizagem no retorno das aulas presenciais, foram implementadas as salas de leitura e a aula de reforço escolar uma

vez por semana. É importante que a sala de leitura seja regularmente aberta e disponível para os alunos durante os intervalos e horários previstos em uma rotina. A leitura frequente e o contato com diferentes gêneros literários contribuem para o desenvolvimento da linguagem escrita e oral, enriquecendo o vocabulário e promovendo o prazer pela leitura. Em relação a aula de reforço é uma atividade que visa auxiliar os alunos que apresentam dificuldades em determinadas disciplinas ou conteúdos. É fundamental que essas aulas sejam oferecidas regularmente, com horários e dias pré-definidos, a fim de assegurar a constância e a efetividade do apoio oferecido.

Os resultados obtidos, segundo os entrevistados foram discretos, pois as ações pedagógicas de enfrentamento se mostraram insuficientes para sanar o déficit de aprendizagem, seja pela falta de planejamento ou pela irregularidade de oferta dessas ações. Apesar que as dificuldades ainda não foram superadas, pode-se citar como aspecto positivo, um melhor envolvimento da família no processo escolar de seus filhos. Ainda existem muitos desafios que precisam ser enfrentados. Como por exemplo, investir em novas tecnologias e implementar ambientes para aulas diferenciadas com recursos pedagógicos específicos para superar o déficit de aprendizagem.

Com relação a formação no âmbito da gestão escolar, apenas 50% dos entrevistados tiveram acesso à formação para o uso das ferramentas digitais. Os outros 50% não participaram de formação. É de referir que a formação no âmbito da gestão escolar compreende um conjunto de atividades e conhecimentos necessários para a atuação satisfatória e compartilhada na instituição de ensino. Essa formação abrange áreas como planejamento estratégico, gestão de recursos humanos, gestão financeira e administrativa, legislação educacional, comunicação e relacionamento interpessoal. Sobre gestão escolar, Paro (2002, p.45), enfatiza:

A escola precisa ter liderança de um gestor comprometido com a qualidade da educação e com as transformações sociais que possibilite avançar o aluno nos mais variados aspectos: social, político, intelectual e humano. Organizar o trabalho pedagógico requer enfrentar contradições oriundas das diversas realidades que se encontram numa escola pública, daí a necessidade da escola educar para a democracia, e essa tendência pedagógica deverá ser observada ao longo dessa labuta. (PARO, 2002, p.45)

Na formação em gestão escolar, os profissionais aprendem a desenvolver habilidades de liderança, capazes de promover a melhoria contínua da qualidade do ensino e a gestão participativa, envolvendo toda a comunidade escolar. Além disso, a formação em gestão escolar também aborda o desenvolvimento de competências para a gestão pedagógica, ou seja, a capacidade de planejar, acompanhar e avaliar as práticas educacionais, de forma a garantir a formação integral dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

É nítido que vários desafios associados à educação durante a pandemia foram surgindo. A falta de interação presencial entre professores e alunos prejudicou a qualidade da educação, especialmente para os alunos mais jovens. Além disso, nem todos os alunos tinham acesso igual a dispositivos e conexão à internet, o que criou disparidades no acesso à educação. Para mitigar esses problemas, muitas escolas implementaram estratégias híbridas, combinando ensino presencial com ensino à distância. Nesse panorama a pesquisa encontra-se em fase final, em que é possível apreender que ainda há muito a se fazer para efetivamente superar a defasagem de aprendizagem advindas ou acentuadas pela pandemia.

## **PROPOSTA DE PTT**

O Produto Técnico Tecnológico está se materializando como um processo de formação para Gestão escolar na dimensão da competência pedagógica visando o planejamento de ações

pedagógicas de ensino e aprendizagem efetivas. Trata-se de um caminho possível que visa criar condições para os gestores escolares atuarem, não apenas nos aspectos burocráticos, mas, e, principalmente, no compromisso com uma formação humana e democrática, participando de forma efetiva das ações que dizem respeito às competências pedagógicas, tendo como objetivo: desenvolver uma proposta de formação da Gestão Escolar na dimensão da competência pedagógica sob o enfoque do planejamento de ações de ensino capazes de garantir condições para melhoria da qualidade da aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Impactos da pandemia na Educação**. Disponível em <<https://www.futura.org.br/impactos-da-pandemia-na-educacao/>> Acesso em 10/12/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

GOLDENBERG. Mirian. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 13<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Divulgados dados sobre impacto da pandemia na educação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>> Acesso 13/12/2021.

LAVAL. Christian. **A Escola não é uma empresa: o Neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Editorial Boitempo, 2019.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas.** *Educere et Educare*, v.2, n.4, p.77-90, 2013.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Editora Vozes, 5<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro, 2021.

PARO, Vitor H. **Administração escolar: introdução crítica.** 11<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SENADO FEDERAL. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/06/seif-destaca-baixo-desempenho-do-brasil-no-pisa>. Acesso em 18/12/2023.



**A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO IEMA  
(INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO) E O  
PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

---

Sandra Moreira de Freitas - Turma 2022  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6645355100149210>  
E-mail: freitasrrb@hotmail.com

Kallyne Kafuri Alves  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6531776916968549>  
E-mail: kallynekafuri@hotmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho traz uma análise do modelo de gestão do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA, uma escola pública, integral, de nível médio e técnico, tendo como local de pesquisa o IEMA Pleno Santa Inês.

O IEMA adota a Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) como Modelo de Gestão Escolar em seus IEMAs Plenos. A TGE recomenda a adoção de uma série de procedimentos e ferramentas estratégicas e operacionais, na tentativa de direcionar a equipe escolar para o cumprimento da missão estabelecida pelo IEMA. (Diretrizes, 2023, p. 09)

O modelo de gestão do IEMA se faz em três vertentes: Gestão Geral, Gestão Pedagógica e Gestão Financeiro/Administrativa, cada um com suas responsabilidades distintas dentro da escola, mas com as atividades realizadas preponderantemente alinhadas e, claro, devem estar a serviço dos objetivos pedagógicos da escola. Garantindo, assim, uma aprendizagem de qualidade a seus estudantes, proporcionando-lhes uma formação integral.

Os pontos que estruturam a base de sustentação do Modelo, a Escola da Escolha, fundamentam-se em princípios - Quatro Pilares da Educação, Educação Interdimensional, Pedagogia da Presença e Protagonismo - opera um currículo plenamente integrado entre as diretrizes e parâmetros nacionais e/ou locais. A Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) pode ser definida como a arte de integrar tecnologias específicas e educar pessoas. No contexto da Escola da Escolha, educar pessoas significa criar um ambiente educacional onde todos, gestores e educadores, sintam-se estimulados a aprender e pôr em prática seus conhecimentos a serviço do estudante e seu Projeto de Vida.

Esse modelo, pretende permitir ao jovem o pleno desenvolvimento e domínio de competências apoiadas em valores, no fortalecimento da autonomia, na colaboração de educadores qualificados e comprometidos com o autodesenvolvimento do estudante que necessita de uma escola pública de qualidade. Paro (2016, p. 15) explana sobre o tema:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão democrática escolar no Brasil é regulamentada pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, no inciso VI, na qual estabelece a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, em seu Art.14, trata da gestão democrática nas instituições públicas de ensino. Entretanto, é a partir do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que a implementação da gestão democrática ganhou impulso. Na meta 19, página 15 lê-se: “Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a

critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas”.

Os levantamentos ocorrem em diversas bases de dados, tais como o Google Acadêmico e Repositórios Institucionais, tais como: produções acadêmicas do catálogo de teses e dissertações - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scielo* e Biblioteca Virtual da UEMA. Na pesquisa documental, utilizamos também o Plano de Ação do IEMA: instrumento estratégico de cada IEMA Pleno. Também é fonte de pesquisa documental o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional do IEMA – período 2023-2027, elaborado com base nos dispositivos legais vigentes, Regimento Interno das Unidades Plenas do IEMA, Caderno do Modelo Institucional (2019), Concepção do Modelo Escola da Escolha - Ice, 2016, Diretrizes Operacionais 2022 e Diretrizes Operacionais 2023.

Dentro da perspectiva de gestão democrática, em todos os IEMAs Plenos há um referencial teórico que norteia o modelo de gestão do Instituto: a Tecnologia de Gestão Educacional (TGE), a qual orienta a criação de um ambiente favorável ao constante aprendizado, onde há um objeto central que é o Projeto de Vida do estudante, fortalecendo o protagonismo juvenil. A TGE e o modelo pedagógico – no Instituto – são interligados, favorecendo a integralização da formação humana. De acordo com Instituto (2016, p. 07), a TGE se apresenta como sendo a base na qual o Modelo Pedagógico se alicerça para gerar o movimento que transformará a “intenção pedagógica” em efetiva e concreta “ação” refletida nos resultados verificáveis e sustentáveis a serem entregues à sociedade.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O campo de estudo dessa pesquisa exploratória - de cunho qualitativa - está sendo desenvolvida no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA Pleno Santa Inês. Tendo como público alvo gestores e professores da

Instituição, os quais poderão transcrever suas narrativas sobre as práticas de gestão em seu local de trabalho.

Partindo da percepção de que o IEMA Pleno de Santa Inês faz parte de uma rede de escolas que comungam do mesmo modelo educacional, partem do princípio de um mesmo Plano de Ação, e que adota a Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) como modelo de gestão desse Instituto, a pesquisa tem o intuito de analisar a implantação dos princípios e conceitos da Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) no cotidiano da gestão do IEMA de Santa Inês. As entrevistas serão realizadas *in loco*. Será feita então, uma apreensão da realidade na busca de respostas, se essa gestão realmente se faz sob os princípios da TGE e alinhada com os propósitos de educação de qualidade a que se propõe para a comunidade escolar.

Minayo (2016, p. 14) aborda sobre o quão é importante a pesquisa para a constatação dos fatos:

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. [...]As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso elas abordam o conjunto de expressões humanas, constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados.

## **ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS**

A Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) é o modelo de gestão implantado no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão com o propósito de aprimorar ações exitosas no ambiente escolar.

Por se tratar de uma pesquisa ainda sem dados conclusivos, trazemos como resultados sobre o tema em debate alguns trabalhos que tratam do mesmo tema: a TGE como modelo de gestão. O

primeiro tem como título “Gestão escolar e aprendizagem: uma análise da Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) adotada em uma Unidade Plena do IEMA.” UEMA (Lobato, 2022). A autora analisa o modelo de gestão TGE e busca apreender as repercussões na organização no sistema de gestão escolar, no trabalho docente e no processo ensino e aprendizagem em uma Unidade do IEMA.

O segundo trabalho “Tecnologia de Gestão Educacional: estudo de caso em um modelo de Programa de Escola da Escolha Cidadã Integral.” (Tavares, 2022) UFCE. O trabalho descreve como funciona a TGE, ferramenta de gestão utilizada em uma escola integral da Paraíba. Conclui que é uma proposta de modelo que preza mais pela prática, adaptando-se à realidade de cada escola.

Também o artigo “Gestão escolar e instrumentos de tecnologia de gestão educacional: um estudo de caso em uma escola cidadã integral no município de Picuí-PB.” (Araújo, 2021) UFPB. Estudo de caso que descreve o modelo de gestão (TGE) em uma escola integral da Paraíba e o aprimoramento de modelos de gestão que atenda às novas demandas.

## **PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO (PTT)**

De acordo com a Portaria CAPES Nº 60, de 20 de março de 2019, que regulamenta os Mestrados e Doutorados Profissionais no Brasil, esse é um dos objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais: “Transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local.” Bem como “Contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.”

O produto final dessa pesquisa – PTT – se apresenta em formato de Nota Técnica sobre TGE – Tecnologia de Gestão Educacional, direcionado aos gestores e professores do IEMA, onde o tema corresponde ao formato de modelo ao qual o Instituto se orienta.

A Nota Técnica consiste em um material elaborado de maneira concisa, porém contendo informações essenciais, básicas, com sequência lógica, de modo esclarecedor e que venha a contribuir sobre o Produto Técnico, aqui sobre TGE. Ficará disponível em formato online, aos IEMAs Plenos, sempre que solicitado pela DAP (Diretoria Adjunta Pedagógica), secretaria que responde pelas necessidades pedagógicas do IEMA. O material é fruto de análises e estudos realizados antes e durante a pesquisa de dissertação de Mestrado.

Nosso principal objetivo é fornecer um documento auxiliar, com orientações e consultorias ao trio gestor dos Institutos sobre a TGE, sendo também extensiva aos professores, sabendo-se que é essencial que o processo e o papel da gestão fiquem claros para toda a equipe escolar.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Segundo Libâneo (2008) a gestão escolar é uma tarefa administrativa, e pensar na gestão deste espaço remete-nos a muitos desafios, pois a organização e a gestão escolar são dimensões que estão profundamente articuladas, já que a escola não é uma soma de partes, mas um todo interligado que busca articular as orientações dos poderes públicos e o pensar pedagógico a sua prática do dia-a-dia, mediada pelo conhecimento da realidade e pela participação de todos os atores envolvidos no processo educativo.

Constatamos que o processo de efetivação da gestão democrática nas escolas não é fato simples. Apesar de todo o amparo legal: a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, no inciso VI, na qual estabelece a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Também a LDB nº 9394/96 em seu Art. 14, trata da gestão democrática nas instituições públicas de ensino. Junta-se aí também o PNE, lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Não se trata apenas de leis, mas de mudança de atitude, de ideal,

de participação, de senso de responsabilidade de todos que fazem parte do processo educacional.

A temática dessa pesquisa é o modelo de gestão do IEMA. Advindo da Escola da Escolha, esse modelo foi implantado no Maranhão visando melhorar e elevar os números da educação no estado. O modelo vigente nos IEMAs Plenos faz-se em forma de tripé: Gestão geral, Geral pedagógica e Gestão financeira. O alinhamento entre os gestores é fundamental, no sentido de que a efetivação da qualidade de ensino seja garantida. O IEMA adota a TGE (Tecnologia de Gestão Educacional) “[...] definida como a arte de integrar tecnologias específicas e educar pessoas, criando um ambiente educacional onde todos, gestores e educadores, se sintam estimulados a aprender e pôr em prática seus conhecimentos, a serviço do estudante e seu Projeto de Vida.” (Proposta Pedagógica do IEMA, 2016, p. 52).

Outro aspecto analisado é o da Escola Integral. A ampliação do tempo na escola há de vir acompanhada de atividades que preparem realmente o indivíduo para a complexidade da vida em sociedade. Moll (2012, p. 93) afirma que “[...] o projeto está bem alinhavado e já produz resultados, o que exige que se ande a passos largos na direção de um ajuste geral das concepções quanto ao modelo de educação de tempo integral necessário para o Brasil, questão ainda não de todo resolvida.”

Hora (2012, p. 48) afirma que a participação é um direito e um dever de todos que integram uma sociedade democrática, ou seja, participação e democracia são dois conceitos estreitamente associados. Assim, a escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 18ª ed. Campinas: Papirus, 2012. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

IEMA - Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão e Centros Educa Mais. **Diretrizes Operacionais**. São Luís, 2023.

INSTITUTO de Corresponsabilidade pela Educação, ICE. **Introdução às Bases Teóricas e Metodologias do Modelo Escola da Escolha**. 2ª ed. Recife, 2016

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: Livros MF, 2008.

MINAYO. **Pesquisa social : teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ : Vozes, 2016.

MOLL. **Caminhos da educação integral no Brasil [recurso eletrônico] : direito a outros tempos e espaços educativos / Jaqueline Moll ... [et al.]**. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2012.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2016.

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS UNIDADES PLENAS DO IEMA**. São Luís, 2016. Disponível em: < [https://www.google.com/search?q=PROPOSTA+PEDAG%C3%93GICA+DAS+UNIDADES+PLENAS+DO+IEMA&rlz=1C1FCXM\\_pt-PTBR1000BR1000&oq=PROPOSTA+PEDAG%C3%93GICA+DAS+UNIDADES+PLENAS+DO+IEMA&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBBzU1NmowajmoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=PROPOSTA+PEDAG%C3%93GICA+DAS+UNIDADES+PLENAS+DO+IEMA&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR1000BR1000&oq=PROPOSTA+PEDAG%C3%93GICA+DAS+UNIDADES+PLENAS+DO+IEMA&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBBzU1NmowajmoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie=UTF-8)>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

## GESTORES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS –MA: QUAL SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE?

---

Tamyles Marques Santos – Turma 2022  
<http://lattes.cnpq.br/3543089103522771>.  
E-mail: tamylesitzma@gmail.com

Ana Lúcia Cunha Duarte  
<http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>.  
E-mail: duart\_ana@hotmail.com

### INTRODUÇÃO

Não há quem discorde que a gestão escolar é importante, não só pela relevância do gestor no âmbito escolar, mas por este ser um agente articulador e motivador do processo educativo, administrativo e pedagógico de uma escola. Nesse sentido, a temática proposta para o presente estudo abre distintas discussões na perspectiva de encontrar direcionamentos para alguns dos problemas enfrentados pelo sistema de ensino, tais como a descentralização do poder, a necessidade do trabalho em equipe, o envolvimento e a participação da comunidade nos processos educativos, dentre outros. Discussões que, direta ou indiretamente, influenciam na qualidade do ensino, bem como preceituam a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Vila Nova dos Martírios.

Analisar as atividades dos gestores escolares se torna relevante na compreensão da importância desses profissionais no resultado da qualidade do ensino ofertado a sociedade, especialmente, dos municípios com uma população de baixo poder

aquisitivo e socialmente mais vulneráveis a desistir da escola. Cabe pontuar que esse debate é essencial quando o gestor escolar entende que seu papel é garantir avanços na aprendizagem dos estudantes de sua escola

Na busca pela compreensão das relações do perfil dos gestores escolares com os indicadores de qualidade da educação, recortamos como problema de pesquisa a seguinte pergunta: a qualidade da educação municipal de Vila Nova dos Martírios – MA, tem relação com o perfil dos gestores escolares?

Considerando o exposto, definimos os objetivos de pesquisa, à saber: objetivo geral - analisar os indicadores de qualidade e as ações dos gestores escolares da rede pública municipal de Vila Nova dos Martírios – MA, considerando suas características, dificuldades, participação da comunidade na gestão escolar. Desse objetivo foram desdobrados em outros objetivos específicos: a) Identificar o perfil dos gestores escolares da rede pública municipal de Vila Nova dos Martírios – MA; b) Relacionar as ações desenvolvidas pelos gestores escolares que contribuam com a qualidade da educação ofertada aos estudantes; c) Identificar as principais articulações entre projeto pedagógico da escola e o trabalho do gestor escolar, tendo em vista a qualidade da educação; d) Criar um núcleo de formação continuada vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Vila Nova dos Martírios – MA, com vistas à formação dos gestores escolares.

A escolha desse tema teve como fundamento o interesse em dar continuidade a pesquisa monográfica desenvolvida em 2011, no curso de Pedagogia. Além disso, tem o meu interesse em aprofundar os conhecimentos na área de Gestão Escolar e, ainda, a minha experiência como supervisora em uma escola pública, há dez anos. Percebemos que a qualificação e formação para exercer a função de gestor escolar é indiscutivelmente necessária, por sua importância no contexto administrativo e pedagógico da escola.

Tendo em vista o recorte de pesquisa em torno da temática gestão escolar, atentando para as discussões acerca do perfil dos

gestores escolares<sup>5</sup>, a escolha desse objeto de investigação se deu a partir de inquietações e reflexões acerca da gestão na qualidade do ensino. Os gestores escolares precisam compreender e apreender um conjunto de conhecimentos específicos para exercício da função. Dessa maneira, “nenhuma escola pode ser melhor do que os profissionais que nela atuam. Nem o ensino pode ser democrático, isto é, de qualidade para todos, caso não se assente sobre padrões de qualidade e competências profissionais básicas que sustentem essa qualidade” (LÜCK, 2009, p. 12).

Defendemos que o estudo é socialmente importante, pois poderá contribuir com a formação e aperfeiçoamento dos profissionais que exercem a função de gestor escolar, para que o trabalho em exercício seja fundamentado nas possibilidades de garantia de aprendizagem e uma educação de qualidade para todos. Logo, os desfechos do estudo devem, em primeira instância, servir de apoio para estimular possíveis mudanças, de modo que estas produzam meios que incentivem a qualidade da educação local, no sentido se necessário, fortalecer as práticas da gestão escolar, de forma que evidenciem nos indicadores de qualidade da educação. Além do mais, poderão, também, oferecer a outros pesquisadores que possui interesse em educação, principalmente aos especialistas, gestores e professores. Os resultados obtidos por meio da análise dos dados coletados serão divulgados à comunidade escolar por meio da dissertação produzida e pela apresentação do Produto Técnico Tecnológico que será construído a partir das dos dados levantados e das percepções dos sujeitos de pesquisa. Na seção a seguir, apresentamos um recorte da fundamentação teórica que nos embasa no referido estudo.

---

<sup>5</sup> O foco da pesquisa é dado ao profissional da gestão escolar que exerce o cargo de direção considerando que são eles os responsáveis por dirigirem as ações da escola em todos os setores.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa está estruturada em duas seções. Primeira nomeada como: Da administração à gestão escolar - principais reflexões, é abordado aspectos históricos da administração e gestão escolar desdobrando em subseções que abordam os marcos legais da gestão, competências do gestor, dimensões e compromisso com a qualidade da educação e gestão democrática e participativa, a partir das análises de pesquisadores como Libâneo (2008, 2012), Luck (2012, 2013), Nóvoa (2019, 2022), entre outros. Estes autores defendem a gestão democrática como sendo a gestão necessária para os dias atuais.

A segunda seção trata dos aspectos relacionados às políticas de avaliação e indicadores de qualidade da educação, não desvinculando tal nuance com a gestão escolar. A literatura que fundamenta esta análise se faz a partir das pesquisas apresentadas por Dourado e Oliveira (2007, 2009), Hora (2007), Paro (2010), entre outros. Para execução desta pesquisa, abaixo se encontra descrito o percurso metodológico pretendido neste trabalho.

O gestor de uma instituição escolar, especialmente se for pública, assume a posição de líder de um grupo de trabalho e, portanto, tem a importante responsabilidade de interagir de forma sábia e eficiente com todas as funções exercidas na escola. “O diretor de escola é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e integra os vários setores (setor administrativo, setor pedagógico, secretaria, serviços gerais, relacionamento com a comunidade, etc.)” (LIBÂNEO, 2008, p. 217). Sua tarefa tem a dimensão de responsabilidade política, que exige tanto a experiência educativa quanto competência técnica no âmbito da ciência escolar.

É comum que muitos profissionais que ocupam a função de gestor escolar, como diretores, coordenadores, supervisores ou orientadores, apresentem uma atitude centralizadora que afasta a participação dos docentes, alunos e comunidade, estando mais preocupados com a parte burocrática e sob pressão, em detrimento

da priorização do aspecto pedagógico. Nessa esteira, Libâneo (2008, p. 217) afirma que:

Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação. As funções do diretor são, predominantemente, gestoras e administrativas, entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que se referem a uma instituição e a um projeto educativos e existem em função do campo educativo.

Entendemos que comportamentos desenvolvidos pelos gestores escolares estão sujeitos à sua própria personalidade e seu ambiente sociocultural. O gestor escolar precisa dedicar-se a uma série de responsabilidades que exigirão conhecimentos e posturas novas. Libâneo (2008, p. 111) diz que “[...] o diretor de escola é o responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico, portanto, necessita de conhecimentos tanto administrativos quanto pedagógicos”. O gestor escolar detém assim, a tarefa de buscar o equilíbrio entre os aspectos pedagógicos e administrativos, não desmerecendo nem um nem outro, pois as duas ações se complementam.

A gestão democrática por si só não garante o pleno funcionamento da escola, todavia é o caminho mais curto para minimizar as dificuldades no âmbito escolar. Na criticidade sobre a gestão escolar e sob uma concepção democrática de educação, exige-se cada vez mais a participação da equipe escolar e da comunidade, praticamente em todos os processos educacionais, que vai desde a escolha do diretor de escola até a construção do projeto político pedagógico, incluindo a identificação dos problemas que a escola pública enfrenta. Para isso, valoriza:

Os elementos internos do processo organizacional – o planejamento, a organização, a direção, a avaliação -, uma vez que não basta a tomada de decisões: é preciso que elas sejam postas em prática em função de prover as melhores condições para viabilizar os processos de ensino e aprendizagem. (LIBÂNEO, 2008, p. 125).

Apesar de a liderança democrática estar de acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a LDBEN - Lei 9394/96 há, ainda, ausência desse tipo de liderança nas escolas. Essa ausência pode ser decorrente da própria resistência dos gestores na adoção de estilos democráticos, por ainda pertencerem ao tradicionalismo autoritário. Mas os gestores devem ter consciência de que “Este estilo de liderança é marcado pelo fortalecimento da escola como um todo, de tal modo que, diante da eventual saída do gestor, não ocorreria um vácuo que resultaria em um retrocesso na escola” (LUCK, 2010, p. 79).

A qualidade da educação tem uma estreita ligação com o papel do gestor escolar. Sabemos que ele não é o único responsável pelos resultados (sejam positivos ou negativos) da escola, no entanto, o seu papel tem grande influência e impacta diretamente na organização, na articulação e na coordenação das ações. A formação sólida do gestor escolar pode lhe garantir competência técnica, e aliada à escolha democrática pela participação da comunidade, pode levar a escola a caminhos na direção da qualidade da educação. Segundo Lück (2009, p. 12):

Já é amplamente reconhecido que a qualidade da educação se assenta sobre a competência de seus profissionais em oferecer para seus alunos e a sociedade em geral experiências educacionais formativas e capazes de promover o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes necessárias ao enfrentamento dos desafios vivenciados em um mundo globalizado, tecnológico, orientado por um acervo cada vez maior e mais complexo de informações e por uma busca de qualidade em todas as áreas de atuação.

A consolidação da gestão democrática é fundamental para se alcançar qualidade na educação, como determina o artigo 206 da Constituição Federal Brasileira, bem como o artigo 3º inciso VIII da LDBEN. Vale destacar que os discursos assumidos pelos gestores das escolas geralmente são favoráveis à gestão democrática, no entanto, sabemos que muitos desses profissionais reproduzem práticas autoritárias, inclusive alguns não são escolhidos pela

comunidade escolar e, mas por indicação política/partidária do governo municipal. Para a execução da pesquisa apontaremos a seguir a metodologia utilizada nesse estudo.

## **METODOLOGIA**

A abordagem de pesquisa é qualitativa porque se ajusta a este estudo, tendo em vista a busca por analisar o perfil dos gestores escolares e a qualidade da educação ofertada na rede pública municipal de Vila Nova dos Martírios – MA, dentro de um contexto histórico-social em que o objeto de pesquisa se encontra. A investigação realizada neste estudo fundamenta-se no enfoque teórico baseado no materialismo histórico-dialético, no qual busca compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas.

A pesquisa contará com a técnica de entrevista semiestruturada realizada com os gestores escolares. Essa técnica, que se caracteriza pela existência de um roteiro previamente construído, servirá de base orientadora para o desenvolvimento da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Na investigação empírica, o instrumento imprescindível é o roteiro de entrevista semiestruturada. Segundo Gressler (2007, p. 179), essa forma de entrevista, “[...] é construída em torno de um corpo de questões do qual o entrevistador parte para uma exploração em profundidade”.

Na fase de análise e tratamento do material empírico construiremos a sistematização dos dados, de acordo com Minayo (1998). Segundo a autora, esse método de análise e tratamento dos dados é “como um caminho do pensamento” (MINAYO, 1998, p. 218). A análise dos dados será através da análise do conteúdo das entrevistas. Conforme Bardin (2002, p. 31) “[...] análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

A partir desse processo, faremos a apreciação das entrevistas, e construiremos as categorias empíricas de análise. Na análise final a intenção é fazer a relação entre o referencial teórico e as

informações coletadas no campo, para atingir os objetivos propostos e responder ao problema inicial da pesquisa.

As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa. (MINAYO, 2008, p. 70).

Para tanto, precisaremos analisar os dados a partir de conexões, mediações e contradições tendo por base que a aparência tem que ser desvelada à luz das relações entre as partes e o todo. Este processo implica abandonar posições relativistas sobre a realidade de ver o mundo. O campo de investigação são 9 (nove) escolas da rede pública municipal de Vila Nova dos Martírios-MA. Participaram como sujeitos da pesquisa um gestor e dois docentes em cada escola, em um total de 27 (vinte e sete) participantes. A pesquisa foi autorizada pelo CEP no mês de maio através do parecer consubstanciado: 5.919.382. A seguir, refletimos sobre os resultados e discussões desse estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente pesquisa ainda está em construção, porém partindo para a conclusão no processo da escrita. A pesquisa empírica foi realizada no segundo semestre de 2023 e sua análise se encontra em andamento. Temos como previsão no que tange a estrutura e alinhamento e conclusão da dissertação, no início de fevereiro de 2024, o trabalho final será enviado à Coordenação do PPGE ainda em fevereiro de 2024.

Com a contribuição dos autores que deram base teórico-conceitual a compreensão do fenômeno em foco, a dedicação analítica dada permitiu perceber as nuances da gestão escolar e alguns aspectos relacionados ao perfil dos gestores escolares no município de Vila Nova dos Martírios-MA. As concepções dos sujeitos entrevistados foram evidenciadas por meio das respostas

dos sujeitos nas entrevistas semiestruturada. Com as respostas obtidas, as análises aconteceram a partir do conteúdo das falas pelos(as) entrevistados(as), criamos algumas categorias de análises, quais sejam: i) concepção sobre gestão escolar; ii) perfil do gestor escolar; iii) concepção sobre qualidade da educação e iv) formações continuadas. As análises baseadas nas categorias que emergiram da pesquisa e que colaboraram com a compreensão e apreensão do fenômeno pesquisado, levando em conta a complexidade que ele exige. A escuta com esses profissionais foi um critério adotado na pesquisa que permitiu uma investigação cuidadosa sobre o objeto de estudo, bem como sobre a possibilidade de colaborar para a mudança de concepção e de práticas sobre os processos de gestão escolar.

Não existem fórmulas milagrosas e muito menos receitas prontas que caracterizam um bom gestor, mas algumas ações e atividades realizadas por esses profissionais podem o transformar de um mero diretor em um articulador educacional de sucesso. Dentre essas ações podemos citar: Estar sempre acompanhando e atento aos resultados da aprendizagem; participar do planejamento escolar; envolver a comunidade nos projetos escolares; promover seções de estudo com todos que compõem a escola; compromisso social, político e humano; buscar constantemente o aperfeiçoamento profissional através da formação continuada; conversar com alunos, professores e funcionários para detectar problemas e níveis de satisfação e ouvir sugestões; ser proativo para fazer as mudanças necessárias visando sempre melhorar a qualidade do ensino; manter as questões administrativas em dia.

A formação inicial acadêmica para quem vai exercer ou exerce a função de gestor escolar é imprescindível para o embasamento pedagógico que lhe é exigido, sendo no curso de Pedagogia ou em outra licenciatura. A formação continuada desses profissionais vai possibilitar a atualização das suas práticas, proporcionar conhecimentos pertinentes a sua função, compreender e ser capaz de lidar com os maiores desafios do cotidiano. A partir disso,

apresentamos na próxima seção, as considerações parciais, desenvolvidas em articulação à pesquisa em andamento.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Pretendemos com os resultados deste estudo ampliar as discussões sobre a gestão escolar e a qualidade da educação, levando a reflexão do seu papel quanto ao exercício profissional e suas atividades desempenhadas para um ensino de qualidade. Sua importância envolve várias dimensões e impacta diretamente no desempenho acadêmico, no ambiente escolar e no desenvolvimento dos estudantes. O estudante não aprende apenas na sala de aula, mas na escola como um todo, pela maneira como é organizada, liderada, pelas ações promovidas, pelo relacionamento da equipe e comunidade, pela posição diante dos problemas educacionais e sociais, dentre outros aspectos. Dessa forma, a participação do corpo docente e comunidade, na gestão da escola, se torna uma condição indispensável na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, construindo um ambiente favorável às práticas democráticas de gestão escolar. Gerar e conservar esse ambiente democrático, que une participação e ação, é um dos principais desafios da educação contemporânea e um dos caminhos necessários na busca pela qualidade do ensino. A partir dessas reflexões e das possibilidades para o alcance dessa educação de qualidade, apresentamos na próxima seção, a proposta do Produto Técnico Tecnológico (PTT).

## **PROPOSTA DE PTT**

Diante das reflexões e estudos sobre gestão escolar e qualidade da educação, e diálogos prévios e informais com profissionais da área no *locus* da pesquisa, propomos PTT a implementação de um núcleo formativo permanente para gestores e coordenadores. Esse núcleo tem como objetivo principal de contribuir com a formação continuada de gestores escolares da rede municipal de Vila Nova

dos Martírios-MA, de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação básica com qualidade, fortalecendo a articulação entre os conhecimentos acadêmicos e as práticas pedagógicas. Será desenvolvido como política voltada para o avanço, articulação e fortalecimento da rede municipal de ensino, procurando atender a proposição que trata a meta 15, estratégia 2 do Plano Municipal de Educação (PME 2014-2024). A proposta, agrega, amplia e formaliza as ações que a SEMED já vem realizando nessa perspectiva, e que muito tem sido significativo para os profissionais. O núcleo além de se preocupar em acompanhar e avaliar as ações, e principalmente apoiar a equipe gestora na realização e condução dos trabalhos pretendidos, contará com uma equipe técnica-pedagógica composta por um coordenador geral e dois assessores de formações e assuntos educacionais que terão a função de em conjunto planejar, organizar e desenvolver as atividades inerentes ao núcleo.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Portugal, Edições 70, LDA. 2002.
- GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2007.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: MF livros, 2008.
- LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.
- LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MINAYO, M. (Org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais.**  
A pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VILA NOVA DOS MARTÍRIOS. PREFEITURA MUNICIPAL.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEMED. **Plano  
Municipal de Educação/ 2014-2024.** Vila Nova dos Martírios, 2014.

**PRIMEIRAS ANÁLISES SOBRE A GESTÃO ESCOLAR E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB) EM DUAS ESCOLAS NA ZONA RURAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS- MA**

---

Andressa Jorgeana da Silva Ferreira - Turma 2023

<http://lattes.cnpq.br/5732305545919099>

E-mail: [andressajorgeanafe@gmail.com](mailto:andressajorgeanafe@gmail.com)

João Costa Gouveia Neto

<http://lattes.cnpq.br/2535403776204569>

E-mail: [joaoneto@professor.uema.br](mailto:joaoneto@professor.uema.br)

## **INTRODUÇÃO**

O presente estudo constitui-se em um recorte da pesquisa de dissertação de Mestrado Profissional em curso pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA) ainda em construção e tem como objetivo central compreender os impactos do Sistema Avaliação da Educação Básica (SAEB) nas ações da gestão escolar em duas escolas da zona rural do município de São Luís - MA.

A gestão escolar é uma temática abordada em diversos trabalhos acadêmicos, principalmente no que diz respeito à gestão democrática nas escolas brasileiras a partir do princípio estabelecido tanto na Constituição Federal de 1988, no artigo 206 e inciso VI, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 de 1996, nos artigos 14 e 15. Contudo, diante da atual conjuntura educacional, a gestão escolar sofre repercussões diante das avaliações de larga escala que se consolidaram como ponto central para a análise da qualidade da educação após mais de três décadas.

Dentro dessa organização educacional, as avaliações externas, atualmente, são o rolo compressor da educação, pois definem

metodologias e práticas pedagógicas, a organização das escolas, o currículo escolar e a forma de avaliar. Elas reverberam tanto no trabalho docente quanto na equipe gestora e são uma forma de enunciar para a sociedade como está a educação. Parte de uma estrutura fiscalizadora e de prestação de contas, o Sistema de Avaliação da Educação Básica foi organizado para controlar àqueles que nela estão envolvidos, sob a ótica do Estado avaliador.

Nesse processo, encontra-se o gestor, o principal facilitador que deve criar uma cultura organizacional democrática, em que todos precisam ter consciência do seu papel, assim como ter voz e garantia na participação das decisões “[...] é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos” (Luck, 2000, p. 16). Portanto, estar à frente de algo tão importante quanto a formação de novos cidadãos, torna necessário a organização de espaços para participação garantidos pela gestão, podemos considerar a partir do que dispõe Gadotti (2010, p. 8) que “A garantia de espaços de deliberação coletiva está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais”, ou seja, há possibilidades de trabalhar a democracia, o respeito e a criticidade dentro de vários âmbitos na escola.

Logo, são muitas as incumbências e os desafios para o gestor escolar no que tange à educação de qualidade. Não é possível estabelecer que a escola é um sucesso ou fracasso na sua gestão apenas por este índice de qualidade. Deve-se considerar que ela sofre influência de fatores como: garantia de participação nas decisões, organização, planejamento, práticas pedagógicas e avaliação. O que direciona ao questionamento: como o gestor escolar tem usado o indicador de qualidade, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no planejamento das ações em duas escolas na zona rural na rede pública municipal de ensino de São Luís - MA, de acordo com o SAEB de 2015 a 2019?

Para responder a esse questionamento, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos do SAEB nas ações da gestão, no

âmbito da organização escolar, em duas escolas na zona rural da rede pública municipal de São Luís – MA e o indicador de qualidade IDEB, a partir da série histórica dos anos 2015 a 2019. E os objetivos específicos são:

a) Identificar as práticas e concepções de gestão escolar presentes em duas escolas da zona rural da rede pública municipal de ensino de São Luís - MA;

b) Analisar as influências do IDEB na formação e experiência dos gestores escolares e coordenadores pedagógicos influenciam no indicador de qualidade da educação alcançado pelas escolas;

c) Analisar os indicadores de qualidade alcançados pelas escolas da zona rural da rede pública municipal de São Luís, nos resultados do IDEB de 2015 a 2019;

d) Elaborar um Caderno de orientações para gestores municipais sobre o papel do gestor escolar, o IDEB e outras ações, a partir dos resultados da pesquisa, para melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

### **GESTÃO ESCOLAR: uma ótica sobre a reforma do Estado**

O processo de abertura política do Brasil no fim da década de 1980 possibilitou, também, uma abertura na forma de organização das escolas. Anteriormente, o Estado provedor dos serviços sociais com projeto de bem comum era chamado de Bem-estar social. No Brasil, ele não construiu bases sólidas como nos países da Europa.

O Estado de Bem-estar social ou Estado de Providência, pregava uma política de desenvolvimento humano com uma política assistencialista e promoção de serviços básicos para a população, como a educação, por exemplo. Essas medidas posteriormente se tornaram seu calcanhar de Aquiles, um problema a ser eliminado, o que fez esse modelo entrar em crise, culminando no “surgimento” de uma nova ordem para a liberdade do mercado mundial: “[...] os governos deveriam minimizar, se não mesmo eliminar, toda espécie de bem-estar social assente na

redistribuição de rendimentos, desmantelando o Estado-Providência” (Teodoro, 2011, p. 154).

Para Teodoro (2011), o capitalismo é resultado de várias transformações. Diante de todos os obstáculos que enfrenta, torna o Estado um vilão por não atender às demandas do capitalismo e reformula-se com novas roupagens para ter o seu objetivo alcançado, sob o discurso da globalização e modernização que reforçam a hegemonia capitalista ao utilizar do senso comum e mediação da tecnologia para diminuir a intervenção do Estado na economia e serviços sociais, na desregulação e privatização de instituições públicas.

Desse modo, as reformas neoliberais chegaram na América latina nos anos 1980 e 1990. Nesse sentido, Casassus (2001), em suas análises, cita três objetivos para as reformas: a educação como ponto central para o desenvolvimento econômico, mudança na forma de gerir o Estado e a melhoria dos níveis de qualidade, adotando medidas no micro e macro. Para tanto, a nível micro, as mudanças ocorreram com a adoção da gestão democrática como princípio norteador da gestão das escolas, promovendo, assim, a descentralização das funções. Um processo que antes era burocrático e hierarquizado, agora é democrático e permeado pela participação dos atores do processo educativo.

As escolas, anteriormente vistas como empresas, com organização autoritária e burocrática, por seguirem os princípios da administração empresarial, após a redemocratização e com as exigências da sociedade civil em participar das decisões, necessita de uma nova forma de organização, alterando-se naquele momento a mudança de conceito de administração para gestão escolar.

O conceito de gestão ganha destaque e sustentação nessas mudanças, que priorizam a descentralização política, direcionando a autonomia para os Estados, municípios e, principalmente, para a escola. Mas, na verdade, há uma cultura de responsabilização (*accountability*), com implicações tanto para os docentes quanto para os gestores.

## O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): algumas considerações

O Estado hoje, como principal termômetro para medir a qualidade e o desempenho da educação, utiliza das avaliações externas ou de larga escala formuladas a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para apontar avanços e retrocessos no âmbito escolar.

Na nova configuração estatal, a partir das reformas neoliberais, a avaliação constitui-se o elemento fundante e comum a todos os países que passaram por esse processo, engendrada como forma de aplicar o parâmetro de competitividade combinada com qualidade. Servem como regulação do sistema educacional em todos os níveis, desde o ensino fundamental até o nível superior, e tem em seu encaixe os ditames e articulações dos organismos internacionais, para formação e qualificação dos trabalhadores diante da tendência de competências e habilidades para assumir funções em que o suprasumo é a valorização dos resultados.

Diante disso, os estudos de Bonamino e Souza (2012) indicam que no Brasil houve três gerações de avaliações de larga escala, sendo que cada uma delas direciona uma responsabilização diferente aos atores educacionais, as quais intitulam como baixo impacto, branda e sólida, com inserção em diferentes momentos e com objetivos ímpares. A primeira geração teve o objetivo de diagnosticar a realidade educacional do país. As autoras inclusive trazem o conceito de *“low takes”*, no sentido de não direcionar nenhuma sanção aos atores educacionais, mas que seu viés é de publicizar os resultados.

Na perspectiva do Estado regulador e avaliador, para controle e responsabilização pelos serviços sociais, em destaque a educação, criaram-se mecanismos para esse monitoramento, de forma a garantir eficiência e eficácia, em que avaliações, a partir de uma idealização dos organismos internacionais, surgem com o intuito de aferir resultados, em meados da década de 1990, sendo condição

*sine qua non* para o financiamento dos países latino-americanos, dentre eles o Brasil.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) possibilita a implementação da lógica de mercado, que começa a adentrar o sistema educacional como meio de alcançar uma qualidade. Segundo o Ministério da Educação, o sistema é visto como “[...] um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante” (Brasil, 2020).

## **METODOLOGIA**

A abordagem será qualitativa, para compreender o funcionamento e organização da gestão escolar e suas ações para a qualidade da educação, considerando o IDEB, as concepções e práticas da gestão, dos docentes e um olhar amplo sobre o mesmo objeto. Segundo Reis (2018, p. 20), com esta abordagem é possível “[...] compreender como os indivíduos interpretam suas experiências vividas dentro de um contexto social, histórico e cultural”.

Utiliza-se da pesquisa documental, que na concepção de Lúdke e André (2018) pode trazer informações complementares futuramente, ao ser relacionada com outras técnicas de pesquisa. Com base na Constituição Federal do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) na Lei 13.005/2014, o Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de São Luís (Lei nº 6.001/2015) e o Plano de Monitoramento de Metas e Indicadores do PME de São Luís 2019/2020 dentre outros, como documentos oficiais que regulamentam as ações da educação.

E também os documentos privados das escolas como Projeto Político Pedagógico (PPP), as atas das reuniões do Conselho Escolar e o calendário que expressam a participação da comunidade escolar na dinâmica das escolas no princípio da gestão democrática.

Neste estudo, escolheu-se a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, que possibilitem a articulação do entrevistado na formulação de suas respostas, com roteiro previamente organizado, para deixar o colaborador livre para responder e, ao mesmo tempo, utilizar de algumas deixas durante o momento para incluir outras perguntas. A entrevista permite uma aproximação com os colaboradores por ser “[...] a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde” (Gil, 2002, p. 115).

A observação como instrumento de coleta dos dados auxilia na percepção da infraestrutura e organização da escola como componentes para a qualidade da educação. Para realizá-la, é necessária a elaboração do roteiro com os pontos para análise. A observação, entrevista e os documentos compõem a triangulação dos dados que, no entendimento de Flick (2009), amplia o conhecimento sobre determinado tema ou na avaliação de resultados mutuamente.

Para a análise e interpretação dos dados, adota-se a análise de conteúdo preconizada por Bardin (1977, p. 38) “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. Portanto, permite a análise do que é dito durante as entrevistas, num processo que exige rigor no tratamento das informações para selecionar a categorização.

Para tanto, a adoção do método materialismo histórico-dialético permite analisar a diversidade de informações no que tange à educação na sua totalidade, nesse movimento dialético em que o homem não é somente pensante, mas ativo sobre o objeto. Nesse caso, é preciso analisar que a educação e ações da gestão escolar perante as avaliações externas estão inseridos na contradição da sociedade de classes. Para o seu entendimento, é necessário romper com o abstrato para chegar ao concreto, da aparência para a essência, compreender que a educação faz parte da conjuntura neoliberal na perspectiva mercadológica e transformar essa realidade, pois “[...] A compreensão dialética da

totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se* cria a si *mesmo* na interação das partes” (Kosik, 2002, p. 50, grifo do autor).

Participarão da pesquisa (8) oito professores do ensino fundamental anos iniciais, (2) dois gestores, (2) dois coordenadores e (2) dois membros do conselho escolar das duas escolas da rede pública municipal de São Luís, localizadas na zona rural. Os critérios de escolha para as duas instituições foram fazer parte do núcleo rural de São Luís e alcançar a meta projetada no IDEB na série histórica de 2015 a 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, está organizada em duas seções teóricas. Na primeira seção, há um resgate histórico sobre a administração escolar, na perspectiva da escola como uma empresa e os teóricos principais da vertente clássica, das relações humanas e contemporânea. Discute-se também a mudança de conceito entre administração para gestão escolar no momento da redemocratização do estado brasileiro pós-regime militar e que mudanças acarretam essas alterações na escola e sua organização, principalmente nas atribuições do gestor escolar. Utilizam-se teóricos como Paro (2016), Luck (2000), Sander (2007), Hora (2012) entre outros.

Na segunda seção do estudo que está sendo construído, aborda-se a temática da Política de Avaliação Escolar e Qualidade da Educação, que envolve aspectos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), suas formulações, objetivos e as repercussões no âmbito escolar no que diz respeito à organização da gestão escolar. A discussão sobre qualidade na educação exige uma análise sobre o contexto econômico e social que está inserida e, por carregar uma complexidade polissêmica (Dourado; Oliveira;

Santos, 2007), atualmente este conceito é estabelecido pelas avaliações de larga escala, ao indicarem que uma escola é de qualidade por ter bons resultados.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Com a realização dessas leituras e o aporte teórico, a gestão democrática para alguns autores indica uma superação em relação à administração, ao abordar princípios de autonomia e participação, mas na verdade funciona como um mecanismo de gerenciamento capitalista tal qual pregam os organismos internacionais, principalmente nas formulações do Banco Mundial, como principal financiador dos empréstimos aos países periféricos, ao exigir o cumprimento de vários critérios, dentre eles um sistema de avaliação em escala nacional.

Ainda se vivencia o momento da terceira geração de avaliações, aquelas implementadas com o intuito de criar políticas educacionais de responsabilização mais direta, com premiação para as escolas que alcançam o IDEB projetado, para os profissionais da instituição. Ademais, os sistemas subnacionais iniciaram a implantação das suas próprias avaliações, que também incentivam o espírito competitivo entre as instituições escolares.

Há uma reformulação na dinâmica escolar, que incide também sobre o trabalho do gestor escolar, na organização dos processos dentro da escola, ao sofrer sanções conjuntamente com os demais atores educacionais. Portanto, a parte empírica da pesquisa trará novos elementos para a discussão sobre a gestão, as avaliações e as percepções sobre como está a qualidade da educação no município de São Luís - MA.

## **PROPOSTA DE PTT**

Como Produto Técnico Tecnológico (PTT), propõem-se a elaboração de um Caderno de Orientações voltado para os gestores, que possibilite um aprofundamento sobre a temática da

gestão escolar e as avaliações em larga escala para além da perspectiva de desempenho dos estudantes em relação aos descritores, como uma forma de trazer possibilidades para a organização escolar em termos de aprendizagem e análise dos resultados. Portanto, essa construção se efetivará com base nas necessidades indicadas pelos entrevistados na parte empírica do estudo, de forma coletiva para as realidades em que estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BONAMINO, Alicia; SOUZA, Sandra. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BRASIL. **Histórico: Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- CASASSUS, Juan. A reforma educacional na América latina no contexto da globalização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 7-28, nov. 2001.
- DOURADO, Luiz; OLIVEIRA, João; SANTOS, Catarina. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP, 2007.
- FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- GIL, Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Papirus Editora, 2012.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LUCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em aberto**, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun, 2000.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Cortez Editora, 2016.
- REIS, Cinthia Regina Nunes. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Luís: UEMAnet, 2018.
- SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Liber Livro, 2007.
- TEODORO, António. **A educação em tempos de globalização neoliberal: os novos modos de regulação das políticas educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2011.



**PROGRAMA EDUCAR PRA VALER EM ESCOLAS DA  
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO EM  
PAÇO DO LUMIAR - MA:  
implicações na gestão escolar e no atendimento educativo**

---

Bruna Carolina Albuquerque Silva - Turma 2023  
<http://lattes.cnpq.br/2047716179116781>  
brunacarpinas@gmail.com

Severino Vilar de Albuquerque  
<http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>  
svalbuquerque@uol.com.br

## **INTRODUÇÃO**

Este resumo advém de uma dissertação em andamento, no âmbito do Mestrado Profissional em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculado à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar. A investigação traz à baila a gestão escolar por meio da análise de um modelo de gestão implementado a partir da parceria público-privado.

O Programa Educar pra Valer (EPV) vem sendo implementado em 50 municípios brasileiros (EDUCAR PRA VALER, 2023), sob o discurso de colaboração com as esferas governamentais para melhoria de indicadores educacionais, especialmente no que tange à proficiência de estudantes da educação básica. Nessa perspectiva, acordos têm sido cada vez mais estabelecidos entre o Estado e entidades do terceiro setor, as quais atuam por meio de parcerias público-privado no campo do atendimento educativo. Dentro dessas parcerias, tais entidades, que representam os interesses de setores de elites econômicas, exercem influência sistemática na implementação de políticas, programas e ações relacionadas à educação básica. Para compreensão e análise da relação público-privado no âmbito da

gestão escolar, o estudo apoia-se teórico-conceitualmente em Freitas (2023), Oliveira (2003), Adrião (2012), Peroni (2020), Albuquerque (2013), Fonseca (2020), Paro (2016), Dourado (1997), dentre outros. Ao se referir à relação público-privado, Freitas (2012, p.382) afirma que “uma rede de institutos e fundações privadas se desenvolve no país, apoiando experiências e iniciativas coerentes com esta plataforma”, no intuito de aumentar seus lucros e fomentar uma concepção educativa que corrobore com a lógica mercadológica e tecnicista no âmbito educacional.

No caso do município de Paço do Lumiar, em 2018, o governo municipal firmou uma parceria com a Fundação Lemann no setor educacional, a partir da implementação do programa de gestão Educar pra Valer, justificando a necessidade de aumentar a nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Desde então, a Prefeitura de Paço do Lumiar tem envolvido sistematicamente os docentes, coordenadores e gestores em espaços de formação e na utilização de materiais didáticos com atividades pedagógicas elaboradas por esse programa (PAÇO DO LUMIAR, 2023). Considerando a conjuntura apresentada, a referida investigação é norteadada pela seguinte problemática: Como se materializa a implementação do Programa Educar pra Valer no sistema de gestão de escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Paço do Lumiar/MA?

A relevância do estudo em tela justifica-se por ser parte do cotidiano de formações nas quais estou implicada, enquanto coordenadora pedagógica na Rede Municipal de Ensino em Paço do Lumiar, assim como por está no bojo das ações governamentais no âmbito das reformas educacionais erigidas a partir da década de 1990, com implicações significativas para o sistema educativo brasileiro. Ademais, este tema está na arena de debates do atual Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e das reflexões acerca da qualidade da educação no Brasil, bem como nas questões relacionadas à autonomia das escolas públicas em nosso país.

No que tange à relevância acadêmica, entende-se que analisar a implementação do programa nas escolas municipais de Paço do

Lumiar abre possibilidades para aprofundamentos acadêmicos, servindo de base para futuras pesquisas e contribuindo para a formulação de políticas educacionais democráticas. Pontua-se que a análise dos resultados obtidos poderá subsidiar a tomada de decisões dos gestores e promover melhorias na gestão e avaliação das escolas, favorecendo, assim, a construção de uma educação pública de qualidade e o fortalecimento da democracia nas escolas, em contraponto às políticas de cunho neoliberal, tal como o Programa Educar pra Valer, ora em implementação no sistema público de ensino de Paço do Lumiar/MA.

Para responder a questão suscitada pelo presente estudo, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a materialização do Programa Educar pra Valer, na Gestão Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Paço do Lumiar, buscando apreender limites e tensões à gestão em duas escolas. Com o intuito de atingir esse objetivo, a pesquisa desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: a) construir o cenário da gestão educacional e escolar no Brasil, a partir dos anos 1990 à égide dos organismos internacionais; b) analisar o Programa Educar para Valer no âmbito da parceria público-privado no sistema público de ensino de Paço do Lumiar, buscando captar os fundamentos epistemológicos, políticos e pedagógicos; c) analisar a implementação do Programa Educar pra Valer em duas escolas da rede pública de ensino em Paço do Lumiar, a fim de apreender as implicações na comunidade escolar; e, d) construir um guia de formação para os gestores e coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Paço do Lumiar, para além do Programa Educar pra Valer, embasado no arcabouço teórico-conceitual e nas evidências da pesquisa.

## **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A AUTONOMIA DA GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR NO BRASIL**

O fenômeno do desenvolvimento da gestão educacional e escolar no Brasil das últimas décadas tem sido parte constitutiva

das transformações sociais e resultado das lutas entre projetos societários historicamente confrontantes. Essa compreensão da permanente luta no e entre os segmentos sociais para a conformação das políticas educacionais no Brasil, é relevante para o entendimento da conformação das políticas de gestão e como essas têm se desenvolvido no limite da fronteira entre o público e o privado a partir da década de 1990.

No campo da educação, sob a égide dos organismos internacionais, as mudanças foram evidentes nas configurações dos sistemas educacionais, que passaram por alterações físicas e organizacionais orientadas pelos conceitos de produtividade e excelência. Nesse sentido, as parcerias público-privado desempenharam um papel crucial na execução e na direção das políticas educacionais, à medida que instituições privadas, mesmo alegando não ter fins lucrativos, competiram por recursos públicos através da elaboração e venda de materiais educacionais padronizados e da prestação de serviços de formação técnica e pedagógica.

Com a criação do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado em 1995, houve uma reestruturação do aparato estatal, buscando eficácia e adaptação da gestão pública. A reforma visava instaurar uma cultura organizacional focada na otimização das políticas e uma transição para modelos baseados na avaliação de resultados. Contudo, na esfera educacional, a aplicação dessa reforma acabou por adotar orientações de cunho neoliberal, afastando-se de uma abordagem participativa e alinhando-se às diretrizes de organismos internacionais.

De acordo com a análise de Oliveira (2003), os critérios adotados para as políticas educacionais, sob as diretrizes do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial a partir dos anos de 1990, vinculam-se à pedagogia das competências, a qual está ligada à capacidade de adequação a novas situações e à resolução de problemas na realidade de trabalho. Esta concepção que decorre em concorrência não só deforma o processo de ensino-aprendizagem em si, mas as relações entre os membros da

comunidade escolar e entre as escolas. Com isso, o Estado transfere para as instituições privadas a responsabilidade de dar conteúdo e forma ao fazer pedagógico das escolas públicas, enquanto centraliza a avaliação e o controle sobre os resultados, impulsionando a formulação de avaliações externas para verificarem e pressionarem as escolas para o alcance de metas.

No campo do atendimento educativo, Adrião (2012), ao se referir a essas parcerias público-privado, afirma que esses setores têm cada vez mais tomado as rédeas da formulação das políticas educacionais brasileiras, intervindo diretamente na gestão das escolas, formação docente e na produção de materiais didáticos. Dessa forma, o poder público tem delegado à iniciativa privada parte de suas responsabilidades na área educacional, por se sentir incapaz de “atingir as metas oficiais nacionais ou internacionais – da OCDE, do IDEB, do IDESP ou do teste Pisa – que estes próprios setores propuseram ou estimularam” (ADRIÃO et. al., 2012, p. 546). Como assertivamente defende Peroni (2020, p.18), devemos questionar

a retirada do processo de coletivização das decisões, pois, como está escrito na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e na Constituição, ele deveria ser papel da comunidade escolar. Uma instituição privada chegar para fazer o monitoramento, a formação de professores e a entrega do material pronto para que o professor seja apenas o executor, alienado de seu trabalho, separando aqueles que pensam daqueles que executam, não é constitucional.

Em suma, a diferenciação e a diversificação decorrentes do modelo de gestão gerencial implementado por essas políticas educacionais não têm identidade com o desenvolvimento de uma gestão democrática escolar, mas, pelo contrário, são expressões do aprofundamento da desigualdade. Ela replica a nível estadual e municipal a ênfase do processo para os resultados com critérios de eficiência e produtividade. Trazem essencialmente para as escolas “a gestão por resultados, que tem como parâmetro a gestão gerencial (SOUZA, 2009), em detrimento da gestão democrática.

Com isso, as parcerias de natureza público-privado no campo do atendimento educativo, além de pressionarem os profissionais da educação nas escolas públicas com os resultados das avaliações em larga escala, elevam o controle do trabalho dos professores, a exaltação da meritocracia no cotidiano das escolas, contrariando o ordenamento jurídico que sustenta os princípios da gestão democrática.

## **METODOLOGIA**

Seguindo o percurso de pesquisa qualitativa, será realizada a análise da materialização do Programa Educar pra Valer em escolas da Rede Pública Municipal de Paço do Lumiar, tal como apontado por Bogdan e Biklen (1994), os quais definem como esse tipo de pesquisa “tem o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade (...) e não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses” (BOGDAN; BIKLEN, 1994. p.16). A abordagem qualitativa permite privilegiar o entendimento dos comportamentos dos sujeitos envolvidos na investigação, bem como dos dados coletados, a partir da perspectiva política e social em que eles estão envolvidos. Portanto, o caminho metodológico adotado buscará dar uma importância vital aos significados que serão referenciados por meio de verbos e substantivos, e deverá evitar devir em uma submersão subjetivista (MINAYO, 2012).

Considerando essa perspectiva qualitativa de pesquisa, os dados serão analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Franco (2005). A análise de conteúdo se baseia em uma abordagem crítica e dinâmica da linguagem, que é considerada como a expressão concreta da existência humana em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, é necessário olhar o objeto em uma totalidade, de forma dialética, tal como apontado por Kosik: “A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 2002, p. 20). A análise de conteúdo, aliada à concepção dialética adotada nessa investigação, aponta para a importância de “desnudar” os dados, isto é, ir além

das aparências superficiais e acessar a essência subjacente dos fenômenos. Desse modo, analisar a implementação do Programa Educar pra Valer, a partir dessa lente, possibilitará uma perspectiva onde serão levadas em conta as relações sociais, contradições e transformações do objeto de estudo.

Em sintonia com o apresentado, a presente pesquisa demanda integrar a revisão bibliográfica, a análise documental, a observação sistemática do campo empírico e a realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos diretamente na implementação do Programa Educar pra Valer na Rede de Ensino de Paço do Lumiar. A análise documental realizar-se-á em torno de documentos oficiais da Associação Bem Comum, da Fundação Lemann e da Prefeitura municipal a respeito do Programa, aliada à revisão bibliográfica das pesquisas já existentes e à análise do histórico das parcerias entre o setor público e privado na definição de políticas, programas e ações educacionais implementadas em escolas de redes públicas de ensino, particularmente, do município de Paço do Lumiar/MA. Os instrumentos de coleta de dados consistirão em: roteiros de entrevistas semiestruturadas, roteiro de análise documental e roteiro de observações sistemáticas da gestão em duas escolas, possibilitando uma maior aproximação com a materialidade do objeto de estudo.

O campo empírico abará duas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Paço do Lumiar/MA, pertencentes ao pólo onde atuo profissionalmente (Pólo I), as quais atendem anos iniciais e são inseridas no processo de implementação do Programa Educar pra Valer. Nesse campo, serão entrevistadas quatro professoras de cada unidade, que estejam participando das formações, além dos gestores e coordenadores pedagógicos dessas escolas que são considerados, segundo a SEMED, aplicadores do Programa Educar pra Valer. Por outro lado, além do terreno das escolas, serão entrevistados, no âmbito da SEMED: a Secretaria Municipal de Educação, a Coordenadora Municipal do Programa, a Gerente do Pólo I e um formador local do Programa. Finalmente, é imprescindível a submissão do projeto de dissertação à

Plataforma Brasil, pois essa base nacional de registros de pesquisas com seres humanos oferece a possibilidade de acompanhamento completo do processo, desde a submissão até a aprovação final pelos comitês éticos, levando em conta critérios éticos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando que o estudo se encontra em desenvolvimento, especialmente na fase de elaboração do texto para a qualificação, ainda não foram obtidos resultados definitivos ou análises de dados empíricos relacionados à gestão escolar em Paço do Lumiar, especificamente na perspectiva da relação público-privado. Até o momento, o estudo passa por revisão de literatura do campo teórico conceitual, que trata da temática em tela e também do acesso a documentos oficiais em fase de leitura e destaques para posterior análise. Todavia, à luz da literatura que fundamenta a compreensão do objeto em estudo, assim como dos primeiros contatos com os documentos oficiais, observa-se como evidência que o Programa Educar pra Valer (EPV) configura-se como uma iniciativa de cunho público-privado no âmbito do atendimento educacional. Sua concepção envolve a interferência no sistema de gestão das escolas e no trabalho docente, com o intuito de influenciar os resultados das avaliações em larga escala, aferidas pelo IDEB. Igualmente, o Programa dá ênfase a meritocracia no ambiente escolar, contrapondo-se aos princípios da gestão democrática estabelecidos pelo ordenamento jurídico.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Embora a Constituição Federal de 1988 e as atuais políticas educacionais em curso estabeleçam diretrizes e metas para organizar a educação e as escolas com base nos princípios da gestão democrática, o que até aqui pode se depreender, à luz da literatura e dos documentos oficiais com os quais o estudo teve contato, é que o modelo de gestão implantado nos espaços escolares não leva em

conta a autonomia da comunidade escolar, nem tampouco a participação dos sujeitos escolares nas tomadas de decisões quanto a políticas, programas e ações a serem implementadas na escola. Em vez disso, os municípios organizam suas redes de ensino em busca do controle de resultados em suas escolas, pela adoção de medidas que visam manter o controle sobre a gestão escolar, como a nomeação direta de gestores e a manutenção, sempre que possível, de funcionários selecionados com vulnerabilidade em sua estabilidade. Em síntese, desenvolve-se uma aparente autonomia do gestor escolar, professor e do coordenador para planejar e dirigir sua atividade pedagógica, mas, na prática, trata-se de uma autonomia delegada, na qual os gestores do sistema de ensino interferem diretamente no funcionamento das escolas, por meio da implementação de modelos de gestão com fulcro em elevação de indicadores educacionais.

## **PROPOSTA DE PTT**

O Produto Técnico e Tecnológico (PPT) dessa pesquisa consistirá em uma Guia de orientações para os gestores e coordenadores pedagógicos da Rede Pública Municipal de Paço do Lumiar- MA realizarem formações pedagógicas em conjunto com os docentes nas escolas onde atuam. O Guia buscará refletir sobre formações pedagógicas para além do Programa Educar pra Valer, problematizando a relação público-privado no âmbito da gestão escolar e apontando as perspectivas da escola como espaço fértil para a construção de uma democracia substancial na sociedade. O Guia poderá ser aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição. A proposta é que o seu acesso seja, inicialmente, via repositório institucional, de forma pública e gratuita.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T et al. **As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?** Educação e sociedade, Campinas, vol.33, n. 119, p. 533- 549, abr-jun.2012.
- ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **Formação continuada de professores no estado do Maranhão: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ao Plano de Ações Articuladas (PAR)**. 2013. 497 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL. EDUCAR PRA VALER. Disponível em:<https://institucional.caeddigital.net/projetos/educar-pravaler.html#:~:text=O%20programa%20contribui%20com%2050,para%20sua%20s%C%A9rie%20e%20idade>. Acesso em 06 de julho de 2023.
- DOURADO, Luiz Fernandes; BUENO, Maria Sylvia Simões. **O Público e o privado na educação**. In: Educação, Associação Nacional de Políticas e Administração da. Políticas e gestão da educação (1991-1997). Brasília: Mec/inep/comped, 2001. p. 63-72.
- FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Democracia e tecnocracia no planejamento educacional brasileiro: tensões permanentes na educação do século 21. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. (Orgs.) **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Liber Livros, 2013.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2º Edição. Brasília: Liber livro Editora, 2005.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de

educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.33,n.119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FREITAS, L.C. **Sobral e a desinformação da esquerda. 23 dez. de 2021**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2021/12/23/sobral-e-a-desinformacao-na-esquerda/>. Acesso em 26 de dezembro de 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A internalização de exclusão**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80. set. 2002, p. 299-325. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 26 de dezembro de 2023.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

MINAYO, Maria Cecília. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciênc. saúde coletiva vol.17 no.3 Rio de Janeiro p. 621-626. Mar. 2012.

OLIVEIRA, Dalila. **As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PAÇO DO LUMIAR. **Projeto “Educar pra Valer” de Sobral continua em Paço do Lumiar**. Disponível em: <https://www.pacodolumiar.ma.gov.br/informa.php?id=67>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, C. M. B. DE. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista**, v. 36, p. e77554, 2020.



**O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (2014-2024)  
E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE ESCOLAS EM  
TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA DE E  
NSINO DO ESTADO DO MARANHÃO:  
uma análise sobre a implementação das metas 06 e 11**

---

Daniele Letícia Mendes Ferreira - Turma 2023

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8336200789660732>

E-mail: [advdanielemendes30@gmail.com](mailto:advdanielemendes30@gmail.com)

Antônio Alves Ferreira

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837741521158774>,

E-mail: [asalves2@gmail.com](mailto:asalves2@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

O presente resumo, apresentado ao V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão - PPGE/UEMA, traz dados parciais sobre a dissertação, ainda em construção, cujo objeto é O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE (2014-2024) E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO MARANHÃO: uma análise sobre a implementação das metas 06 e 11. O estudo buscará apreender, em sua especificidade o processo de implementação de escolas em tempo integral criadas e mantidas pelo poder público estadual no município de São Luís/MA.

A política de expansão das escolas em tempo integral encontrou no PNE (2014-2024), precisamente, nas metas (06 e 11), as diretrizes para sua implementação em todo território nacional, através do seu caráter vinculante e do regime de colaboração entre a união e as unidades subnacionais. A referida política tem como

objetivo garantir a ampliação da oferta e do atendimento educacional de qualidade.

Assim posto, compreendendo a importância do PNE (2014-2024), enquanto planejamento educacional pátrio e de observância obrigatória na elaboração dos planos de educação dos entes subnacionais, o presente estudo objetiva analisar a política de expansão de escolas em tempo integral da rede pública de ensino do estado do Maranhão, no município de São Luís frente as metas (06 e 11) do PNE (2014-2024), sob a perspectiva da qualidade socialmente referenciada.

Tendo em conta a problemática apresentada, para o desenvolvimento desta pesquisa, partiu-se da seguinte questão: A política de expansão de escolas em tempo integral da rede pública estadual em São Luís/MA está em consonância com as metas (06 e 11) estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) considerando a qualidade social da educação?

A partir das reflexões sobre a temática tendo em conta a questão proposta, elegeram-se as questões norteadoras da presente pesquisa, para dar consecução ao objetivo geral proposto, quais sejam:

- São definidos critérios de elegibilidade para implementação de escolas em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, no município de São Luís, levando em conta as Metas 6 e 11 do PNE?

- A oferta e ampliação de vagas nas escolas em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, no município de São Luís/MA consideram o acesso, permanência e qualidade socialmente referendadas pelo PNE (2014-2024)?

- São definidos, no âmbito da política de expansão de escolas em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, no município de São Luís, mecanismos de avaliação e o monitoramento do cumprimento das metas (06 e 11) do PNE considerando a participação social da comunidade?

A relevância da presente pesquisa se justifica e está amplamente ligada ao debate acadêmico-científico sobre processo de expansão da modalidade de ensino, escola em tempo integral,

enquanto orientação política de alcance nacional e de possível materialização da educação de qualidade social.

O estudo abordará se a política de expansão de escolas em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, disposta no Plano Estadual de Educação PEE (2014-2024) leva em consideração as metas e diretrizes estabelecidas pelo PNE (2014-2024) com vistas a qualidade social da educação no município de São Luís.

Os dados obtidos com o presente estudo poderão contribuir para análises, pesquisas de abordagem comparativa podendo ser relevante para avaliar como a política de expansão de escolas da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, precisamente no município de São Luís, se diferencia ou se assemelha a iniciativas análogas em outros estados brasileiros. Isso contribuirá para uma compreensão mais ampla do cenário nacional e, em particular, o local.

Outro aspecto relevante é que o estudo buscará evidências sobre participação e envolvimento da comunidade escolar, no processo de implementação da política de expansão da escola em tempo integral. A análise considerará como a participação ativa desses grupos pode influenciar o sucesso ou as dificuldades na execução da proposta.

A afinidade pessoal com a temática está adstrita a proximidade empírica com o campo de investigação do estudo, pois, o exercício da docência em uma escola de tempo integral da rede pública estadual de ensino em São Luís/MA, permitiu-me conhecer e vivenciar a implementação deste modelo de ensino. Essa experiência motivou-me a pesquisar sobre a macropolítica educacional brasileira, precisamente o PNE (2014-2024) e o seu desdobramento local em relação ao Plano Estadual de Educação PEE/MA (2014-2024) e os seus aspectos político-jurídico e sociais de alinhamento ou contradições no atendimento educacional de qualidade referenciada.

Diante das questões suscitadas e por todo exposto emergem os objetivos do estudo. O objetivo geral: analisar a política de expansão de escolas em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão frente ao Plano Nacional de Educação - PNE (2014-

2024) considerando a qualidade social da educação. Enquanto que os objetivos específicos são: a) Conhecer o processo histórico e as bases ideológicas e legais que subsidiam as experiências de educação integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão no município de São Luís; b) Identificar os alinhamentos e possíveis discrepâncias entre o Plano Nacional de Educação PNE (2014-2024) e o Plano Estadual de Educação PEE/MA (2014-2024) e a prática local, no tocante ao cumprimento das metas (06 e 11) do PNE; c) Analisar se há oferta e ampliação de vagas nas escolas em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, no município de São Luís/MA, considerando o acesso, permanência e qualidade socialmente referendadas pelo PNE (2014-2024); d) Analisar se são definidos, no âmbito da política de expansão de escolas em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, no município de São Luís, mecanismos de avaliação e o monitoramento do cumprimento das metas (06 e 11) do PNE considerando a participação social da comunidade; e e) Propor como Produto Técnico Tecnológico (PTT) um guia de orientações, a partir da conclusão do estudo em andamento direcionado a gestores, professores, comunidade escolar e acadêmica.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988, incorporou uma série de dispositivos voltados à educação. Um dos principais é o artigo 6º, que consagra a educação como um direito social. (BRASIL,1988). Em decorrência desse aspecto, surge para o Estado brasileiro, após o processo de redemocratização do país, a incumbência de materialização desse direito, que se traduziu na edição de um planejamento educacional, que pudesse estabelecer diretrizes e estratégias coordenadas a serem adotadas em todo território nacional.

A elaboração do PNE está intrinsecamente ligada à concepção e desenvolvimento de um abrangente projeto educacional para o país, cujo objetivo central é superar os desafios cruciais que se apresentam para assegurar a concretização da educação pública e

gratuita como um direito inalienável de todos os cidadãos (COELHO, 2016).

O PNE está disposto no artigo 214 da Constituição Federal de 1988, que determina a sua elaboração de acordo os princípios fundamentais da educação brasileira. A Emenda Constitucional (Ec. nº 59/2009) que instituiu a implementação do PNE, em caráter decenal ratificou o seu status constitucional como política de estado, caracterizando-o como instrumento norteador das políticas públicas de educação, sendo de cumprimento obrigatório pelos entes subnacionais.

Nessa perspectiva, a Lei nº 13.005/2014, que estabelece o atual PNE, traz em seu bojo 20 metas e 254 estratégias, dentre elas, metas específicas sobre a implantação das escolas em tempo integral as metas (06 e 11) que subsidiaram o presente estudo, conjuntamente com o Plano Estadual de Educação PEE/MA (2014-2024) aprovado Lei nº 10.099/2014.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelecida pela Lei nº 9.394/96, constitui o referencial jurídico que respalda o ensino em tempo integral na educação básica e que aliada as metas estabelecidas pelo PNE pretende oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica (meta 06) e triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (meta 11). (BRASIL, 2015).

O percurso histórico da política de expansão da educação em tempo integral está intimamente ligado ao projeto político educacional do Estado brasileiro, que pretende ampliar a oferta educacional em todo país. A temática, educação em tempo integral encontra-se estabelecida em vários diplomas legais e sobretudo no PNE (2014-2024) que reforçou o compromisso com essa modalidade de atendimento de ensino. (BRASIL, 2015).

Para melhor compreensão da política de expansão da escola em tempo integral é necessário pensar que a sociedade brasileira,

estando inserida no contexto do capitalismo tardio globalizado, tem como característica fundamental a contradição entre capital e trabalho e a divisão em classes sociais antagônicas. Essa luta de classes reflete-se na educação escolar (SAVIANI; DUARTE, 2012).

O redimensionamento do papel do Estado brasileiro, no tocante as políticas sociais, após a redemocratização, a necessidade de ajustes fiscais e a influência dos organismos internacionais conduziram as políticas educacionais a aderirem ao projeto de ampliação da jornada escolar, como fator decisivo para melhoria da qualidade da educação. Segundo (LIBANEO, 2005) existe uma tentativa de vincular a educação ao modelo produtivo sustentado no racionalismo econômico, que tem o gerenciamento privado como modelo para o setor público baseado no discurso da qualidade total.

Neste contexto, tendo como plano de fundo o panorama sócio-político apresentado se faz necessário analisar se a política de expansão das escolas em tempo integral tem a pretensão de garantir a qualidade social da educação e quais os desdobramentos dessa política no município de São Luís/MA, precisamente por meio da política de expansão de escolas em tempo integral na rede pública de ensino.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adotará uma abordagem crítica e dialética, e imprimirá um olhar dialético na análise da política de expansão de escolas em tempo integral na rede pública de ensino de dependência administrativa estadual, buscando apreender a formulação e a implementação de escolas em tempo integral, tendo em conta as perspectivas políticas e os objetivos educacionais propostos, uma investigação ampla e aprofundada das diversas influências que moldam o processo da formulação e implementação de políticas. O estudo será de cunho qualitativo, considerando dados quantitativos, uma vez que se tornam importantes em pesquisas dessa natureza. Conforme argumenta (GATTI, 2001), os conceitos de quantidade e

qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é atribuído grandeza a um fenômeno de outro, esta precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem essa relação não há significação em si.

A pesquisa terá como referencial o ciclo de políticas, proposto por Ball e Bowe (apud Mainardes, 2006), cuja a abordagem constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais que permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus e efeitos.

primeira etapa do estudo, será a realização das pesquisas bibliográfica e documental, que tem como finalidade identificar as legislações correlatas ao Plano Nacional de Educação, a política de expansão de escolas de tempo integral e a qualidade da educação. Segundo (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009) a pesquisa documental, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos, a partir da reconstrução das vivências e do vivido.

Na segunda etapa, será realizado um mapeamento de campo com o objetivo de identificar quais as escolas de educação em tempo integral da rede pública de ensino do Estado do Maranhão, no município de São Luís, de modo a estabelecer o público-alvo e a definição do *locus* de pesquisa, que se concentrará em duas escolas de ensino médio integral (Centro Educa mais e Iema<sup>6</sup>)

Serão considerados para coleta de dados os seguintes instrumentos: roteiro de análise documental, roteiro de observação, roteiro de entrevistas. O procedimento de investigação será realizado através da observação a ser aplicada no *locus* de pesquisa, da realização de entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos gestores, professores e secretário de educação e da análise de documentos oficiais que dispõem sobre o PNE (2014-2024) e sobre a política de expansão de escolas em tempo integral da rede

---

<sup>6</sup> Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

pública de ensino do estado do maranhão. O presente estudo não foi submetido e/ou aprovado pelo Comitê de Ética, o que se dará com o processo de qualificação da dissertação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo apresentou como resultados parciais: o levantamento da legislação correlata a temática, precisamente, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº. 9394/96) e suas alterações, o PNE (2014-2024) aprovado pela Lei nº13.005/2014 e suas estratégias, o PEE/MA (2014-2024) aprovado Lei nº 10.099/2014 e suas estratégias, o acesso aos sítios eletrônicos oficiais voltados a temática abordada e aos Programas Federais e Estaduais de fomento a oferta e ao atendimento educacional na modalidade da educação integral no Brasil e no Maranhão. A realização do mapeamento de escolas de tempo integral da rede pública de ensino estadual situadas no município de São Luís/MA. A revisão bibliográfica elencou parte dos autores que estudam a temática de forma aprofundada a fim de subsidiar o estudo.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A pesquisa documental centrada na legislação proporcionou subsídios para melhor compreensão do percurso histórico e dos marcos legais do planejamento educacional no país. A revisão bibliográfica permitiu, em caráter preliminar, estabelecer as categorias de análise da pesquisa, os referenciais teóricos a serem adotados e a definição da metodologia a ser aplicada no estudo.

A partir mapeamento de campo, preliminar, foi possível identificar quais são as escolas de tempo integral da rede pública de ensino estadual no município de São Luís que foram implementadas durante a execução do PNE (2014-2024). A seção empírica será retratada a partir do acesso ao campo empírico, que ocorrerá após a qualificação da dissertação em sua fase de construção.

## PROPOSTA DE PTT

O estudo traz como proposta de Produto Técnico Tecnológico (PTT), a produção de um guia de orientações pedagógicas que apresentará análises sobre a política de expansão de escolas em tempo integral da rede pública de ensino do estado do Maranhão, no município de São Luís, frente as diretrizes estabelecidas pelo PNE (2014-2024) nas metas (06 e 11), a abordagem considerará a qualidade social da educação como parâmetro.

O produto se destinará a trazer informações sobre o PNE (2014-2024) e o PEE (2014-2024), sobre a oferta e atendimento educacional em São Luís/MA, nas escolas em tempo integral, sobre a participação social na política de implementação dessa modalidade de ensino. O guia de orientações servirá de recurso pedagógico para melhor compreensão do cenário da educação ludovicense e terá como destinatários os gestores, professores, a comunidade escolar e acadêmica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao\\_compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm)> Acesso: 30 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014- 2024: Linha de Base**. Brasília, DF: INEP, 2015.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 dez. 2023.

COELHO, L. M. Plano Nacional de Educação 2014-2024-Meta 06: estratégias para qual tempo e para qual projeto de sociedade? **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 33, p. 101-120, 2016.

GATTI, Angelina Bernadete. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *In: Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan. /abr. 2006.

MARANHÃO. **Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014.** Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão. Diário Oficial [do] Estado do Maranhão: São Luís, 11 jun. 2014.

SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, ano I, n. 1, p.1-15, jul. 2009. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_documental\\_pistas\\_teoricas\\_e\\_metodologicas.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf)> Acesso: 10 dez. 2023.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

**MACROPOLÍTICA EDUCACIONAL ESCOLA DIGNA:  
uma análise da implementação no município de  
Paço do Lumiar- MA de 2015 a 2023, considerando a  
qualidade da educação básica**

---

Evyla da Silva Costa - Turma 2023  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1593294943015920>  
E-mail: [evyllascosta@gmail.com](mailto:evyllascosta@gmail.com)

Albiane Oliveira Gomes  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2000850391605148>  
E-mail: [albiane11@hotmail.com](mailto:albiane11@hotmail.com).

## **INTRODUÇÃO**

O resumo apresentado, traz elementos iniciais do estudo em andamento realizado do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Em sua especificidade, o estudo tem como objetivo analisar a implementação da política educacional Escola Digna no município de Paço do Lumiar- MA, buscando apreender possíveis contribuições para a melhoria da qualidade da educação municipal. O programa Escola Digna passou a ser implementado a partir do Decreto nº 30.620/2015 e foi transformado em uma macropolítica educacional pela Lei nº 10.995/2019, o que ampliou sua abrangência e a previsão de ações de natureza socioeducacional a serem implementadas.

A política educacional Escola Digna, lançada como uma iniciativa ambiciosa para reformular o panorama educacional, representa um esforço notável para aprimorar a infraestrutura escolar, capacitar os educadores e elevar os padrões de aprendizado. Tendo em conta a problemática apresentada, o estudo buscará responder a seguinte questão: Como se

materializou a implementação da Macropolítica Educacional Escola Digna no município de Paço do Lumiar/MA no período de 2015 a 2023, considerando a qualidade da educação? Na análise da implementação da política, será levada em conta a qualidade da educação, tanto a que está definida na própria política, quanto àquela relacionada ao planejamento educacional de longo prazo no país, bem como a que tem sido tratada teórico-conceitualmente pela literatura.

A partir da questão norteadora, o estudo buscará responder outras questões, igualmente consideradas relevantes, para apreender a implementação do programa: Foi realizado o diagnóstico do atendimento educacional da rede pública de ensino de Paço do Lumiar/MA, para levantar indicadores, tais como infraestrutura, instalações e equipamentos das escolas, bem como sobre a formação de professores e demais profissionais que atuam diretamente no atendimento escolar? Há, no âmbito da Política Educacional Escola Digna, definição de indicadores de qualidade a ser alcançados ao longo de sua implementação? o processo de implementação, no âmbito municipal, abriu espaços de participação para a comunidade escolar, no sentido de captar as reais necessidades advindas do atendimento educativo?

Tais questionamentos impõem-se, tendo em conta que na implementação de qualquer política que se expresse pela qualidade da educação, indicadores fulcrais do atendimento educacional devem ser considerados, principalmente àqueles que podem refletir na qualidade. Do ponto de vista da relevância pessoal, o interesse pela pesquisa se remete aos estudos proporcionados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Planejamento e Qualidade da Educação Básica – GPQE, Além de experiências durante a formação inicial em Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. No que se refere ao social, o estudo possui grande relevância por se tratar de uma política pública educacional em processo de implementação em rede pública de ensino. De de igual modo, as discussões e os resultados deste estudo, poderão contribuir com outros estudiosos para compreender o processo de

implementação de uma política e resultará em produções científicas no âmbito do programa de Pós-Graduação.

A pesquisa terá como objetivo geral, analisar o processo de implementação da política educacional escola digna, levando em conta aquilo que está propugnado na Política Educacional Escola Digna. E como objetivos específicos, investigar a infraestrutura, instalações e equipamentos das escolas na rede pública de ensino em Paço do Lumiar/MA, bem como sobre a formação de professores e demais profissionais que atuam diretamente no campo escolar buscando identificar indicadores que impactam no atendimento educacional. Investigar a formação oferecida aos professores e demais profissionais envolvidos diretamente no atendimento escolar em Paço do Lumiar/MA, visando compreender seu impacto na qualidade educacional. Analisar se a Política Educacional Escola Digna, implementada em Paço do Lumiar/MA, define indicadores de qualidade para orientar e avaliar o progresso ao longo de sua execução. construir um produto técnico tecnológico com os resultados encontrados no decorrer da pesquisa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A colaboração entre os diversos níveis federativos para a prestação da educação básica é contemplada no artigo 211 da Constituição Federal (CF/88) e no artigo 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Na última década, essa abordagem ganhou destaque, impulsionada pelas discussões que nortearam a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, resultando em políticas, acordos e pesquisas relevantes sobre o tema. No Maranhão, o regime de colaboração entre o governo estadual e os governos municipais para a oferta da educação básica tem se destacado especialmente por meio do Programa Escola Digna.

O Programa Escola Digna integra o Plano de Ações Mais IDH, surgindo com o objetivo de coordenar 13 iniciativas provenientes

de diversas secretarias, inicialmente concentrando esforços nos 30 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Maranhão. Este programa representa o mais substancial investimento já realizado em educação no estado, direcionado à substituição de escolas de taipa por edifícios de alvenaria, além de proporcionar suporte técnico-pedagógico aos municípios beneficiados. Vale ressaltar que a estratégia de implementação proposta, fundamentada na colaboração entre o estado e os municípios, é considerada não apenas inovadora, mas também desafiadora, especialmente diante do atual contexto político que apresenta desafios à educação pública no país. O Decreto original nº 30.620/2015, era composto por seis artigos, sendo que três deles foram revogados e modificados pela Lei nº 10.995/2019.

A Macropolítica foi estruturada em 6 eixos de atuação, Ensino Médio Integrado em Tempo Integral; Eixo formação continuada; Eixo Regime de Colaboração; Eixo Gestão Educacional; Eixo Avaliação Educacional; Eixo Pesquisa, Ciência e Tecnologia. Nesse contexto, o plano foi concebido com o objetivo de combater a extrema pobreza e a desigualdade social tanto em ambientes urbanos quanto rurais, adotando estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, relacionando os mesmos aos índices educacionais do estado. A questão da qualidade da Educação Básica também passou a ganhar significativos espaços no âmbito das políticas educacionais.

De acordo com Almeida (2018), as políticas públicas são definidas como instrumentos que, em um contexto mais abrangente, têm como objetivo garantir direitos, corrigir disparidades e fomentar o bem-estar geral na sociedade. Nessa perspectiva, essas políticas podem ser entendidas como o conjunto de medidas, atividades, planejamentos, programas, objetivos e estratégias delineados pelo Estado para promover o bem-estar da comunidade e atender aos interesses públicos.

Os empresários e seus defensores defendem uma abordagem instrumental da educação, camuflando-a por meio de slogans como "prioridade ao básico" e "os direitos da criança devem ser

prioritários". Embora essas ideias possam encontrar apoio, o autor sugere a existência de uma perspectiva alternativa. Educadores, por sua vez, buscam uma educação de qualidade social, destacando valores e uma formação humana abrangente. Eles se opõem à privatização da educação, argumentando que esta é um bem público que não deve ser entregue ao controle exclusivo de um setor da sociedade, neste caso, os empresários. (Freitas,2014), destaca que tal abordagem não é democrática, mesmo diante dos desafios enfrentados pela escola pública.

Com base nos estudos previamente resumidos sobre a implementação de políticas públicas educacionais, a revisão bibliográfica da pesquisa em andamento, busca identificar, as perspectivas analíticas adotadas nos estudos relacionados ao campo educacional, dentro de sua categorização temática, Dentro das etapas definidas para a realização da pesquisa, buscando responder aos questionamentos feitos, no intuito de responder de forma reflexiva, dialética, compreendendo os fatores relacionados ao processo de implantação da política educacional escola digna no município de Paço do Lumiar/MA, como (Oliveira, 2009), (Santos, 2016), (Adrião, 2018), (Peroni; De Oliveira, 2019), (De Freitas, 2014), (Saviani, 2008), (Dourado,2011),entre outros autores.

## **METODOLOGIA**

A abordagem metodológica adotada na presente pesquisa fundamenta-se no método teórico adotado nesta pesquisa é inspirado no materialismo histórico-dialético, (Kosik, 2002). um enfoque que proporciona uma reflexão aprofundada sobre a responsabilidade de uma sociedade orientada pela igualdade de direitos fundamentais. Esse método permite a análise das contradições sociais e históricas inerentes à construção e à formação social contemporânea. O estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa, (Goldenberg, 2001). Visando compreender de forma aprofundada as nuances e complexidades envolvidas na gestão do Programa Escola Digna, promovendo uma análise crítica embasada em dados concretos e experiências dos participantes.

A análise documental, à luz das orientações de (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009), será empregada para identificar e examinar os princípios orientadores, os pressupostos teórico-metodológicos, a lógica da formulação e as estratégias de implementação e gestão do Programa, com destaque para a estratégia de colaboração adotada. Os documentos oficiais relacionados à política, incluindo Planos, Guias, Termos, documentos de apoio à gestão e relatórios gerenciais, desempenharão um papel fundamental na análise do processo de planejamento visando à sua formulação.

As entrevistas semiestruturadas (Trivinos, 1987), que serão elaboradas e conduzidas com gestores da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA), gestores, docentes e demais profissionais vinculados a Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar/MA. Participantes da implementação da política educacional Escola Digna, compartilharão suas perspectivas sobre a proposta em análise. Essa abordagem metodológica possibilitará a coleta de informações valiosas e a compreensão aprofundada das percepções dos atores-chave envolvidos no processo de gestão do Programa. Considerando as etapas metodológicas, a organização e exploração dos dados da presente pesquisa em andamento serão apoiadas na análise de conteúdo. a organização e exploração dos dados serão fundamentadas na análise de conteúdo, (Bardin, 2011).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados preliminares da pesquisa incluíram o levantamento da legislação pertinente à temática, notadamente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº. 9394/96) e suas emendas, a Lei nº 10.995/2019, além de todos os documentos que destacam a Política Educacional Escola Digna. Igualmente, o estudo já realizou levantamentos de estudos, tanto teórico-conceituais quanto de trabalhos empíricos que discutem e analisam a temática em tela, de

acordo com a SEDUC/MA – Secretaria Estadual de Educação do Maranhão – (2018, sem página):

[...] o Programa Escola Digna constitui-se como a macropolítica de educação da SEDUC e tem por finalidade institucionalizar as ações da secretaria em eixos estruturantes que subsidiam teórica, política e pedagogicamente as ações educativas da Secretaria de Estado da Educação, como política de Estado, de modo a orientar as unidades regionais, as escolas e os setores da SEDUC, dando-lhes uma unidade em termos de concepção teórica e metodológica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. (SEDUC,2018).

Para compreender o processo de implementação, o estudo leva em consideração a qualidade da Educação Básica, tanto àquela expressa na política de atendimento público educacional quanto aos aspectos qualitativos da avaliação educacional e da aprendizagem. A concepção de qualidade educacional está sistematizada pelas notas, de um ponto de vista classificatório e quantitativo. (Gomes, 2016, p. 34) já revelava que o IDEB ao utilizar de dados quantitativamente determinados para atestar a qualidade da educação brasileira tem cumprido com a tarefa de tornar legítima uma lógica que tão somente contribui para a competitividade dos sistemas educativos e das escolas, em detrimento da efetivação de um projeto de educação inclusiva, não somente, mas de qualidade socialmente referenciada da educação. Logo, os documentos já analisados trazem evidências sobre o que está posto na Política Escola Digna, bem como sobre sua implementação no município de Paço do Lumiar/ MA, revelando um descompasso entre o proposto e o vivido, ou seja, o que propugna a política e sua materialidade na implementação no município de Paço do Lumiar/MA.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Na Macropolítica Escola Digna, observa-se uma abordagem de colaboração horizontal entre o estado e os municípios,

estabelecendo conexões independentes da relação federativa com a União. Além disso, essa forma de pactuação se mostra receptiva a parcerias com instituições privadas, tanto com fins lucrativos quanto sem fins lucrativos. A dinâmica do Regime de Colaboração entre o estado e os municípios, em âmbito nacional, abrange diversos modelos de relações intergovernamentais e formas de pactuação. Frequentemente, essas relações são moldadas por vínculos clientelistas, marcados pela dependência do município em relação ao estado, ou vice-versa, atuando como executores de medidas concebidas pela União.

Essa perspectiva é respaldada por (Ferreira, 2019), que, ao analisar a gestão histórica das políticas de educação no Maranhão, destaca a tendência a padrões inconsistentes, distantes da realidade social e fragmentados, muitas vezes guiados por favoritismo político e interesses privatistas e elitistas. Contudo, a implementação da Escola Digna reflete uma mudança, com o governo valorizando a continuidade das políticas e adotando abordagens mais inclusivas e democráticas, considerando as necessidades dos beneficiários.

Ainda que as normativas que regulam a transferência da gestão pública para o setor privado tenham validade para todo o Brasil, notam-se ritmos e qualidades distintas quando de sua adequação por parte dos governos subnacionais, desencadeando distinções também na atuação do setor privado, nas políticas e programas implantados e nos impactos para a natureza pública da gestão educacional e escolar. (Adrião e Peroni, 2013). Essas considerações surgem nos estágios iniciais de investigação, especialmente ao examinar a execução da Política Escola Digna, que varia entre os municípios devido a uma série de fatores, incluindo a adesão ao regime de colaboração. Diante desse cenário, essa percepção orienta a pesquisa na direção de uma análise mais profunda das fundamentações que sustentam esse processo e das implicações decorrentes. É crucial desvendar os elementos-chave que moldam a diversidade na implementação da Política Escola Digna, compreendendo como a participação no regime de

colaboração influencia diretamente o cenário educacional em diferentes localidades.

## **PROPOSTA DE PTT**

Com o propósito de atender aos requisitos estabelecidos para os mestrados profissionais, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) estabelece, como condição para a obtenção do título de mestre, a redação e a defesa oral da dissertação. Esses critérios estão detalhados no Regimento Interno, aprovado por meio da Resolução nº 1.393/2019 – CEPE/UEMA, datada de 04 de dezembro de 2019, na Seção VI, que aborda a Dissertação, especificamente no artigo 55. A pesquisa propõe a elaboração de um Produto Técnico Tecnológico (PTT), que consiste na criação de um guia de orientações pedagógicas.

Esse guia abordará análises referentes ao processo de implementação da política educacional Escola Digna no município de Paço do Lumiar, no Maranhão, tendo como parâmetro a qualidade social da educação. O produto visa fornecer informações detalhadas sobre esse processo, configurando-se como um guia de orientações destinado a ser um recurso pedagógico. Destinado a gestores, professores, comunidade escolar e acadêmica, com relevância social, uma vez que, as bases da Política Escola Digna, buscam melhorias educacionais e socioeconômicas. O guia tem como finalidade proporcionar uma compreensão mais aprofundada do panorama educacional específico do município de Paço do Lumiar, no Maranhão.

## **REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, T e PERONI, V. (orgs) Gestão Municipal da Educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna. Recife: FANAPE-ANPAE, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.  
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.  
Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em:  
Acesso em: 26 de jul. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**. Brasília, 1996.

DE FREITAS, Luiz Carlos. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 6, n. 1, p. 48-59, 2014.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação (2011-2010)**:  
Avaliação e perspectivas. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 2011.

FERREIRA, Fabrício dos Santos. **Políticas públicas educacionais para o ensino médio: uma análise das ações com foco no ENEM adotadas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão de 1998 a 2019**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Albiane Oliveira. **Do plano de escola a escola do plano**: Implicações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) na qualidade do ensino nas escolas municipais de São Luís /MA. 2016. 293f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARANHÃO. **Decreto nº 34.649 de 02 de janeiro de 2019**. Institui o Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem através do Programa Escola Digna. São Luís, 2019.

OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais no governo Lula**: rupturas e permanências. *RBP*, v. 25, n. 2, p. 197, maio/ago. 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal; DE OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, p. 38-57, 2019.

SANTOS, P.S.M.B.dos. **Guia prático da política educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano I, n. 1, p.1-15, jul. 2009. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_documental\\_pistas\\_teoricas\\_e\\_metodologicas.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf)> Acesso: 18 dez. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 07-16, 2008.

SEDUC. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/>. Acesso em: 17. nov 2023.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UEMA. **Resolução nº 1393/2019, de 04 de dezembro de 2019**. Regimento Interno aprovado através da Resolução nº 1393/2019 – CEPE/UEMA. São Luís: UEMA, 2019.



**PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A  
FORMAÇÃO HUMANA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:  
uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica**

---

Joseane Cristina dos Santos Sousa - Turma 2023

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3796466364872560>

E-mail: josecris.10@hotmail.com

Georgyanna Andréa Silva Morais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7346458823661768>

E-mail: georgyn\_morais@yahoo.com.br

## **INTRODUÇÃO**

O presente resumo resulta dos passos iniciais da dissertação, vinculada à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), cuja temática proposta é fruto de discussões e relatos de professores, em um curso de especialização *latu sensu*, que atuavam em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a necessidade de uma prática pedagógica para a formação humana das pessoas com surdez. Uma prática que proporcione a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, essenciais para o processo de humanização e, conseqüentemente, de emancipação do sujeito.

Em meio aos relatos e às discussões durante a especialização em AEE, com ênfase em Libras, apontou-se como uma das principais barreiras para a escolarização da pessoa com deficiência a prática docente, causando uma certa inquietação em relação aos fatores que têm provocado tal impedimento na construção e no desenvolvimento de práticas pedagógicas que proporcionem a formação humana dos alunos com surdez, ou mesmo de quais práticas estão sendo desenvolvidas nas salas de atendimento. Desta

forma, parte-se do seguinte questionamento: que práticas pedagógicas são desenvolvidas pelos professores de AEE, para pessoas surdas, no âmbito do contexto escolar?

Destarte, o presente estudo tem como sujeitos da pesquisa os professores do Atendimento educacional especializado para alunos com surdez. Desse modo, objetiva-se analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, no âmbito do contexto escolar, a fim de identificar, em seus discursos, as suas compreensões sobre deficiência e educação inclusiva, bem como caracterizar as práticas construídas e desenvolvidas pelos professores de AEE e analisar se estas contribuem para a formação humana da pessoa com surdez. Mediante a análise das necessidades concretas, propõe-se elaborar um plano de ação formativo para os professores do AEE de pessoas com surdez, na perspectiva histórico-crítica, tendo a formação humana como princípio educativo.

Atualmente, a proposta de inclusão para os alunos com surdez, no âmbito escolar, tem como estratégia principal o oferecimento do atendimento educacional especializado como uma modalidade ofertada no contra turno, com obrigatoriedade da matrícula do aluno na classe comum e somada com a presença e auxílio do interprete/tradutor de libras, para promover a inclusão e formação dos alunos com surdez. O objetivo da modalidade é promover, na educação escolar e no processo formativo dos alunos, a apropriação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e do português escrito como segunda língua.

Portanto, o interesse em direcionar a pesquisa para os professores que atuam em salas de AEE de alunos com surdez consiste em analisar como esta modalidade contribui para a formação humana desses alunos, sendo uma das principais estratégias pensadas e criadas pela sociedade capitalista e pela perspectiva neoliberal, para efetivação das discussões de uma Educação Especial Inclusiva.

## PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO HUMANA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A forma de conceber a pessoa com deficiência foi construída socialmente pela humanidade ao longo da história. Como se reflete na obra de Piccollo (2022), a concepção de deficiência é uma construção moldada aos interesses e necessidades sócio-político-econômicas do país. Logo, as formas de segregação e inclusão são consequências da compensação social, como aponta Vigotsky (2022), visto que a deficiência, em si, não é condição para o desenvolvimento de uma pessoa, mas são os meios socialmente oferecidos que podem proporcionar ou não o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Historicamente, à educação escolar para as pessoas público alvo da educação especial foi atribuído um caráter de inferioridade ou, como afirma Vigotsky (2022), de menor valor, por não representar uma ação essencial para o desenvolvimento econômico do país. Porém, com a ascensão da sociedade capitalista e a difusão da perspectiva neoliberal, a educação escolar dessas pessoas torna-se uma estratégia do capital, denominada de inclusão. No entanto, como aponta Borges (2022), esta consiste em um instrumento de produção de competências para uma gestão de qualidade, produtividade e competitividade.

Socialmente, isso gera um efeito de inclusão-exclusão, pois ao mesmo tempo que as políticas públicas discursam sobre uma educação pautada em uma perspectiva inclusiva, na materialidade não garantem uma formação humana para emancipação, pois oferecem uma educação com foco na deficiência ao invés de direcioná-la ao aluno, baseada em uma perspectiva neotecnicista (aprender a fazer) e neoescolanovista (aprender a aprender), com condições irregulares de estruturas físicas, precária qualificação dos profissionais e com um currículo alienante. Isso provoca, desta forma, uma formação para subserviência aos ditames sociais, propagando um efeito de inferioridade à educação das pessoas público alvo da educação especial.

Destarte, refletir sobre as práticas pedagógicas dos professores do AEE para alunos com surdez, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, é pensar esta prática em seu ambiente natural, a partir de uma totalidade que o cerca e os influenciam. Consiste em repensar os conceitos construídos por esses professores sobre o que vem a ser deficiência, é analisar como em uma sociedade capitalista, que se fundamenta na desigualdade, pode ser construída uma prática pedagogia com foco na formação humana da pessoa com deficiência e de sua emancipação. Consiste, ainda, em resgatar a condição humana das pessoas com deficiências que lhes foi negada ao longo da história.

Desta forma, propõe-se discutir esta prática pedagogia a partir de três perspectivas: A primeira é o resgate da condição humana da pessoa com deficiência, partindo da premissa que o homem precisa produzir continuamente sua própria existência e, portanto, é um ser histórico, pois vive em constante transformação (Saviani, 2013), agindo sobre a natureza e adaptando-a a suas necessidades, por meio do trabalho. A segunda trata-se da natureza e especificidade da educação escolar, que consiste na garantia dos conhecimentos necessários à construção humana, saberes estes transformados em conhecimentos escolares, de forma direta e intencionalmente a cada aluno em sua singularidade à humanidade construída histórica e coletivamente pelos homens (Saviani, 2013). A terceira se configura como a construção e o desenvolvimento de uma prática pedagógica que possibilite a formação omnilateral do homem que, segundo Duarte (2021), compreende o desenvolvimento do indivíduo envolto a totalidade da vida humana.

A educação escolar na perspectiva da formação omnilateral não pode, portanto, ignorar o fato de que o indivíduo vive sua própria história, mas também não ignore que essa história individual é parte de totalidade mais amplas, como a classe social e, no limite, a história da humanidade. Nesse sentido, a formação omnilateral pode ser entendida como transformação da individualidade, tendo-se como referência a luta histórica da humanidade

por condições que permitam uma existência verdadeiramente livre e universal (DUARTE, 2021, p.61)

Portanto, a contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica na construção de uma prática pedagógica emancipatória que tenha como foco a formação humana da pessoa com surdez, está em seus pressupostos históricos, psicológicos e filosóficos. Segundo Silva (2014), a proposta pedagógica-metodológica da pedagogia histórico-crítica, em uma sociedade capitalista que utiliza o conhecimento como instrumento de dominação e exploração das classes excluídas e marginalizadas, concebe à apropriação dos conhecimentos teóricos como basilares para a construção de uma prática como forma de luta e resistência ao pragmatismo e individualismo, incorporadas de forma alienante das práticas docentes empregadas na educação escolar da pessoa com deficiência.

## **METODOLOGIA**

A proposta pretendida nesta pesquisa, a análise das práticas pedagógicas dos professores de AEE para pessoas com surdez, caracteriza-se por uma investigação de caráter qualitativo, por buscar compreender o objeto da pesquisa a partir das influências do seu contexto natural, visto que a construção de uma prática pedagógica é oriunda do movimento dialético com a realidade social, através da materialidade histórica da existência humana, sendo inviável concebê-la isolada do contexto político-social-econômico na qual está inserida.

Destarte, partindo do princípio da historicidade, totalidade, mediação e contradição, como formadores da prática docente, a presente pesquisa terá como método o materialismo histórico-dialético, que nos permite, segundo Martins e Lavoura (2018), apreender a existência objetiva do objeto em estudo a partir da complexidade de relações que as comportam, capturando sua

lógica interna de funcionamento que corresponde à estrutura e à dinâmica essencial

O materialismo histórico-dialético, capta o conjunto dos nexos e relações dos diferentes elementos que constituem a totalidade de um objeto ou fenômeno. Vale dizer, apreender as relações entre as diferentes determinações mais simples as quais se constituem como unidade mínima de análise e que possibilitam explicar a coisa investigada na sua totalidade, num movimento lógico dialético que vai do todo às partes e das partes ao todo constantemente (MARTINS E LAVOURA, 2018, p. 227).

O projeto de pesquisa ainda será submetido ao Comitê de Ética, tendo em vista que terá como sujeitos professores que atuam em salas de Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez no Município de Caxias-MA, utilizando, para a coleta de dados, a entrevista semiestruturada, como procedimento que possibilitará, através da escuta do sujeito da pesquisa, identificar a necessidade concreta para a formação continuada dos professores. As etapas da pesquisa proposta dar-se-ão nas seguintes fases:

a) **Levantamento bibliográfico:** É uma fase que será realizada ao longo da pesquisa, utilizando de artigos e livros sobre a proposta levantada neste estudo. Fundamentando-se inicialmente em obras dos seguintes autores: SAVIANI (2008, 2013), DUARTE (2021), MARTINS (2013), BORGES (2010), MATOS (2022), SILVA (2014), JANNUZZI (2012), PICCOLLO (2022); PADILHA e SILVA (2020), VIGOTSKY (2022), VÁZQUEZ (2011), dentre outros.

Segundo, também, do estudo analítico das legislações que norteiam as práticas educativas dos professores de AEE para alunos com surdez, como: Constituição federal (CF) 1988, Declaração de Jomtiem (1990), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 (Formação dos professores de AEE), Plano Nacional de Educação (PNE) 2014- 2024, Estatuto da pessoa com Deficiência (2015) e a Lei

nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 (Educação Bilíngue para surdos, dentre outras.

b) **Escrita da dissertação** (ação contínua ao longo da pesquisa)

c) **Submissão ao Conselho de Ética e em seguida a coleta das informações no campo**: Produção do roteiro da entrevista semiestruturada, aplicação das entrevistas. Sujeito da pesquisa será os professores de salas de Atendimento Educacional especializado para alunos com surdez, na cidade de Caxias-MA.

d) **Análise dos dados coletados nas entrevistas**, considerando a realidade social, política, estrutural, econômica e formativa.

e) **Elaboração do plano de ação de formação continuada para professores do AEE de alunos com surdez**, a partir das necessidades identificadas mediante a análise das entrevistas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados iniciais da investigação aqui proposta são oriundos da primeira fase traçada para esta pesquisa, o levantamento bibliográfico, visto que se busca fazer um resgate histórico sobre a educação da pessoa com deficiência no Brasil, trazendo uma análise da construção histórica e social do conceito de deficiência para que possamos chegar a identificar qual a concepção de deficiência defendida hoje pela sociedade capitalista para o processo formativo dos alunos com surdez. Dessa forma, podemos analisar as políticas públicas educacionais endereçadas para a educação especial e compreender o discurso de Inclusão em meio a sociedade capitalista, bem como ela se concretiza materialmente na prática social das pessoas com deficiência. A estrutura pensada para este trabalho está sendo construída em duas seções teórica e uma empírica, ambas divididas em subseções, e uma direcionada ao Produto Técnico Tecnológico:

A primeira seção versará sobre **Educação Especial e Inclusiva: um olhar histórico e legislativo**, tendo como objetivo demarcar a origem dessa discussão, bem como dos impactos das demandas do projeto neoliberal, apontando as políticas curriculares voltadas

para a educação escolar da pessoa com surdez. Assim, norteará as discussões sobre o que vem a ser a perspectiva inclusiva defendida e apontada nos documentos oficiais, fazendo o contraponto com a perspectiva inclusiva da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural.

A segunda tem como proposta discutir sobre **A formação e desenvolvimento humano da pessoa com deficiência**. Esta seção busca-se analisar, de modo geral e na educação especial, o processo de formação e desenvolvimento humano, tomando como base a concepção de deficiência construída pela humanidade ao longo da vida. A partir desta análise discutimos sobre a formação humana da pessoa com deficiência com base na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica.

A seção empírica, denominada **As práticas pedagógicas dos professores de salas de Atendimento educacional especializado para alunos com surdez da rede municipal de Caxias-MA**, tratará dos resultados das entrevistas realizados com os professores de salas de atendimento educacional especializadas para os alunos com surdez. Almejamos, nesta seção, identificar as compreensões sobre deficiência e educação especial dos professores, bem como as práticas desenvolvidas por eles ao trabalharem com esses alunos. Desse modo, buscamos, através dos relatos, analisar se as práticas desenvolvidas nas salas de atendimento educacional contribuem para a formação humana da pessoa com surdez, tendo como base teórica para essa análise a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica.

Portanto, como materialidade da pesquisa, propõe-se um **Plano de Ação para formação continuada para os professores de salas de AEE que atuam com alunos surdos**, utilizando como aporte teórico a Pedagogia Histórico-Crítica e a formação humana como princípio educativo, elaborado a partir das análises feitas sobre os relatos e discursos coletados durante a entrevista com os professores, focando nas necessidades concretas para a oferta do Atendimento educacional especializado para a formação humana deste público.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Portanto, percebe-se ao longo desta primeira fase da pesquisa que a educação especial se encontra em meio ao discurso de inclusão proferido pelas políticas educacionais do país, porém, submersa em uma educação que busca, por meio do oferecimento do mínimo, integrar o público alvo da educação especial a sociedade capitalista e, assim, contribuir aos interesses da economia. As novas políticas educacionais neoliberais trazem em seus discursos pedagógicos a temática de inclusão, visando a garantia de aquisição de conteúdos mínimos para a aprendizagem dos estudantes público alvo da educação especial. No entanto, incluir é uma temática que contradiz a realidade existente no território do país, em que ao contrário de incluir tem-se acentuado a exclusão social, visto que a educação oferecida almeja uma formação acrítica, que possibilita ao sujeito se integrar à sociedade, todavia, sem questioná-la. (SILVA, 2020, P. 132)

Assim sendo, no que se refere às políticas públicas e aos direitos conquistados ao longo da história de luta da educação da pessoa com deficiência, ainda se trata de um avanço restrito quando se coloca em pauta uma formação humana para emancipação, tendo em vista que é necessário ir além da elevação de matrículas deste público, garantindo uma educação realmente inclusiva, que ofereça uma formação pautada nos conhecimentos científicos, artístico e filosófico, com profissionais qualificados, investimento financeiro e condições físicas e estruturais adequadas. Além disso, como preconiza Vigotsky (2022), é necessário redirecionar as práticas educativas pautadas no indivíduo, desmitificado a concepção construída de que a deficiência é um impedimento para o desenvolvimento da pessoa público alvo da educação especial.

## PROPOSTA DE PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO (PTT)

A proposta para o Produto Técnico Tecnológico (PTT) consiste na elaboração de um plano de ação de formação continuada para os professores que atuam em salas de atendimento educacional especializado para alunos com surdez na rede municipal de Caxias-MA, pensado e construído a partir das necessidades concretas observadas e coletadas durante a entrevista através dos discursos proferidos pelos professores participantes. Utilizar-se-á, como princípio educativo, a formação humana da pessoa com surdez, a partir da perspectiva histórico-crítica.

Dessa forma, este plano permite pensar em uma formação continuada que desmistifique a concepção adaptativa e integracionista oferecida ao processo de escolarização da pessoa com deficiência nas escolas públicas, e refletir sobre uma teoria pedagógica inclusiva que possa oferecer subsídios teóricos que fundamentem uma prática pedagogia que realmente proporcione a apropriação dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos para o público alvo da educação especial, para que construam uma práxis política e social no âmbito da sua realidade prática.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Kamylla Pereira. **Neoliberalismo e políticas de educação especial: disputas e articulações**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, SP, v. 22, p. 1-26, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659855. Disponível em: [//bityli.com/gUnbwT](http://bityli.com/gUnbwT). Acesso em: 30 mar. 2022.

MATOS, N. da S. D. de; TURECK, L. T. Z. **Educação especial e políticas educacionais: a concepção de aprendizagem e desenvolvimento humano em disputa**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 22, p. 1-29, 2022. DOI:

10.20396/rho.v22i00.8661085. Disponível em:  
<https://bityli.com/PvAFoA>. Acesso em: 23 maio 2022.

Martins, Lígia Márcia Martins & Lavoura, Tiago Nicola Lavoura. **Materialismo histórico-dialético**: contributos para a investigação em educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.59428.

PICCOLLO, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história**: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. **Contribuições da Pedagogia Histórico-crítica para a Educação Especial Brasileira**. *Revista HISTEDBR on-line*. Campinas, nº 58, p-78-89, set.2014. Disponível em: <[HTTP://www.Periodicos.sbu.unicamp.br](http://www.Periodicos.sbu.unicamp.br)> acesso em: 20 de agosto de 2022.

SILVA, Odair Vieira da. **Teoria Crítica, Neoliberalismo e Educação**: Análise reflexiva da realidade educacional brasileira a partir de 1990. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. 1 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

VIGOTSKY, Lev Semionovich. **Obras Completas – Tomo Cinco**: Fundamentos de Defectologia. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.



**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
GESTÃO NOS IEMAS PLENOS DO MARANHÃO**

---

Leidyane Balieiro Guimarães Cunha – Turma 2023

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6144435315717865>

E-mail: [dnabalieiro@gmail.com](mailto:dnabalieiro@gmail.com)

Antônio Alves Ferreira

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837741521158774>

E-mail: [asalves2@gmail.com](mailto:asalves2@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O atual resumo, apresentado ao V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), é um recorte da pesquisa de Mestrado Profissional em Educação, em andamento, intitulada **“Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Desenvolvimento Sustentável: um estudo de caso nos IEMAs Plenos do Maranhão”** que tem como objetivo analisar de que forma a gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é realizada no âmbito do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), em seus IEMAs Plenos, sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (DS).

As primeiras reflexões sobre sustentabilidade surgiram na Conferência sobre a Biosfera (1968, Paris) e na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (1972, Estocolmo). A partir da chamada Rio-92, ampliou-se o entendimento de que DS é aquele que integra crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente, visando tanto o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e quanto das sociedades. A Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, no Art. 5º, inciso V, defende que entre as diretrizes

da Alimentação Escolar está o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar. (BRASIL, 2009; PIMENTEL, 2019)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) é o órgão responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), dentre elas, o PNAE. Sendo uma política de financiamento da Educação, o PNAE consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Através da alimentação escolar, o PNAE contribui para o desenvolvimento biopsicossocial e o rendimento escolar do estudante, além de incentivar a agricultura familiar local, através da oferta de produtos *in natura*. (BRASIL, 2020; SILVA *et al*, 2022)

Em 2015, por meio da criação do IEMA, o Governo do Maranhão visou favorecer o emprego juvenil e o empreendedorismo, além de facilitar a transição para economias verdes e sociedades sustentáveis. Os IEMAs Plenos oferecem Educação Profissional e Tecnológica Integrada ao Ensino Médio em Tempo Integral, fornecendo aos alunos alimentação escolar em 03 (três) refeições diárias, financiadas de maneira suplementar pelo PNAE, que determina um repasse *per capita* diário de R\$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) por estudante informados no Censo Escolar do ano anterior. Assim, elaboramos a seguinte questão norteadora: sob a perspectiva do DS, de que forma a gestão dos recursos do PNAE é realizada no âmbito dos IEMAs Plenos? (BRASIL, 2023; IEMA, 2023)

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Agenda 2030, traz os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) formados por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas entre 2015 à 2030, sendo o Brasil signatário desta. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), responsável pelo capítulo que trata da “*promoção do ensino, da*

*conscientização e do treinamento*”, ressalta que, por meio da Educação, oportuniza-se maior consciência ambiental e ética, além de valores e atitudes em consonância com o DS, favorecendo a participação efetiva do cidadão nas tomadas de decisão. (UNESCO, 2020)

O IEMA é a primeira Instituição Pública do Maranhão a fazer parte do Programa Escolas Associadas da UNESCO (Rede PEA), que congrega mais de 567 escolas no Brasil e 11 mil escolas mundiais. Desta forma, os projetos desenvolvidos no IEMA contribuem para os ODS, destacando-se: (1) Erradicação da Pobreza; (2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; (4) Educação de Qualidade; (6) Água Potável e Saneamento; (9) Indústria Inovação e Infraestrutura; (10) Redução das Desigualdades; (11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; e (13) Ação Contra a Mudança Global do Clima, dentre outros. (UNESCO, 2020; IEMA, 2023).

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma a gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é realizada no âmbito do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), em seus IEMAs Plenos, sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (DS). Como objetivos específicos temos: identificar se há alguma estratégia específica da unidade para melhorias na administração do recurso do PNAE; verificar a existência ou não de uma proposta para evitar o desperdício dos alimentos na rotina escolar da unidade; e observar se a unidade possui uma ou mais propostas de inovação para a ampliação da oferta de uma alimentação escolar saudável e diminuição dos seus impactos ambientais. O produto técnico tecnológico resultante desta pesquisa será um Catálogo de Boas Práticas em Alimentação Escolar e Desenvolvimento Sustentável, de maneira a possibilitar a replicabilidade de práticas exitosas nas demais escolas do Estado do Maranhão.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A sustentabilidade na implementação de políticas públicas referentes à alimentação escolar deve ter seu enfoque no

cultivo/consumo de alimentos saudáveis/orgânicos, com vistas à preservação da biodiversidade e dos recursos naturais regionais, favorecendo a qualidade de vida do produtor rural e sua permanência no campo, propagando saberes locais, promovendo processos participativos e democráticos que envolvam futuras gerações. O DS também ocorre mediante as políticas de compras públicas (chamadas públicas), adequando formas ou características de produção de alimentos, de acordo com os critérios das compras verdes, influenciando o restante dos fornecedores através livre concorrência. (TUGOZ, 2014).

O FNDE, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), gerencia, a nível nacional, os programas suplementares de financiamento da Educação Básica como o PNAE e o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), cuja principal fonte de recursos é oriunda da contribuição social do Salário-Educação, juntamente com demais recursos arrecadados por meio do regime de colaboração com os entes federados, tais como Tesouro Estadual e o Fundo Estadual de Educação. (BITTENCOURT, 2007; MARANHÃO, 2016)

A transferência de recursos financeiros da União para os Estados e Municípios, por meio do PNAE, é realizada sem a necessidade de celebração de convênios ou contratos, sendo 70% dos recursos, obrigatoriamente, direcionados à aquisição de produtos básicos respeitando os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola local. Os recursos financeiros do PNAE são transferidos através de *per captas* diferenciadas de acordo com a modalidade de ensino, visando atender as necessidades nutricionais de acordo com cada faixa etária, diversidades étnicas e condições de vulnerabilidade social. Há uma prioridade para as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e para os assentamentos da Reforma Agrária na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (mín. 30%). (BRASIL, 2009; 2020)

Dentre as finalidades institucionais, o IEMA investe na formação e qualificação dos estudantes como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções tecnológicas às

demandas econômicas e sociais alinhadas com as vocações regionais. Além disso, o Instituto, através de diversas parcerias promove a integração e a verticalização da Educação Básica à Educação Profissional estimulando a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, e a pesquisa aplicada, voltadas à preservação do meio ambiente. (IEMA, 2023).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa seguirá os padrões de um estudo de caso, cujo procedimento de investigação será a análise documental, com abordagem qualitativa. O referencial teórico-conceitual desta pesquisa sustenta-se, inicialmente, na revisão bibliográfica sobre as temáticas Desenvolvimento Sustentável, Gestão Administrativa Educacional e PNAE, através de documentos, artigos científicos, dissertações e legislações analisados através das plataformas Google, Google Scholar e Scielo. (POUPART, 2008; YIN, 2016).

A análise de dados seguirá os parâmetros da análise de conteúdo segundo Bardin (2016), em duas etapas: primeiramente, a exploração em termos gerais do conteúdo, possibilitando a descoberta de novos elementos; e, em um segundo momento, elaboração de hipóteses que serão diretivas para o andamento da pesquisa, incentivando o retorno ao campo sistematizando os dados para melhor visualização, discussão e interpretação dos mesmos. Serão realizadas entrevistas com gestores, professores e estudantes dos IEMAs Plenos, bem como nutricionistas das unidades ou da Secretaria de Educação. (BARDIN, 2016)

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As primeiras pesquisas bibliográficas ratificaram que o DS se articula com os conceitos a serem trabalhados na Educação. Os conhecimentos compartilhados, através dos mais diversos ambientes de ensino, são a base a chamada Educação para o

Desenvolvimento Sustentável (EDS) e, conseqüentemente, a promoção dos ODS. Através destes, os estudantes da Educação Básica adquirem novos valores e habilidades, elaborando uma visão integrada de mundo, entendendo que os desafios globais demandam uma multidisciplinaridade colaborativa das diversas áreas do conhecimento, para transformação das realidades locais e global. (SOARES, 2019; SILVA; PONTES, 2020).

A gestão financeira das escolas públicas deverá cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação nacional, estadual e as normatizações da rede de ensino a qual pertença. Baseando-se nisso, entende-se que o gestor escolar acumula também a função de articular meios e procedimentos para que os objetivos organizacionais da instituição escolar sejam alcançados envolvendo seus aspectos gerenciais e técnico-administrativos. O gestor deverá, de igual forma, incentivar a participação da comunidade escolar e local no cotidiano escolar, incluindo na administração dos recursos financeiros. (LUCK, 2009)

As diretrizes do PNAE, além de incentivar o DS, orientam a preferência pela compra de alimentos *in natura*, respeitando a sazonalidade e regionalidade dos produtos. Desta maneira, acaba por estimular também o desenvolvimento sustentável da agricultura local e o acesso aos alimentos saudáveis e minimamente processados, que por esta razão, necessitam de melhores cuidados de manejo, armazenamento e oferta. Devido à estas especificidades do programa, ainda há uma vantagem na logística dos grandes distribuidores e atacadistas do sistema alimentar convencional. (SOUSA, 2015)

Avanços nos estudos da relação da Alimentação Escolar e Desenvolvimento Sustentável sugerem a participação de diferentes atores sociais envolvidos nesse tema: profissionais da nutrição, equipe de cozinha, pedagógica e gestora, além dos pequenos agricultores locais, membros dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), dentre outros, sendo estas discussões extremamente benéficas para toda a comunidade escolar. (SILVA, *et al*, 2023)

O IEMA como integrante da Rede PEA-UNESCO, está comprometido com os ODS, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação equitativa e de qualidade, alinhado às questões relativas à sustentabilidade e à responsabilidade social. Para isso, os IEMAs Plenos desenvolvem projetos e atividades para vivências durante todo o ano letivo, conectando-se às temáticas desenvolvida pela UNESCO tanto para o ano corrente quanto para às décadas vigentes: Décadas Internacionais de Afrodescendentes (2015/2024); Década Internacional para Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável (2018/2028); Década da Energia Sustentável para Todos (2014/2024); Década das Línguas Indígenas (2022/2032) (IEMA, 2023)

Ao longo do ano de 2023, os IEMAs Plenos desenvolveram projetos pedagógicos sobre a redução de desperdícios de alimentos e de energia na escola, bem como algumas inovações que abordavam diretamente a questão da alimentação escolar tais como técnicas de compostagem para adubar o solo da horta escolar, visando a ampliação do fornecimento de verduras e legumes na dieta dos estudantes, além de melhorias nos ambientes de piscicultura, que aumentariam a oferta do pescado no dia a dia escolar. Ressalta-se que estes, dentre outros projetos, utilizaram soluções práticas e de baixo custo o que otimiza sua replicabilidade em outras escolas, respeitando as devidas peculiaridades.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Considerando que a presente pesquisa está em andamento, ressaltamos a importância do tema de acordo com a Agenda 2030, os ODS e os objetivos institucionais do IEMA. Desta maneira, este estudo mostra o seu potencial e a possibilidade de maior aprofundamento das temáticas abordadas ao longo da pesquisa, que contemplará de maneira mais abrangente os questionamentos iniciais.

## PROPOSTA DE PTT

O Mestrado Profissional visa promover a integração da formação profissional com entidades de naturezas diversas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação. Segundo as orientações da UNESCO e da BNCC os currículos devem incorporar, de forma transversal e integradora, diversas temáticas dos ODS, como: educação alimentar e nutricional, saúde, ciência e tecnologia, dentre outros. (UNESCO, 2020)

Assim, o produto técnico tecnológico elaborado a partir da pesquisa **“Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Desenvolvimento Sustentável: um estudo de caso nos IEMAs Plenos do Maranhão”** que vise catalogar as práticas exitosas, de modo que possam ser replicadas nas demais unidades escolares do Estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GUAÍBA. 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8892>. Acesso em: 01/01/2024

BRASIL. LEI N. 11.947, DE 16 DE JUNHO 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 17 jun.

2009, p. 2. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 02/01/2024

BRASIL. FNDE, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 12/12/2023.

BRASIL. FNDE, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 02, de 10 de Março de 2023. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view>. Acesso em: 02/01/2024.

IEMA, INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI IEMA 2023-2027**. São Luís: IEMA, 2023. Disponível em: <https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/PDI-2023-2027-VERSAO-FINAL...pdf>. Acesso em: 02/01/2024.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARANHÃO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. **Portaria nº 292, de 15 de abril de 2016**. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC/MA. Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOEMA. 22 de Abril de 2016, pág. 22 Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/wp->

content/uploads/2016/05/Portaria-Aplicação-Fundo-Esta dual-de-Educação-1.pdf. Acesso em: 01/02/2024.

MARANHÃO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. **Lei nº 11.623 de 15 de dezembro de 2021.**

Reorganiza o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA e institui o Programa Bolsa-Aluno. São Luís, MA. Disponível em: [http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI\\_11623](http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_11623). Acesso em: 13/11/2022.

POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 2, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod\\_resouce/content/1/04\\_OB-JACCOUD\\_MAYER.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod_resouce/content/1/04_OB-JACCOUD_MAYER.pdf). Acesso em: 02/01/2024

PIMENTEL, G. S. R. O. Brasil e os desafios da Educação e dos Educadores na Agenda 2030 da ONU. *Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 22 - 33, 2019. DOI: 10.36732/riep.v1i3.36. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/35>. Acesso em: 27/12/ 2023.

SILVA, V. P.; PONTES, J. C. Educação para a sustentabilidade em currículos da educação básica: implementação e desafios. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 5, p. 30320-30330, 2020. *Brazilian Journal of Development*. <http://dx.doi.org/10.34117/bjd.v6n5-475>. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/10505>. Acesso em: 02/01/2024.

SILVA, G. S. R. da; GONÇALVES, L. do S. S.; ALBUQUERQUE, S. V. de. A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no sistema público de ensino do Estado do Maranhão: Avanços e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2723–2740, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i4.17453. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17453>. Acesso em: 1 fev. 2024.

SILVA, Andressa Rodrigues de Carvalho da *et al.* A HORTA ESCOLAR COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2023. Disponível em: [https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3426/1/TCC\\_ANDRESSA%20RODRIGUES%20DE%20CARVALHO%20DA%20SILVA.pdf](https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3426/1/TCC_ANDRESSA%20RODRIGUES%20DE%20CARVALHO%20DA%20SILVA.pdf). Acesso em: 20/01/2024

SOARES, F. P. Objetivos de desenvolvimento sustentável e geografia escolar: exemplos de aplicação. **Terrae Didática**, Campinas, SP, v. 15, p. e019048, 2019. DOI: 10.20396/td.v15i0.8657602. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8657602>. Acesso em: 02/01/2024.

SOUSA, Anete Araújo de *et al.* Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, v. 28, p. 217-229, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/fVf9T4PkZvZztSnd75zyZKK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09/01/2024

TUGOZ, Jamila E.; LEISMANN, Edison Luiz; BRANDALISE, Loreni Teresinha. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Sustentabilidade e responsabilidade social**, p. 80, 2017. Disponível em: <https://www.poisson.com.br/livros/sustentabilidade/volume3/Sustentabilidade%20vol3.pdf#page=81>. Acesso em: 20/01/2024

UNESCO. Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: caderno introdutório / editado por Tereza Moreira e Rita Silvana Santana dos Santos. – Brasília : UNESCO, 2020. 72 p., il. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375076?posInSet=1&queryId=207ce193-4edd-440b-9d07-4ad25a693143> Acesso em: 13/11/2022

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Penso Editora, 2016.



## A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDEB NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE PAÇO DO LUMIAR- MA

---

Luciana Mesquita Nunes Santos Nascimento - Turma 2023

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8361426290836350>

E-mail: [adv.lucianamesquita@gmail.com](mailto:adv.lucianamesquita@gmail.com)

Severino Vilar de Albuquerque

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3497157552176004>

E-mail: [svalbuquerque@uol.com.br](mailto:svalbuquerque@uol.com.br)

### INTRODUÇÃO

O presente resumo, apresentado ao V Seminário de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), vinculado à linha de pesquisa Gestão Educacional e Escolar, é resultante de pesquisa, em andamento, no âmbito do PPGE, Mestrado Profissional em Educação. Em sua especificidade, apresenta evidências iniciais sobre a valorização dos profissionais da educação na rede pública de ensino de Paço do Lumiar-MA no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) enquanto política pública de financiamento da educação no país.

A Política de Valorização dos Profissionais da Educação, no âmbito do FUNDEB, ganha centralidade nas reformas educacionais erigidas a partir dos anos 1990, tendo em conta que, ao longo das últimas décadas, os profissionais da educação passaram a ter visibilidade nas políticas públicas educacionais no país, dada a importância e a relevância do trabalho docente e a relação que estabelece com o atendimento educacional e a qualidade na educação básica. Inicialmente estabelecido pelo

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), impulsionado pela emenda constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela lei 9.424/96, vigorou por uma década, de 1997 a 2006. Posteriormente, em consonância com o imperativo constitucional que assegura o atendimento à educação básica, foi sucedido pelo FUNDEB por meio da Emenda Constitucional – EC nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e alterado pela EC nº 108/2020, que o tornou definitivo. (BRASIL/MEC/FNDE, 2017b; BRASIL, 2007, 2020).

Entretanto, Pinto (2009) enfatiza que, apesar dos avanços significativos nas políticas de financiamento com vistas a garantia do atendimento educacional na educação básica pública, e embora tais políticas destinem a maioria dos recursos à valorização dos profissionais da educação, questões como remuneração, formação, carreira e condições de trabalho ainda permanecem como um desafio. Cabe ressaltar, no âmbito da legislação apresentada, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso V, que define as diretrizes relacionadas aos planos de carreira destinados ao magistério (Brasil, 1988). Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), em seu artigo 67, estabelece as obrigações dos sistemas educacionais no intuito de promover a valorização dos profissionais da educação.

Nesse sentido, levando em conta que as políticas de atendimento à educação básica instituídas a partir dos anos 1990 representam alterações e um avanço histórico no atendimento da educação básica pública em nosso país, emerge a importância de se pensar o professor enquanto profissional intrinsecamente vinculado ao processo de atendimento educacional na escola. Tal concepção remete a sua formação, assim como suas dimensões técnica e política. Este estudo justifica-se, portanto, pela sua relevância e pertinência social e política. De igual modo, o estudo constitui-se de relevância acadêmica, uma vez que seus resultados podem contribuir para outros estudos que se dediquem a estudar políticas de valorização dos profissionais da educação no âmbito do financiamento da educação básica no país.

Consideramos que a problemática apresentada fundamenta-se na compreensão das lacunas entre as políticas de valorização dos profissionais da educação previstas pelo FUNDEB e sua aplicação efetiva nos sistemas públicos de ensino. Dessa forma, o presente estudo apoia-se na seguinte questão: O FUNDEB, enquanto política de financiamento da educação básica, contribui para valorização dos profissionais da educação na rede pública de ensino de Paço do Lumiar- MA?

Com vistas a responder a essa questão, o estudo tem como objetivo geral analisar se o financiamento da educação por meio do FUNDEB contribui para a valorização dos profissionais da educação no que tange a formação, trabalho, remuneração e carreira, na rede pública de ensino de Paço do Lumiar- MA; e como objetivos específicos: a) Analisar como a valorização dos profissionais da educação foi inserida no âmbito das políticas de financiamento da educação do Brasil a partir dos anos de 1990, levando em conta os determinantes históricos, políticos e econômicos; b) Analisar as percepções dos profissionais da educação que atuam em duas escolas na rede pública de ensino de Paço do Lumiar acerca do FUNDEB no que se refere à carreira, remuneração, formação e trabalho docente; c) Identificar iniciativas adotadas pelo governo municipal, no sentido de implementar programas e ações voltados para a valorização dos profissionais de educação por meio de recursos do FUNDEB; d) Construir um produto técnico tecnológico na modalidade cartilha de orientações, a partir de um eixo teórico conceitual e das evidências da pesquisa.

## **A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNDEB**

A valorização dos profissionais da educação constitui um tema de relevância incontestável, suscitando uma multiplicidade de perspectivas, proposições e debates políticos no âmbito acadêmico e social. Essa discussão é complexa, haja vista a diversidade de concepções que permitem a compreensão do termo

“valorização”, assim como as inúmeras percepções sobre como os profissionais da educação reconhecem esse termo como real e factível (Cury, 2007).

Ao tratar sobre a valorização dos profissionais da educação, Almeida (1989) realizou uma análise premonitória sobre a desvalorização da profissão docente no contexto nacional. O autor, em um exercício de retrospectiva histórica, tratou sobre diversas questões que contribuíram para a desvalorização do magistério. Nesse sentido, destacou a ausência de estabelecimentos de ensino especializado, como as escolas normais, cuja criação ocorreu de maneira tardia e com escassos investimentos. Ainda discutindo a questão, esse autor denunciou a falta de regulamentação e valorização da formação de professores, reforçando a urgência de uma reavaliação das políticas educacionais a fim de reverter o quadro de depreciação docente.

Por outro lado, a valorização dos profissionais da educação conferiu destaque na legislação, no planejamento, na gestão e nas políticas educacionais, notadamente a partir da LDBEN de 1996, como marco legal que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. No texto legal, a valorização dos profissionais da educação garante legitimidade e relevância no artigo 67, ao estabelecer que “[...] os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-os, inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público” (Brasil, 1996).

Assim posto, a LDBEN se configura como um instrumento normativo para a promoção da valorização dos profissionais da educação. No entanto, a valorização desses profissionais, considerando as dimensões que o constituem, quais sejam, formação, trabalho, remuneração e carreira, ainda representa um objetivo a ser alcançado.

Importa, por outro lado, considerar, que as alterações normativas no âmbito do financiamento e da avaliação desses temas educativos, segundo Maués e Camargo (2012) tem acarretado impacto significativo sobre o papel do professor. A

redefinição do papel e do perfil desse profissional, segundo esses autores tem requerido uma formação que atenda às novas exigências quanto ao papel deles. As demandas emergentes para os educadores é resultado de uma série de variáveis, incluindo transformações nas expectativas em relação ao sistema educativo, o surgimento de fontes alternativas de informação que competem com a escola, uma mutação incessante dos conteúdos curriculares e as mudanças no perfil do docente impostas pelas dinâmicas do mundo do trabalho (Maués; Camargo, 2012).

Em vista disso, o professor é confrontado com a necessidade de se adaptar a um ambiente educacional em constante evolução, tendo que alterar suas práticas pedagógicas e habilidades de acordo com esse novo marco regulatório, bem como nas demandas da sociedade, considerando questões políticas e econômicas que incidem diretamente no atendimento público educacional, particularmente na política de financiamento e de valorização dos profissionais da educação. Contudo, subsistem conflitos diante das políticas externas para a valorização docente, evidenciando a complexidade intrincada e as dificuldades inerentes à sua implementação. Este cenário é marcado pela hesitação do setor público em promover avanços na carreira docente, o que resulta na persistência de disparidades entre as condições e requisitos necessários para o exercício da função docente (Barreto, 2015).

Apesar da LDBEN e a Constituição Federal do Brasil garantirem, em seus dispositivos, os direitos relativos ao desenvolvimento da carreira docente, cada conquista definida pelo poder público, tem o objetivo de equilibrar não somente os interesses econômicos, mas também suas próprias predileções e essa premissa, muitas vezes, minimiza a importância do reconhecimento docente (Golfetti, 2020). Por outro lado, a valorização dos profissionais da educação, à luz da LDBEN, não se limita apenas à esfera salarial, ela engloba um conjunto de condições dignas de trabalho e desenvolvimento profissional.

Embora a LDBEN já tenha mais de duas décadas de sua promulgação, diversos aspectos contemplados em seu texto não

foram implementados, embora delineados em leis e decretos. Nesse sentido, torna-se imperativo investigar as lacunas que subsistem entre o texto legal e sua efetiva materialização, com o intuito de propor estratégias concretas para superar os desafios e promover a eficácia no que tange a valorização dos profissionais da educação. Esse exame aprofundado se configura como um passo essencial na busca pela melhoria das condições de trabalho e pela promoção de uma educação de qualidade no Brasil (Reisdoefer, 2021).

Assim entendido, a carreira docente, a remuneração, a formação continuada e as condições de trabalho são elementos indissociáveis da valorização dos profissionais da educação nos contornos do FUNDEB. A valorização desses profissionais, para além do reconhecimento na política de financiamento da educação básica, não apenas evidencia a complexidade do desafio enfrentado, mas também apresenta as oportunidades significativas para transformar a realidade educacional do país.

## **METODOLOGIA**

O estudo decorre de pesquisa de mestrado em educação, em andamento, de natureza qualitativa, considerando que estudos que se enquadram nessa abordagem “[...] incidem sobre uma organização específica, ao longo de um período determinado de tempo, relatando o seu desenvolvimento” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 90). Um olhar dialético será imprimido ao fenômeno, por se tratar de uma pesquisa que objetiva apreender as implicações da valorização dos profissionais da educação por meio do FUNDEB, na rede pública de ensino de Paço do Lumiar-MA.

Por ser de natureza qualitativa, optou-se desenvolver procedimentos distintos de investigação, mas que se complementam. Realizar-se-á análise documental e entrevistas semiestruturadas com sujeitos da pesquisa, particularmente no que se refere à valorização dos profissionais da educação no âmbito do FUNDEB.

Os sujeitos investigados estão relacionados à aproximação com o problema de pesquisa. Dessa forma, embora outros profissionais sejam considerados importantes, o estudo considerará apenas os profissionais da educação pertencentes ao magistério, conforme estabelece artigo 2.º, § 2.º da Lei 11.738/2008, ou seja, professores, coordenadores, gestores escolares (Brasil, 2008). E por se tratar, de pesquisa que envolve destinação de recursos públicos, o estudo também contará com membros do conselho do FUNDEB, membros da administração pública municipal, a citar contabilidade, controladoria e Secretária de Educação do município.

Quanto à coleta dos dados, por se constituir etapa fundamental de uma investigação científica, e permitir melhor entendimento no alcance dos resultados, optou-se por utilizar roteiro de análise documental e roteiro de entrevista semiestruturada. Pois, coadunando com o entendimento de Trivinos (1987), a entrevista semiestruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do sujeito implicado no fenômeno investigado.

Para a análise e interpretação dos dados, optamos pela análise de conteúdo, a partir das lentes teóricas de Bardin (1977) e Franco (2005), que apontam a fase de análise e interpretação dos dados tem início com a leitura compreensiva das respostas geradas pelas entrevistas, visando a reestruturação de temas ou categorias, surgidas a partir da escuta dos sujeitos da pesquisa, para a identificação das ideias contidas no texto. Não menos importante, a atenção analítica será dirigida aos documentos oficiais de caráter nacional e local que dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação no âmbito do FUNDEB no sistema de ensino de Paço do Lumiar-MA.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O percurso do estudo realizado até o momento não traz evidências conclusivas, especialmente do campo empírico,

considerando que a pesquisa de campo ocorrerá após a qualificação da dissertação. Até o presente, constatações iniciais do estudo indicam que a política de valorização dos profissionais da educação, no âmbito do FUNDEB, apresenta-se como uma questão de relevância e urgência, principalmente, considerando os atrasos históricos por que vêm passando o atendimento educacional público no país. Ao longo deste estudo, pode-se depreender as diversas dimensões dessa política, e a sua relação com a carreira docente, os salários, a formação continuada e as condições de trabalho. As aproximações iniciais do presente objeto de estudo sinalizam que a efetiva valorização dos profissionais da educação requer o reconhecimento destes como sujeito relevante para o atendimento educacional, com vistas a uma educação pautada equidade e qualidade social.

Não obstante, a implementação do FUNDEB em consonância com a Lei n.º 11.738/2008, representa avanços significativos no caminho da valorização dos profissionais da educação no Brasil. No entanto, os desafios persistem, principalmente pela disparidade regional na aplicação de políticas salariais, além das dificuldades no acesso à formação continuada de qualidade, bem como a falta de condições de trabalho ainda denunciadas como obstáculos à efetiva valorização dos profissionais da educação.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O estudo até aqui, com o apoio da literatura consultada, mostra que a transição do FUNDEF para o FUNDEB representou um salto qualitativo ao ampliar a abrangência do financiamento e englobar toda a educação básica. Nesse sentido, a perspectiva de uma política mais abrangente e integrada permitiu a atenção a múltiplas etapas educacionais e à diversidade de demandas, superando as limitações do antigo FUNDEF. Esse redirecionamento do olhar possibilitou a promoção de uma educação mais inclusiva e alinhada às exigências da sociedade contemporânea.

Nesse âmbito, a valorização dos profissionais da educação não é apenas uma questão de justiça social, mas também um investimento estratégico no futuro do país. Profissionais da educação reconhecidos não apenas inspiram e motivam os estudantes, mas também desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais equitativa, participativa e transformadora.

Embora o estudo não tenha realizado análises do campo empírico, a literatura da área permite afirmar que a valorização dos profissionais da educação no âmbito do FUNDEB não é apenas uma obrigação ética, mas também um imperativo educacional e social. Ao reconhecer e investir nas dimensões interligadas de carreira, remuneração, formação e condições de trabalho, o Brasil não apenas honrará o compromisso com seus profissionais da educação, mas também pavimentará o caminho para um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, equitativo e de qualidade social.

## **PROPOSTA DE PTT**

Os estudos realizados até aqui como parte do processo de construção de nossa escrita, juntamente com os achados do campo empírico, que se insere no campo de uma pesquisa de cunho qualitativo, servirão de diagnóstico para a criação de um Produto Técnico Tecnológico (PTT).

Assim sendo, a ideia inicial de PTT é a construção de uma cartilha de orientações que oportunize e contribua com a discussão em torno da política de valorização dos profissionais da educação a partir da implementação do FUNDEB.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889):** história e legislação. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Elba Siqueira. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 62 jul./set. 2015.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas/Senado Federal, 1988.

BRASIL. **LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394**, de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Portal do FNDE. Financiamento. Fundeb. Sobre o Plano ou Programa. **Histórico**. Brasília, DF: BRASIL/MEC/FNDE, 2017a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-planoouprograma/historico>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm). Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm). Acesso em: 10 dez. 2023.

CURY, Carlos R. Jamil. Estados e políticas de financiamento em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 831-855, out. 2007. Edição especial.

- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- GOLFETTI, Juliana B. FUNDEB: uma política de financiamento e valorização docente. **Revista Educação Básica em Foco**, v. 1, n. 2, jul./set. 2020.
- MAUÉS, Olgaíses M.; CARMARGO, Arlete M. Monte de. Marcos regulatórios nas políticas de formação e valorização docente pós-LDB. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 149-174, jan./abr. 2012.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- REISDOEFER, Deise N. Da LDB ao Plano Nacional de Educação: narrativa sobre a (in)eficiência das políticas públicas para a valorização docente. **Contraponto**, Blumenau/SC, v. 2, n. 2, jan./jun. 2021.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



## O NOME SOCIAL NA ESCOLA COMO GARANTIA DE DIREITO E INCLUSÃO DE PESSOAS

---

Marcioneide Gomes Costa Maciel - Turma 2023

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3884216530299202>

E-mail: [marcioneidecosta@gmail.com](mailto:marcioneidecosta@gmail.com)

Maria do Socorro Estrela Paixão

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1297954822381544>

E-mail: [mse.paixao@ufma.br](mailto:mse.paixao@ufma.br)

### INTRODUÇÃO

A escrita deste texto é um recorte de uma pesquisa que tem como objeto de preocupação o nome social na escola, situada no âmbito da linha Gestão Escolar e Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Pesquisar esse objeto é dialogar com o direito que todas as pessoas têm de acesso e permanência à Educação Básica como um dos princípios da política de educação nacional. E para que ocorra é imprescindível que a gestão escolar “[...] fomenta a criação de uma cultura escolar orientada ao respeito às diferenças e à concretização dos objetivos educacionais” (Santos, 2019, p. 74).

A gestão escolar, como articuladora dos processos pedagógicos, administrativos, políticos e humanos é corresponsável na implementação ou transformação de uma cultura escolar. Demenech, (2016, p. 26), entende essa cultura como “[...] a história não documentada, é o cotidiano dessa instituição, acontecimentos, as interações sociais e culturais, as relações de poder, os saberes (re)produzidos[...].”

Nesse entendimento, situamos o uso do nome social na escola como parte dessa cultura. O nome social como direito para

estudantes travestis e transexuais nos registros escolares é um reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais e uma política que estimula o acesso e a permanência destes/as na escola. Política oficializada pelo parecer 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pela Portaria nº 33, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de janeiro de 2018, que em seu Conselho Pleno (CP) trata da normatização nacional do uso do nome social na Educação Básica. Nos termos do artigo 1º, do Parecer, essa política educacional de inclusão orienta que:

Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares (BRASIL,2017, n.p).

Como se percebe na legislação supracitada, cabe à gestão garantir acesso, permanência e inclusão dos estudantes transgêneros na escola. Entendemos, assim, que existem políticas públicas de educação que asseguram o respeito à diversidade sexual no ambiente escolar e expressam que a evasão escolar decorrente dos casos de violência deve ser evitada.

A Resolução assegura ainda que “[...] a diversidade sexual e o respeito à identidade de gênero são congruentes com os valores universais da contemporaneidade democrática” (Brasil, 2017, n.p). Nesse contexto, mesmo que exista esta garantia, cabe indagar: qual a relação da Gestão Escolar com o direito de Uso do Nome Social (UNS) nos Centros Educa Mais, no que se refere às formas de acesso, permanência e inclusão de estudantes transexuais?

Investigar e responder a indagação se traduz na possibilidade de apresentar informações sobre o sujeito transexual na escola para fortalecer e ampliar as discussões sobre como são constituídas as subjetividades nos espaços sociais e em especial na escola. A intenção é que o conhecimento produzido

pelas reflexões e discussões reverbere nas propostas pedagógicas, curriculares e em normativas para gestão escolar acerca da inclusão da diversidade de gênero na escola. Compreendemos que a investigação faça mais perguntas do que se apresente respostas, dada a natureza da abordagem e a situação desta e de seus componentes no contexto social e cultural atual. A aproximação com a temática permite a defesa que as pessoas que desejam ou fazem uso do nome social são subjetividades envolvidas em trama objetivadora que as comparam as “[...] marginais, aos oprimidos, aos excluídos[...].” (ARROYO, 2008, p. 221), são identificadas como corpos periféricos. Ainda que não tenhamos muitas respostas, consideramos que a ampliação das reflexões sobre a atuação da gestão escolar na efetivação das políticas de inclusão do estudante transexual poderia suscitar novas inquietações e novas pesquisas.

Analisar a relação da Gestão Escolar com o Direito de Uso do Nome Social no Centro Educa Mais, no que se refere às formas de acesso, permanência e inclusão de estudantes transexuais é o objetivo geral da pesquisa. Desse modo, para que esse objetivo seja alcançado é necessário apreender em que condições são realizadas as solicitações de uso do nome social na escola, por parte de estudantes; discutir garantias legais e práticas de combate à discriminação a estudantes transexuais ao retornarem ou ingressarem à escola com o nome social; apreender intenções da gestão escolar ao desenvolverem ações de manutenção de estudantes transexuais na escola. A seguir, discorreremos sobre a gestão escolar e sua atuação na consolidação da identidade de gênero na escola.

## **GESTÃO ESCOLAR E O RESPEITO À IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA**

A Gestão Escolar tem sido questionada por não assumir sua função promoção do respeito à identidade de gênero. Sobre tal afirmativa, Ribeiro (2014, p. 124), esclarece que “[...] as diferenças individuais e as singularidades dos/as alunos/as não são

ressaltadas e valorizadas na instituição escolar”. Visto que Ribeiro enfatiza “[...] por meio de seu discurso de igualdade e de sua prática pedagógica, a escola homogeniza os sujeitos, inserindo-os na norma estabelecida[...]”, (RIBEIRO, 2014, p. 124), aspecto exposto em pesquisas como a de Reginaldo Peixoto e Marcio de Oliveira intitulada Políticas de inclusão na diversidade cultural: dos direitos educacionais à LGBTfobia na escola, realizada em 2020.

A partir do que é colocado por Ribeiro (2014), é possível inferir que a violência sofrida por estudantes transexuais é motivada pela prática de homogeneização que a escola propõe. Esse discurso de igualdade poderia minimizar ou mesmo impedir uma inclusão ao ambiente escolar. Essa homogeneização pretendida pela escola poderia não permitir, por exemplo, que estudantes transgêneros façam uso do nome social na experiência escolar, impedindo a inclusão de pessoas com a identidade de gênero diferentes daquelas postuladas como normais e dificultar ou impedir que a comunidade escolar reflita sobre os determinantes do que é socialmente aceito e rejeitado.

A forma como a gestão escolar trata as questões vivenciadas no cotidiano da escola poderia contribuir para uma cultura escolar no qual as interações sociais sejam de respeito, emancipação, liberdade, inclusão e superação de desigualdade. Como explica Santos (2019, p. 93), ao tratar sobre o papel da escola na busca por superar as desigualdades:

A gestão escolar tem papel importante na construção de um ambiente escolar que desestabilize as desigualdades, supere as práticas discriminatórias e reconheça as diferenças como um elemento da diversidade humana. Isso requer uma gestão escolar democrática, comprometida e avessa a práticas autoritárias que podem acabar por acentuar ainda mais as desigualdades e discriminações já existentes.

Compreendemos com Santos (2019), que a escola poderia ser entendida como espaço democrático, espaço de todos e para todos, e não discriminatória, em que a gestão deve efetivar uma cultura de enfrentamento às formas de preconceito, discriminação e

garantia das identidades plurais como aspecto da cultura escolar estimulando formação de indivíduos engajados com o respeito à diversidade, inclusão social e cidadania.

A escola sendo um dos espaços constituintes do ser precisa garantir que o nome social seja respeitado nesse espaço, pois ele funciona como um dos elementos que ajuda o sujeito a reconhecer-se e ser reconhecido conforme sua identidade. O estudante transexual tem esse direito já garantido por lei, conforme descrito abaixo.

No contexto de luta pelo uso do nome social na escola o Ministério da Educação através da Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011, assegurou o uso do nome social de travestis e transexuais em órgãos do MEC e em seguida o Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, regulamentou o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais. Nesse ínterim, em 2015 o Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNDD/LGBT), estabeleceu, por meio da Resolução nº 12, de janeiro, parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino, um desses parâmetros é o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero (Costa Maciel, 2023).

Como apresentado acima, o direito ao uso do nome social já está pacificado no corpus jurídico das políticas públicas de educação, mas é preciso trazer essas questões para o centro dos debates nas escolas, visto que o espaço escolar está sendo atravessado por questões de identidade. É necessário indagar não quem é o sujeito, mas as produções materiais e imateriais relacionadas a ele. Neste entendimento, o ponto nodal é indagar a partir de que produções e apropriações se posicionam esse sujeito e qual o seu lugar.

## **METODOLOGIA**

Quando propomos analisar a relação da Gestão Escolar e Educacional com o Direito de Uso do Nome Social no Centro Educa

Mais, no que se refere às formas de acesso, permanência e inclusão de estudantes transexuais, tendo como principal voz o sujeito transexual, estou ciente que a pesquisa dialoga com sistema de valores, emoções, crenças e todo um conjunto de códigos e símbolos que evidencia como se deu a experiência e como se forjam as interpretações dos sujeitos da pesquisa no espaço onde a vivência ocorreu.

Dito isto, compreendemos que a abordagem qualitativa viabiliza o alcance dos objetivos, porque “[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, como o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...] fenômenos humanos” (Minayo, 2016, p. 20). Neste mesmo pensar observamos com Minayo (2016, p. 20) que o ser humano faz parte do mundo social e “[...] se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada por seus semelhantes”.

A investigação em processo caracteriza-se como um estudo de caso, nela se analisa a experiência de uma escola e sua gestão no que se refere ao processo educativo de um estudante transexual, nos anos de 2021 e 2022, com matrículas no segundo e terceiro ano do Ensino Médio Integral, com uso do nome social na escola. A justificativa para o estudo encontra-se na explicação de Yin (2015, p. 04), qual seja “Quanto mais suas questões procurarem explicar alguma circunstância presente [...] como ou porque algum fenômeno social funciona, mais o método do estudo de caso funciona”. O objetivo é explicar, explorar ou descrever fenômenos de um contexto de vida real.

A nossa inquietação centra-se em saber em que condições foram realizadas as solicitações e atendimento de uso do nome social na escola, intenções da gestão escolar e educacional ao desenvolverem ações educativas, neste período e que o envolviam.

A metodologia a ser utilizado é da Entrevista Compreensiva, em que o nascedouro das unidades de sentidos é o campo, no qual “[...] o informante se surpreende por ser ouvido profundamente e

se sente elevado, (...) a um papel central. Ele não é vagamente interrogado a respeito de sua opinião, mas por aquilo que possui, um saber precioso que o entrevistador não tem” (Kauffman, p.80). A grade de entrevista, o plano evolutivo, a ficha interpretativa e o quadro de entrevistados são os dispositivos que sustentam a pesquisa de campo que adota esse método.

Para analisar, descrever, apreender e compreender as etapas de implementação da política educacional do uso do nome social na escola as entrevistas serão feitas, com o estudante transexual, com o corpo docente e com gestores da escola. Pretendemos entrevistar dois professores, duas professoras, a gestora geral e o gestor administrativo-financeiro. A pesquisa ainda não foi submetida ao Conselho de Ética.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nossas vivências nos atravessam. Não há como empreender uma pesquisa em educação sem considerar a escola onde estamos inseridos cotidianamente. Não partimos de um lugar neutro. Dizemos isso, pois é imprescindível dizer que a pesquisa surgiu do cotidiano do campo profissional da pesquisadora. As relações nos constituem e nos atravessam. Sou Gestora Pedagógica da escola que servirá como campo da pesquisa, o que implica uma visão crítica e de mudança de postura em relação a temática.

Pesquisar sobre nome social, como citado acima, tem com intenção principal abrir espaços e possibilidades de discussões. Desse modo, até o atual momento da investigação, debates já foram suscitados em eventos distintos. Dentre eles destacamos a participação em evento científico com a produção escrita e a apresentação do trabalho no CONEDU/ 2023, intitulado de “O Uso do Nome Social na Escola: garantias legais e na prática”.

O segundo evento refere-se à parceria com a Universidade Federal do Maranhão/UFMA, por meio do Estágio “Formação de Formadores”. Nele, a turma de Pedagogia da UFMA, mestrandas

do PPGE/UEMA, professores/as e técnicos da SEMED de Paço de Lumiar e o Grupo de Pesquisa GEPPROFEC, sob a mediação da orientadora desta pesquisa, organizaram e desenvolveram discussões num evento sob a denominação de “Diálogos e Formação: o nome social como garantia de direito e inclusão de pessoas”. O formato do evento: dois ateliês e palestra de encerramento com convidados externos e estudiosos da temática. Na palestra envolvemos, além dos/as participantes dos ateliês, outros/as estudantes e pesquisadores/as, bem como professores/as da UFMA e UEMA. Os objetivos dos ateliês: no primeiro, seria reconhecer instrumentos legais que garantam o uso do nome social nas escolas do Ensino Fundamental e, no segundo, discutir práticas presentes na escola que viabilizem a inclusão de estudantes transexuais.

A participação no evento, fez constatar que esse tema precisa ser pesquisado e discutido nas escolas para que se tenha escolas inclusivas e não-discriminatória. Na oportunidade apreendemos, a partir de relatos de professoras participantes que a escola básica não está instrumentalizada para gerir situações que envolvem o requerimento do nome social do menor, quando não há autorização do responsável legal. Relataram, também, que não existem processos sistematizados para o requerimento do Uso do Nome Social em suas escolas e que aquela era a primeira vez que participavam de formação com essa temática. Acrescentam ainda, que este tema é bem sensível à comunidade escolar pela cultura em que vivemos: machista, homofóbica, preconceituosa.

Desta feita, o estudo sobre o uso do nome social na escola se mostra importante porque pode ser um meio das escolas pensarem na urgência de ações e processos sistematizados que garantam espaços saudáveis de formação e respeito de identidades plurais como garantia de respeito à dignidade da pessoa humana, uma vez que entendemos a escola como um dos espaços constituintes de identidade e, por isso, precisa ser propulsora de uma cultura de respeito às diferentes formas de existir.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A política de uso do nome social na escola é uma política educacional que contempla o princípio da dignidade humana da Constituição Federal, pois assegura o respeito à identidade com a qual o sujeito se identifica. Essa política, embora já implementada no Brasil, ainda precisa muito ser debatida nos espaços de Educação Básica e nas universidades. Essa afirmação foi amplamente considerada pelos participantes do evento realizado pelo Estágio de Formação de Formadores realizado pela Universidade Federal do Maranhão, do qual participamos.

No estágio em que se encontra esta pesquisa, não é possível dizer se os objetivos foram alcançados, mas já é pertinente afirmar que preenche uma lacuna do campo de pesquisa Educação, Gênero e Sexualidade e poderá servir como instrumento de discussão na escola.

## PROPOSTA DE PTT

Além da pesquisa, um guia será disponibilizado à comunidade interna e externa para orientações sobre a implementação da política de Uso do Nome Social (UNS) como estratégia de atendimento as normativas de inclusão do/a estudante transgênero e de respeito à identidade de gênero, bem como apresentar orientações que instrumentalizem estudantes transexuais e gestão escolar com informações a respeito de diretrizes de acesso, permanência e inclusão na escola.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 5. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. **Parecer CNE 14/2017** – Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Brasília: MEC, 2017.

COSTA MACIEL, Marcioneide Gomes. **Uso do nome social na escola: garantias legais e na prática**. IN: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. IX, 2023, João Pessoa. Anais.

DEMENECH, Flaviana. DICKEL, Adriana. **Cultura escolar e cultura da escola: produção e reprodução a partir dos fatores intraescolares**. Revista Professare, Caçador, v. 5, nº 2, p. 21-42, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/baadejoel,+21\_PDFsam\_Revista+Professare+v5+n2+-+10+\_+2016+\_+VERSÃO+ON+LINE.pdf . Acesso em 18 de outubro de 2023.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Tradução de Thiago Abreu e Lima Florencio. Petrópolis/RJ: Vozes; Maceió/AL: Edufal, 2013.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis/RJ: Vozes; Maceió/AL: Edufal, 2013. Resenha de: FERREIRA, Isamael Vasconcelos. Resenha de J. C. Kaufmann, A entrevista compreensiva... PLURA, Revista de Estudos de Religião, vol. 5, nº 1, 2014, p. 171-174. Disponível em: [https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/796/pdf\\_96](https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/796/pdf_96) . Acesso em 27 de dezembro de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 11<sup>a</sup> reimpressão, 2023.

MARANHÃO. Diário Oficial do Estado. **Decreto Nº 31.435, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015**. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml> Acesso em 18 de maio de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa, (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 7<sup>a</sup> reimpressão, 2023.

PEIXOTO, Reginaldo. OLIVEIRA, Marcio de. **Políticas de inclusão na diversidade cultural: dos direitos educacionais á LGBTfobia na escola.** Revista Humanidades e Inovação v.7, n.19, p. 560- 575, 2020.

RIBEIRO, Cláudia Maria; CASTRO, Roney Polato de; BARBOSA, Vanderlei (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade.** Lavras (MG): UFLA, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/VI%20Seminrio%20Corpo%20Gnero%20e%20Sexualidade%20(1).pdf. Acesso em 16 de junho de 2023.

SANTOS, Émerson. **LGBTfobia na educação e a atuação da gestão escolar.** Curitiba: 2019.

SEFFNER, Fernando. FELIPE, Jane, (orgs.). **Educação Gênero e sexualidade: (im)pertinências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SILVA, Claudia Lopes da. LEME, Maria Isabel da Silva. **O Papel do Diretor Escolar na Implantação de uma Cultura Educacional Inclusiva.** PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO v. 29, p. 494-511, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bRsngn3Cvx9dmYbkP4Lz6qG/?lang=pt> . Acesso em 29 de setembro de 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.



## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): QUAL O PAPEL DA EQUIPE GESTORA NA SUA ELABORAÇÃO?

---

Patrícia Andréa Gomes Barbosa – Turma 2023

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8843677244069211>

E-mail: [paty25barbosa@gmail.com](mailto:paty25barbosa@gmail.com)

Ana Lúcia Cunha Duarte

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7783722596524788>

E-mail: [anaduarte5621@gmail.com](mailto:anaduarte5621@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

O gestor escolar tem papel fundamental no acompanhamento, atualização e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola. Há tempos vem se discutindo as problemáticas relacionadas à função do gestor escolar quanto a elaboração do PPP, uma vez que é de sua responsabilidade coordenar o processo de elaboração deste projeto, assim como mobilizar a participação de todos os membros da comunidade escolar, a equipe gestora no diagnóstico da escola, e identificar características, desafios e potencialidades. Essas são ações cruciais para a definição de metas e ações no PPP.

O Projeto Político Pedagógico possibilita a democratização da gestão escolar, sendo o gestor primordial na liderança da equipe, assim a gestão deve ser problematizada no contexto da elaboração do PPP. Dessa forma, alguns questionamentos surgiram durante a escolha da temática investigativa, tais como: como acontece a elaboração e o acompanhamento da execução do Projeto Político Pedagógico pela equipe gestora da escola? Qual é a função da equipe gestora na elaboração e no acompanhamento da execução do PPP?

Nessa perspectiva, esta investigação parte de inquietações que surgiram ao longo da formação desta pesquisadora como

professora, considerando as vivências no ambiente escolar. Diante disso, despertou-se o interesse sobre a temática, além de lançar um olhar mais crítico acerca das questões da organização escolar, do PPP e das dificuldades das instituições em se organizarem na perspectiva de uma gestão mais mútua e igualitária.

Portanto, o objetivo geral é analisar a elaboração e acompanhamento da execução do Projeto Político Pedagógico de uma escola pública municipal de Paço do Lumiar-MA, tendo como referência a participação e a gestão democrática. Defendemos que este tipo de pesquisa poderá contribuir com a reflexão da comunidade escolar e possibilitará novos olhares sobre a temática em questão. Como objetivos específicos, estabelecemos: identificar as ações da equipe gestora da escola com vistas à elaboração do PPP; relacionar as principais dificuldades da equipe gestora no processo de acompanhamento e avaliação do PPP; e, elaborar um curso de formação continuada a partir das necessidades levantadas na pesquisa para equipe gestora, sobre elaboração e acompanhamento de PPP.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da educação brasileira é marcada por diversas fases e transformações ao longo dos séculos. Já a administração escolar, tem uma discussão mais recente, pois foi só a partir de 1980 que se intensificou no cenário educacional brasileiro o debate sobre a gestão escolar participativa e democrática. Assim, o conceito de gestão escolar que se discute atualmente foi produto da evolução histórica da administração.

Paro (2010, p. 24) diz que “[...] a administração como é entendida e realizada hoje é produto de longa evolução histórica e traz a marca das contradições, dos interesses políticos em jogo na sociedade”. Assim, administrar é utilizar recursos para fins determinados para alcançar objetivo de maneira eficiente e eficaz. Sendo assim, compreende-se que a administração escolar foi influenciada pela administração empresarial em suas concepções.

Portanto, a escola passou por diversas reestruturações, movimentos que conduziram ao surgimento da gestão escolar que aparecem bem mais abrangentes do que a administração. Duarte (2013, p. 204) ressalta que:

A discussão sobre os termos gestão e administração, segundo Silva (2007), tem origem latina (*genere e administrare*). Por sua vez, gestão significa governar, conduzir, dirigir e administração é mais restrito-gerir um bem, defendendo os interesses daqueles que possui constituindo-se em uma aplicação do gerir. No Brasil, a gestão expressa às formas de administrar está quase sempre relacionada à capacidade das pessoas. Uma grande parte dos profissionais da área de educação compreende gestão como sendo uma função burocrática.

É preciso destacar que a história da educação no Brasil demonstra que o acesso à educação brasileira era somente para pessoas de classe dominante. Nos anos de 1930, o cenário foi marcado por uma forte tendência capitalista, ensejando diversas transformações em cenários diferentes: na economia, na política e no âmbito social. Os educadores da Escola Nova introduziram o pensamento liberal, para assim reformular a educação brasileira. Na Ditadura Militar, um governo altamente autoritário impedia o diálogo sobre a democratização na gestão da escola. Por fim, somente na década de 1980 que o foco se volta para a gestão, a autonomia e a participação, para assim democratizar a sociedade, o que se opõe à estrutura centralizada e burocratizada. Na década de 1990, no momento em que o Brasil vivia um período de redemocratização, ocorreu a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1999.

A gestão democrática na legislação brasileira representa um importante pilar na construção de uma educação de qualidade. Ela tem como princípio a autonomia e a participação, que são fundamentais para suprir as necessidades da comunidade escolar. O marco legal mais relevante que versa sobre a gestão democrática é a Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 206, inciso VI, o princípio da gestão democrática do ensino público.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esse conceito ao determinar, no artigo 3º, inciso VIII, que um dos objetivos da educação brasileira é a participação da comunidade na gestão das escolas. O PPP é uma ferramenta para a gestão e organização das instituições de ensino. A LDBEN n.º 9.394/96, em seu artigo 12, inciso I, prevê que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Segundo Veiga (1998), o PPP não é simplesmente um conjunto de regras e atividades a serem seguidas ou documentos burocráticos. O PPP é a identidade da escola, esse documento deve explicitar as características que gestores, professores, funcionários, pais e alunos devem reunir para reelaboração de um plano de trabalho que possa subsidiar a equipe escolar e a comunidade, visando transformar a realidade da escola. Para Gadotti e Romão (1997, apud Santos, 2010, p. 11-12):

O Projeto Político Pedagógico deve ser entendido como um horizonte de possibilidades para a escola. O Projeto imprime uma direção nos caminhos a serem percorridos pela escola. Ele se propõe a responder a um feixe de indagações de seus membros, tais como: qual educação se quer e qual tipo de cidadão se deseja, para qual projeto de sociedade? O PPP propõe uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, alunos e demais interessados em educação.

Todas as intenções da escola, reunidas no projeto político pedagógico, conferem-lhe o caráter político, porque ele representa a escolha de prioridades de cidadania em função das demandas sociais. O PPP ganha status pedagógico ao organizar e sistematizar essas intenções em ações educativas alinhadas com as prioridades estabelecidas.

O conceito de PPP é, de fato, uma ideia em constante construção. Ele se baseia na compreensão de que a educação é um processo dinâmico, influenciado por contextos sociais, políticos, econômicos e culturais em constante mutação. Como resultado, o

PPP precisa se adaptar e evoluir para atender às necessidades e demandas contemporâneas da educação.

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. [...]com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (Veiga, 1998, p. 1).

Nessa construção coletiva, buscamos refletir sobre os propósitos da educação e da escola, suas concepções de ensino e aprendizagem, bem como os valores e a identidade da instituição. O objetivo é traçar um plano de ação que atenda às necessidades específicas dos estudantes e do contexto em que a escola está inserida. Sendo assim, não existe uma única forma de se construir o PPP, cada escola tem sua própria forma.

Na sua construção, devem conter: a missão, clientela, dados sobre aprendizagem, relação com a família, recursos, diretrizes pedagógicas, plano de ação. Ele se configura como ferramenta de planejamento e avaliação, a linguagem deve ser simples e de fácil entendimento para todos terem acesso. Nesse sentido, afirma Veiga (2002, p.14) “[...] que a principal possibilidade de construção do PPP passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade [...]”. Ele reflete a dinamicidade e complexidade da educação.

## **METODOLOGIA**

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois ajusta-se ao objeto de estudo da pesquisa em tela. A investigação realizada neste estudo fundamenta-se no enfoque teórico baseado no materialismo histórico-dialético, no qual busca compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas.

Para o levantamento de dados e informações, será utilizada a técnica de entrevista semiestruturada com a equipe gestora da escola. Essa técnica, que se caracteriza pela existência de um roteiro previamente construído, servirá de base orientadora para o desenvolvimento da pesquisa (Triviños, 1987). Na investigação empírica, o instrumento imprescindível é o roteiro de entrevista semiestruturada. Segundo Gressler (2007, p. 179), essa forma de entrevista, “[...] é construída em torno de um corpo de questões do qual o entrevistador parte para uma exploração em profundidade”.

O objeto de estudo é a elaboração e acompanhamento do PPP pela equipe gestora. Diante disso, será observado a equipe gestora da escola, por entendermos que ela é responsável em mobilizar toda comunidade escolar, no processo de participação e gestão democrática. Serão utilizados os instrumentos de pesquisa como: roteiro de entrevista com os pais, alunos, professores, coordenadores pedagógicos, secretária e gestor escolar, na tentativa de coletar o maior número de dados e informações sobre o objeto de estudo.

Segundo Gil (2010, p. 50), um bom levantamento de dados de pesquisa “[...] permite ao investigador a cobertura de fenômenos muito mais amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Em vista disso, a investigação será feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado para fundamentar e possibilitar a construção teórica da temática. A pesquisa se constituirá em quatro momentos, a saber: o primeiro momento constitui a fase de observação e aplicação da entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa; no segundo momento, coletar os dados bibliográficos e os documentais que fundamentarão o problema de estudo, para saber como a equipe gestora da escola elabora e acompanha a execução do PPP; já o terceiro momento será a análise dos dados levantados a partir dos instrumentos de pesquisa. As análises de dados qualitativos, serão com base na análise de conteúdos de Bardin (1977). A referida

autora, afirma que esse tipo de análise possui duas funções básicas: a função heurística – aumenta a prospecção à descoberta, enriquecendo a tentativa exploratória; e a função de administração da prova – no qual a análise busca provas para afirmação de uma hipótese e no quarto momento, será a elaboração do Produto Técnico Tecnológico, no formato de curso de formação continuada sobre elaboração e acompanhamento de PPP.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A escola é o lugar responsável pela formação de cidadãos críticos, portanto, é relevante que haja uma organização e um planejamento nas atividades propostas. Vale ressaltar que o PPP, quanto aos seus aspectos de elaboração e acompanhamento, poderá contribuir na melhoria da qualidade do ensino ofertado à sociedade e, em especial, aos estudantes da rede pública municipal de Paço do Lumiar. A efetivação da democratização no ambiente escolar é respaldada em uma gestão democrática e participativa. Posto isso, a integração da escola e da comunidade é essencial no processo de elaboração e acompanhamento da execução do PPP, visto que o aprofundamento do estudo e dos dados da pesquisa se darão com acesso ao campo empírico.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

É pertinente a elaboração e acompanhamento do PPP, para que haja avanços significativos na educação, permitindo o exercício de uma gestão democrática e participativa. Dessa forma, a autonomia da gestão só é exercida de forma plena quando propicia a participação de todos e democratiza o ambiente escolar, ou seja, a gestão descentralizada veio para melhorar a educação em todos os aspectos, refletindo assim no contexto social. Acreditamos que a análise crítica dos desafios e das estratégias bem-sucedidas nesse cenário pode fornecer subsídios importantes para melhorar a

capacitação dos docentes e a para a promoção de uma educação pública de qualidade.

## PROPOSTA DE PTT

A proposta do produto técnico tecnológico é de um curso de formação continuada, voltado para todos que compõem o ambiente escolar. O curso vai abordar a importância da função da equipe gestora da escola na elaboração e acompanhamento do PPP, o qual poderá proporcionar um norte para o trabalho pedagógico; contribuir de forma significativa para novos conhecimentos e despertar os profissionais para uma reflexão sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – **LDB Lei nº 9394/96**. 20 de dezembro de 1996. MEC, Brasília, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

DUARTE, A. L. C. **Exame nacional de desempenho dos estudantes: uma análise dos usos dos resultados do Curso de Pedagogia da UEMA**. Brasília: [s.n.], 2013. 326 p.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar o projeto de pesquisa**. 5.ed São Paulo: Atlas, 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3. ed. rev. atual.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução crítica**. 16 ed. São Paulo; Cortez, 2010.

São Paulo: Loyola, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, SP: Atlas, 1987. p. 30-79.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Papyrus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: Veiga, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998.



**O PROERD NA PERSPECTIVA DA GESTÃO INTEGRADA  
EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO LUÍS-MA:  
um estudo em desenvolvimento**

---

Richardson Santos Maramaldo - Turma 2023  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1609705729398743>  
E-mail: [maramaldo.richardson@gmail.com](mailto:maramaldo.richardson@gmail.com)

Raimundo Nonato Moura Oliveira  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1920752752094791>  
E-mail: [gepepcurriculo@gmail.com](mailto:gepepcurriculo@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

O presente resumo apresentado ao V Seminário de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), trata-se de um recorte de uma pesquisa macro em andamento e tem como itinerário investigativo a gestão integrada entre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), o sistema de ensino e a comunidade no enfrentamento através da educação preventiva às drogas e à violência nas escolas municipais da zona rural de São Luís – MA.

A prática do programa é desenvolvida através da relação sistematizada entre a Polícia Militar, por meio do PROERD (Segurança Pública); a Comunidade (instituições locais, entre elas a família); e o Sistema de Ensino (Escolas Públicas) através de termo cooperativo firmado entre os partícipes, a partir do qual é compartilhada a carga de compromissos assumidos e suas respectivas responsabilidades.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se justifica pela materialização documental do PROERD como ferramenta de gestão integrada com o foco na prevenção ao uso de substâncias

psicoativas e da violência, ao mesmo tempo em que dá suporte de informações para a sociedade maranhense e para as instituições de políticas públicas. Isso se justifica por se configurar como um programa educacional voltado para a integração comunitária em torno de um problema causador de muitos transtornos sociais na atualidade.

Em face dessas premissas, a presente proposta de investigação concentra-se em torno do seguinte questionamento: Como se dá a gestão integrada entre PROERD, sistema de ensino e comunidade no enfrentamento às drogas e à violência em escolas da zona rural da rede pública municipal de ensino em São Luís – MA?

Assim, a pesquisa perpassa por diversos objetos e sujeitos, sob uma ótica multidimensional, tendo em vista o que concerne o seu objetivo geral: Analisar, na perspectiva democrática, a gestão integrada entre PROERD, sistema de ensino e comunidade no enfrentamento às drogas e a violência em escolas públicas municipais da zona rural de São Luís.

Além disso, busca-se com os objetivos específicos: Analisar as premissas fundamentais da gestão integrada na atuação do PROERD na prevenção primária às drogas e a violência em escolas públicas municipais da zona rural de São Luís MA; Identificar as diretrizes normativas e curriculares que aproximam o PROERD de uma gestão integrada a comunidade escolar e que justificam sua inserção no sistema de ensino; Caracterizar as possíveis contribuições do PROERD na gestão integrada através da educação preventiva relacionadas às drogas e a violência em escolas públicas municipais da zona rural de São Luís MA e; Construir de forma coletiva um caderno de orientações para uma gestão integrada entre o PROERD, a escola e a comunidade, na perspectiva democrática e participativa para uma educação preventiva às drogas e a violência.

Nesse diapasão, em que se torna cada vez mais importante a prática da gestão democrática e participativa em ambientes educacionais, em especial em escolas da rede pública, na tentativa

de solucionar celeumas que na maioria das vezes surgem fora dos muros institucionais, em que pese fatores como a influência negativa das drogas e da violência e que necessitam do envolvimento de vários segmentos da sociedade, surgiu a proposta de construção de um caderno de orientações para uma gestão integrada entre o PROERD, a escola e a comunidade, na perspectiva democrática e participativa de uma educação preventiva às drogas e à violência, sob o enfoque de uma educação popular vislumbrada, dentre outros, por pensamentos freirianos.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão participativa constitui-se em um método que a comunidade utiliza de forma organizada para tomar decisões sobre ações de interesse coletivo. Neste sentido, associações são criadas em uma sociedade para que os usuários tenham a possibilidade de participar democraticamente, defendendo o seu ponto de vista diante de situações de mobilização do plano gestor escolar. A compreensão de comunidade nos parâmetros que a Secretaria Nacional de Segurança Pública, e observado pelo PROERD, está ligada ao seu funcionamento e ao seu objetivo:

A compreensão da dinâmica da comunidade é essencial para a prevenção e controle do crime e da desordem, assim como o medo do crime, pois o controle e a participação social são mais eficazes. A consciência é a chave, pois ela impede que as pessoas cometam erros nocivos à vida coletiva, mesmo quando ninguém está vendo (SENASP, 2021, p.217).

Além disso, o arcabouço legal para a instituição do programa junto à comunidade surge da necessidade de criar um laço de confiança entre a Instituição Polícia e a comunidade envolvida na gestão da Segurança Pública local. No que se refere à temática *prevenção*, vislumbra-se que o PROERD a instrumentaliza para conscientizar crianças e adolescentes sobre o uso abusivo das drogas e da violência. Nesse contexto, buscam-se parcerias com

Instituições que mantenham o foco nessa vertente e, nesse viés, traça-se o paralelo com a definição de prevenção:

A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estaduais e municipais, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e à promoção geral da saúde. Dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, com foco no indivíduo e em seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido. (BRASIL, 2010, p.16).

De acordo com Meyer (2005), a prevenção consiste na redução da demanda do consumo de drogas. Neste caso, as ações têm como objetivo fornecer informações e educar os jovens a adotarem hábitos saudáveis e protetores em suas vidas. Espera-se que as pessoas diminuam ou parem de consumir drogas. Neste sentido, para a prevenção sobre drogas, o primeiro passo seria de caráter informativo para que as pessoas pudessem conhecer os riscos produzidos pelo consumo de substâncias psicoativas-drogas.

Há muito se discute que a prevenção é a melhor forma de se fazer política pública sobre drogas e violência. Levando-se em consideração a complexidade dos problemas mencionados, bem como dos agentes envolvidos, percebe-se que com o efetivo combate ao problema relacionado às drogas e à violência, é possível pensar a prevenção como a estratégia mais eficaz, por intermédio da mobilização da comunidade, através das instituições de ensino público, de forma integrada e multidisciplinar com formas de gestão democrática e participativa.

Nesse momento, cabe ressaltar a fala da professora Hora (2002, p. 120), que afirma:

A gestão democrática na educação inclui necessariamente, a participação da comunidade no processo educacional, sem o que seria muito mais um arranjo interno dos componentes da escola que atenderiam a interesses que certamente não estariam consentâneos com as expectativas comunitárias.

Propõe-se, então, nesse pressuposto teórico-metodológico uma intervenção científica, baseada em recortes pedagógicos, filosóficos, sociais e culturais a partir de alternativas levantadas pelo PROERD, que defende a integração da família, da escola e da polícia, atuando com essas instituições em um programa de prevenção sistematizado, direcionado para construção de conhecimentos e produção de soluções práticas que deve priorizar a proteção das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, a análise da gestão integrada será fundamentada em vários aspectos já mencionados, sob o prisma da gestão democrática e participativa vislumbrada por teóricos como: Paro (2004, 2012, 2023), Hora (2002), Libâneo (2008), Freire (1967, 1980), dentre outros. Ao tratar da temática violência buscou-se dialogar com os seguintes autores: Chauí (2021), Arendt (2022), Foucault (2022), Abromovay (2002). Ademais, como a pesquisa está em construção, provavelmente outras categorias, bem como outros autores, poderão ser utilizados para melhor entendimento sobre os temas discutidos, pois é evidente que o conhecimento não se esgota num recorte de tempo e espaço.

## **METODOLOGIA**

A principal intencionalidade desta investigação é a análise do PROERD na sua inserção dentro da comunidade escolar numa gestão integrada entre os sistemas de ensino e de segurança pública num modelo de educação preventiva às drogas e à violência.

Nesse aspecto, esta investigação é do tipo exploratória (GIL, 2008, p. 27) posto que “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Portanto, inscreve-se na abordagem qualitativa de pesquisa pelo fato de ela permite a adoção de “[...] multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o

sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles” (CHIZZOTI, 2006, p. 28).

Diante disso, deverão ser selecionadas duas escolas da rede municipal de ensino de São Luís – MA, em que ocorreu o desenvolvimento do programa no ano de 2023 e suas respectivas comunidades integradas, mediante o atendimento aos seguintes critérios: 1) ofertar, no mínimo, duas turmas do currículo PROERD “Caindo na REAL” para o 5º ano; 2) possuir, no mínimo, dois professores, gestores na direção da escola; 3) contar com a participação ativa das reuniões de pais propostas pelo Programa; e 4) pertencer a uma comunidade com índice elevado de violência escolar.

Serão no mínimo 11 participantes que atuam direta ou indiretamente no contexto educacional do PROERD: 02 gestores escolares, 02 professores, 02 policiais militares, 01 coordenador do programa e 04 pais/responsáveis. Nesse sentido, foi elencado como critério de inclusão destes partícipes na pesquisa os seguintes itens: pertencerem à comunidade educacional da escola pesquisada e terem atuado no último ciclo de aplicação do programa.

A produção de dados deverá acontecer com a utilização dos seguintes instrumentos e procedimentos: 1) análise de documentos (BNCC, LDBEN (Lei nº 9.394/96), Projeto Político Pedagógico das Escolas, Programa de Ensino do Currículo do DARE/PROERD, entre outros) para examinar como o Programa é contemplado nas orientações curriculares das escolas; 2) entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e policiais militares do programa; 3) questionários com pais e/ou responsáveis dos estudantes, para verificar a prática da gestão participativa dos três eixos envolvidos: Segurança Pública, Comunidade, Gestão Escolar.

Para desenvolvimento das tarefas previstas nesse percurso metodológico, bem como para coleta de dados, optamos pelo emprego da entrevista e do questionário, a partir de questões levantadas pelo pesquisador, focalizando o modo de acordo com as circunstâncias de atuação do programa.

A entrevista como técnica que permite a relação entre pessoas constitui-se num valioso instrumento na pesquisa qualitativa,

porque possibilita um processo interativo entre os sujeitos da pesquisa, ou seja, entre pesquisador e pesquisados (RICHARDSON, 1999).

Quanto à organização e à análise dos dados, serão realizadas concomitantemente ao período de investigação, tendo em vista o processo interativo requerido pela natureza do estudo, notadamente pelas formas de recolha de dados, que vão propiciando discussões progressivas.

Estabeleceremos, como forma de organização e de análise dos materiais recolhidos, o agrupamento dos dados mais significativos, recolhidos nas entrevistas e no questionário aplicado, com a finalidade de construir interpretações na perspectiva dialética, contribuindo para a compreensão da realidade a ser pesquisada por promover a conexão entre o marco histórico e a realidade existente no contexto atual, de forma que se torna inviável estudá-los de forma isolada de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais.

Os resultados deverão ser analisados seguindo os princípios da análise de conteúdo, a qual, de acordo com Franco (2007), parte da mensagem verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Nessa perspectiva, deverá ser feita uma análise descritiva e interpretativa, considerando o conteúdo das fontes documentais e dos relatos orais, produzidos através das entrevistas e questionários.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O projeto de pesquisa se encontra em fase incipiente com revisão de literatura, levantamento bibliográfico e análise documental, com elaboração dos instrumentos que serão utilizados para coleta de dados, já que, por envolver seres humanos, necessita da submissão e da aprovação pelo Comitê de Ética, que ainda não foram realizadas.

Desse modo, estão sendo analisadas as principais categorias que serão debatidas ao longo do percurso científico, como: gestão

democrática, prevenção, violência, educação popular, além do aprofundamento sobre o programa, entre outros, sob o prisma de autores já mencionados.

Nesse limiar, a temática “violência” sempre esteve em voga no ambiente social e acompanha a humanidade desde os seus primórdios, com diferentes enfoques. Na atualidade, vem ganhando imensa proporção com o advento dos meios de comunicação, em especial, das redes sociais e há algum tempo deixou de ser assunto exclusivo da polícia. Ela é, também, como aponta Meyer (2005, p. 01),:

(...) uma preocupação e um fantasma que atravessa nossas conversas familiares, nosso fazer profissional, as rodas de conversa de amigos e nos assombra a tal ponto que é percebida, nas pesquisas de opinião, como sendo um dos problemas que mais afeta a população urbana brasileira.

Assim, a escola não está apartada desse movimento social, já que os episódios de violência em seu ambiente estão cada vez mais presentes em suas diferentes formas e, na maioria dos casos, não suporta esse fenômeno. Eis que surge um novo componente, a Polícia Militar, como “educadora social” para auxiliar em aspectos da violência dentro e fora da escola.

Nesse contexto, foi criado o PROERD, um programa de prevenção primária das polícias militares que, baseada no tripé (Polícia, Família e Escola) e com sua presença nas escolas, busca através da educação preventiva transmitir uma maior sensação de segurança e desenvolver debates sobre drogas e violência.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Embora o estudo esteja em sua fase inicial, consubstanciado nos objetivos da pesquisa, percebeu-se que o programa configura um dos poucos que resisitiram ao decurso dos anos, as constantes mudanças das políticas governamentais, centrado no intuito de que os estudantes reconheçam e resistiam às pressões diretas ou

indiretas que podem influenciar na escolha de experimentar drogas ou mesmo se engajarem em atividades violentas.

Diante das reflexões preliminares, pode-se mensurar que na perspectiva da tríade proerdiana (Polícia, Família e Escola) é a família que toma destaque no processo educacional da criança e a falta de participação efetiva pode contribuir na violência escolar e que, apesar disso, sua participação é minimamente notada durante a atuação do programa, pois pouco contribui com as decisões sobre as temáticas.

Outra constatação importante alude que o programa é um meio utilizado pelas polícias militares, na tentativa de mudança de paradigma de uma instituição repressora para uma comunitária, em que a aproximação com a comunidade através dos instrutores militares em sala de aula ameniza, principalmente nas periferias, a visão dos cidadãos acerca de movimentos violentos vindos do próprio Estado, através das policias.

Por fim, levando em consideração os objetivos delineados e as primeiras constatações elencadas, que são amplamente passíveis de modificações ao longo da pesquisa, notou-se que sob a perspectiva da gestão integrada, a atuação do PROERD pode exercer uma importante função junto às comunidades, ao debater sobre os temas drogas e violência em um enfoque preventivo às crianças e aos adolescentes.

## **PROPOSTA DE PTT**

Apresentamos como proposta de Produto Técnico Tecnológico (PTT) um caderno de orientações construído de forma coletiva para o desenvolvimento do PROERD em escolas públicas que atendam aos princípios da gestão integrada numa perspectiva popular, participativa e democrática entre a comunidade, a segurança pública e a gestão escolar. Isso porque, ao tratar de maneira conjunta a prevenção às drogas e à violência no ambiente educacional, as instituições envolvidas terão maior possibilidade

de desenvolver seus objetivos, alcançando os resultados esperados nesse contexto.

A proposta surgiu em detrimento da forma de desenvolvimento do programa que remete a um modelo pronto, vindo de outro país e que é traduzido e empregado em escolas brasileiras, sendo o mesmo modelo para todas as unidades federativas. Além disso, na grande maioria das vezes, o modelo não se adequa às realidades locais. Dessa forma, o caderno de orientações será baseado em uma perspectiva de educação popular em moldes freirianos e, em consonância, com os princípios de gestão democrática e participativa que busca, principalmente, subsidiar um diálogo concreto com a participação de todos e com poder decisório coletivo, em cada localidade que esteja presente o programa, na tratativa de temáticas tão complexas para a sociedade.

Além disso, objetiva-se criar e estabelecer, através do PPT, canais de articulação com a comunidade escolar e local para que seja efetivada a sua participação, gerando melhores resultados e alcançando um maior público; (re) discutir a organização do desenvolvimento do programa, mediante os mecanismos de participação das comunidades escolar e local, além de contribuir para o fortalecimento do PROERD como mecanismo permanente de educação preventiva às drogas e à violência dentro das comunidades escolares e locais.

O PTT pode ser desenvolvido no formato de livro/guia, documento, impresso ou digital, para reduzir os ruídos da comunicação, corrigindo possíveis lacunas indicadas durante a pesquisa e permitindo um aperfeiçoamento em todas as etapas de desenvolvimento do programa nas escolas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005. p. 7-70.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. - [15. ed.]. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica., 2021.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise do Conteúdo**. 2. ed. Brasília/DF: Líber Livro, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22a.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1967.
- gênero**. UFRGS – 28 ANPED. Minas Gerais. 2005.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2002. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. **Corpo, Violência e educação: uma abordagem de**
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. 4ª impr. São Paulo: Ática, 2002. Série Educação em Ação.

PROERD. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. São Luís: Polícia Militar do Maranhão, 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SENASP. **Secretaria Nacional de Segurança Pública 2021**. Disponível em: [www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp). Acesso em: 16 de nov. 2023.

O E-book é um lugar de encontro. Os seus organizadores nos convidam para um cerimonial de entendimento, por meio da experiência múltipla, mediada pela palavra e pela narrativa empreendidas em distintas organizações textuais. A convocação de autores/as e organizadores/as desta obra chama atenção para os inúmeros fatores envolvidos no jogo das relações das práticas de gestão de sistemas educativos (micro e macro), com destaque para os sentidos, pertenças e posicionamentos de gestores/as no contexto gerencial de fundamento neoliberal.

**Profa. Dra. Maria do Socorro Estrela Paixão**